

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

ANA PAULA WALTRICK

**REVISITANDO O CONCEITO DE EDUCAÇÃO NA *PAIDEIA*
E NA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE**

Lages
2021

ANA PAULA WALTRICK

**REVISITANDO O CONCEITO DE EDUCAÇÃO NA *PAIDEIA*
E NA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para a Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Políticas e Processos Formativos em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Selma Grosch

Coorientadora: Profa. Dra. Vanice dos Santos

Lages

2021

Ficha Catalográfica

W231r	Waltrick, Ana Paula. Revisitando o conceito de educação na paideia e na pedagogia de Paulo Freire/Ana Paula Waltrick – Lages, SC, 2021. 113 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense. Orientadora: Maria Selma Grosch Coorientadora: Vanice dos Santos 1. Filosofia da Educação. 2. Fundamentos da Educação. 3. Paulo Freire I. Grosch, Maria Selma. II. Santos, Vanice dos. III Título. CDD 370.1
-------	---

Catálogo na Fonte: Biblioteca Central

ANA PAULA WALTRICK

**REVISITANDO O CONCEITO DE EDUCAÇÃO NA *PAIDEIA*
E NA PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para a Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Políticas e Processos Formativos em Educação.

Lages, 23 de fevereiro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Selma Grosch

Orientadora e Presidente da Banca – PPGE/UNIPALAC

Profa. Dra. Vanice dos Santos

Coorientadora

Prof. Dr. Lourival José Martins Filho

Examinador Titular Externo – PPGE/UNIPALAC

Profa. Dra. Madalena Pereira da Silva

Examinadora Titular Interna – PPGE/UNIPALAC

In memoriam

*À minha avó materna Edith Cecília Rieth, que durante o percurso do mestrado nos deixou.
Sem suas perguntas e incentivo “se puder, estude” ou “hoje tem aula?”. Foi em um dia de
atividade na UNIPLAC que conversamos pela última vez e que me desejou boa aula...*

Minha eterna saudade...

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre me guiar, proteger e conduzir por bons caminhos, sendo, assim, essencial em minha vida.

Aos meus pais, Cezar e Reny, por sempre me mostrarem o bom caminho, com humildade, respeito, esforço, dedicação e por sempre acreditarem e incentivarem a realização dos meus sonhos. Obrigada pelas orações. Amo vocês!

Ao meu irmão, Gustavo, pelo incentivo, apoio, companheirismo e por estar presente nessa caminhada do mestrado. Amo você!

Ao meu irmão do coração, Felipe, pelas suas contribuições durante o percurso.

Ao meu companheiro de vida, Adilson, pelo amor, carinho, incentivo e compreensão nas minhas ausências que foram necessárias. Te amo.

Aos familiares, amigas e amigos, muito obrigada pelo incentivo, apoio, palavras e carinho sempre demonstrados nos momentos compartilhados.

À Prefeitura Municipal de Lages, pela bolsa de estudos no segundo ano dessa pesquisa.

À Secretaria Municipal da Educação, em especial a Coordenadora da Educação Infantil, Andrea Bortoluzzi, por permitir ausências necessárias para os dias de aula e estudos.

À minha nova orientadora, Professora Dra. Maria Selma Grosch, e à minha coorientadora e incentivadora nesse processo do mestrado, Professora Dra. Vanice dos Santos, pelas provocações, diálogos e por proporcionarem um novo olhar para a Educação.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UNIPLAC pelos ensinamentos e incentivos à pesquisa.

Aos professores arguidores interno e externo por, de maneira generosa, terem aceitado o convite para a leitura e pela disponibilidade em colaborar com essa pesquisa.

Obrigada à nova arguidora interna, Profa. Dra. Madalena Pereira da Silva, por aceitar esse desafio de orientação na reta final.

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que os dados apresentados nesta versão da Dissertação para a Defesa de Dissertação são decorrentes de pesquisa própria e de revisão bibliográfica referenciada segundo normas científicas.

Lages, 23 de fevereiro de 2021.

Ana Paula Waltrick

Como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos [...] (FREIRE, 2014b, p. 142).

RESUMO

A presente dissertação integra a Linha de Pesquisa 1, Políticas e Processos Formativos em Educação, sendo uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, perpassada pelo viés da Filosofia da Educação. Nesse estudo, discutimos as concepções de Educação, abordando ideias que compõem os princípios da *paideia* na Antiguidade Grega Clássica e a sua influência no pensamento educacional contemporâneo ao estabelecer uma aproximação entre os princípios da Educação grega e a proposta pedagógica de Paulo Freire. A concepção educacional estabelecida na Grécia é tida como um dos princípios dos sistemas pedagógicos contemporâneos ocidentais, uma vez que foram concebidos de modo a enfatizar a formação do cidadão de maneira multifacetada e voltada à efetivação de seu papel e manifestação ativa e decisiva em seu meio social. Assim, justificamos o resgate e revisão de temas relevantes como os princípios filosóficos e educativos gregos que permeiam a história, tal como a *paideia*, alcançando e influenciando Paulo Freire, que também buscava, em suas pedagogias, emancipar o indivíduo. A problemática estabelecida busca investigar quais princípios da *paideia* são encontrados nas pedagogias de Paulo Freire, especificamente na Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Esperança e Pedagogia da Autonomia, considerando a relevância do resgate dessas concepções a fim de permitir a reflexão sobre a Educação nos tempos atuais. A partir dessa questão problema, o objetivo geral para essa pesquisa é compreender os princípios da *paideia* presentes nas pedagogias de Paulo Freire por meio da leitura das suas principais obras: Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Esperança e Pedagogia da Autonomia. Além disso, propomos como objetivos específicos: identificar os princípios da Filosofia estabelecidos pelos gregos na Antiguidade Clássica e as especificidades da Filosofia da Educação; descrever as concepções e princípios educacionais apresentados pelos gregos na Antiguidade enquanto *paideia*; reconhecer os princípios educativos na pedagogia de Paulo Freire a partir da leitura das obras Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Esperança e Pedagogia da Autonomia; relacionar as contribuições dos gregos com os princípios educativos freirianos para a compreensão de conceitos e categorias para a Educação na contemporaneidade. A Educação Libertadora pensada por Paulo Freire percorre, em suas premissas, o diálogo enquanto possibilidade de construção do conhecimento por meio da indagação, reflexão e autonomia. O educador brasileiro enaltece as capacidades humanas de aprender imerso na sua realidade. A partir dos contextos da Grécia Antiga e das vivências de Paulo Freire, bem como do intervalo temporal e espacial, percebe-se que existem resquícios da *paideia* relacionados aos princípios educacionais de Freire. Ambos se propõem a desenvolver os seres humanos nas questões relacionadas à efetiva participação em seus contextos sociais, enquanto agentes de transformação e na conscientização para a vida pública. Porém, há divergência no que se refere à concepção de cidadão e de atuação social, uma vez que para os gregos era de forma limitada.

Palavras-chave: Filosofia da Educação. Fundamentos da Educação. *Paideia*. Pedagogias de Paulo Freire.

ABSTRACT

This Master's dissertation integrates the line of research 1, Policies and formative processes in Education, characterized by a bibliographic research with a quantitative approach, being guided and influenced by the Philosophy of Education. In this paper the conceptions of Education will be discussed taking into consideration the ideas that are part of the principles of *paideia* in Classical Greece and its influence in the contemporaneous educational thoughts by establishing an approximation between the principles of Greek Education and the pedagogical proposal of Paulo Freire. The educational conception established in Greece is considered one of the principles of the western contemporaneous pedagogical systems since they were conceived having these ideas as a model and a guide, emphasizing the citizen's development in a multifaceted way aiming for the effectuation of their role in society in addition to an active and decisive manifestation in the social environment. Thereby, the rescue and revision of relevant themes such as the philosophical and educational Greek principles that go through history, alike *paideia*, reaching and influencing Paulo Freire, who also sought in his pedagogies to emancipate the individual, are justified. The established problematic seeks to determine what principles of the *paideia* can be found in Paulo Freire's pedagogies, specifically in the Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Esperança and Pedagogia da Autonomia, considering the relevance of rescuing these conceptions that allow the reflection about Education in current times. Based on this context, the main objective of this dissertation is to comprehend the principles of *paideia* that are present in Paulo Freire's pedagogies through the reading of his main literary work that include Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Esperança and Pedagogia da Autonomia. This paper specific objectives are as follow: identify Philosophy's principles established by the Classical Greeks and the specificities of the Philosophy of Education; describe the educational conceptions and principles in *paideia* presented by the Greeks in Antiquity; recognize the educational principles in Paulo Freire's pedagogy through the reading of his works such as Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Esperança and Pedagogia da Autonomia; set up a correlation between the contribution from the Greeks and Freire's educational principles as so to understand the concepts and categories for Education in contemporaneity. Paulo Freire's thoughts about Freedom Education describe the dialogue as a cornerstone for the construction of knowledge through questioning, reflexion and autonomy. The Brazilian educator exalts the human capacity for learning in their social environment. From the context in Ancient Greece and Freire's experiences, taking into consideration the chronological and spatial distance, it is possible to perceive that remnants of *Paideia* are connected to Freire's educational principles. Both try to develop the human being in questions related to the effective participation in their social contexts while agents of change and awareness towards engagement in public life. Even though the Greeks had a different and more limited conception of the citizen and their role in society.

Keywords: Philosophy of Education. Education Fundamentals. *Paideia*. Pedagogies of Paulo Freire

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – A dialogicidade na Educação Problematicadora e na maiêutica socrática.....	95
Figura 2 – A humanização como princípio da <i>Paideia</i> e da Pedagogia de Freire.....	96
Figura 3 – A Educação como um Ato Político para Platão e Freire.....	98
Figura 4 – Comparação do princípio filosófico de Aristóteles e da Pedagogia Libertadora....	99
Figura 5 – Princípios da Educação a partir da <i>Paideia</i> e da Educação Problematicadora.....	100

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 TRILHANDO OS CAMINHOS PARA A PESQUISA.....	18
2.1 A ABORDAGEM DA PESQUISA.....	19
2.2 REFLEXÕES ACERCA DAS CATEGORIAS DA PESQUISA.....	20
2.3 REVISÃO DA LITERATURA: ARTIGOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A PESQUISA...	21
2.4 OBRAS E AUTORES QUE FUNDAMETARAM O CAMINHO.....	25
3 COMPREENSÕES DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO.....	27
3.1 O DESPERTAR PARA A FILOSOFIA.....	28
3.2 OS PRINCÍPIOS GREGOS PARA A FILOSOFIA.....	33
3.3 QUANDO A FILOSOFIA ENCONTRA A EDUCAÇÃO.....	44
4 PAIDEIA: UM IDEAL PENSADO ENQUANTO EDUCAÇÃO CIDADÃ.....	56
4.1 O CONTEXTO EDUCACIONAL DA PAIDEIA.....	57
4.2 O SURGIMENTO DA PAIDEIA ENQUANTO PENSAMENTO EDUCACIONAL.....	59
4.3 OS PRINCÍPIOS DA PAIDEIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO.....	62
5 PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE.....	68
5.1 PAULO FREIRE: UM EDUCADOR BRASILEIRO.....	69
5.2 EDUCAÇÃO LIBERTADORA: PRINCIPIOS EDUCATIVOS FREIRIANOS.....	73
5.3 PEDAGOGIA DO OPRIMIDO: A AÇÃO-REFLEXÃO EDUCATIVA.....	78
5.4 PEDAGOGIA DA ESPERANÇA: O REENCONTRO COM A EDUCAÇÃO LIBERTADORA.....	85
5.5 PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: O COMPROMISSO DE ENSINAR E APRENDER.....	89
6 A PROXIMIDADE DOS CONCEITOS DE EDUCAÇÃO DA PAIDEIA GREGA E NO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE.....	94
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	102
REFERÊNCIAS.....	109

1 INTRODUÇÃO

A trajetória da humanidade foi perpassada por transformações desde o surgimento das primeiras espécies de homínídeos até o século XXI. Ao longo do tempo, os seres humanos expandiram sua capacidade de racionalizar o trivial, à medida que aprendiam a construir ferramentas, utensílios e a conviver em seus espaços sociais e culturais. Desse modo, foi possível que os primeiros grupos começassem a se organizar em pequenas sociedades. A partir disso, o modo de viver do gênero humano modificou-se, tornando-se sedentário, domesticando os animais e desenvolvendo técnicas de agricultura. Assim, estabeleceu-se o que conhecemos como as primeiras civilizações antigas.

A partir desse contexto, as primeiras sociedades originaram-se no período definido pela historiografia como Antiguidade. Tal época tem seu surgimento por volta de 3000 a.C., a partir do momento em que os seres humanos começaram a desenvolver os primeiros registros escritos, como a escrita cuneiforme suméria e os hieróglifos egípcios (GUARINELLO, 2013). Entre os povos antigos, era comum compreender o mundo por meio das práticas religiosas, nas quais a natureza era a fonte de inspiração para a criação de mitos e histórias fantásticas, sobretudo, porque essas narrativas eram baseadas, principalmente, nas ações de deuses e criaturas imaginárias, que estavam além do mundo real. Por isso, essas figuras mitológicas, revelavam perspectivas de compreensão daquilo que ainda não era possível ser explicado pela capacidade humana, como o surgimento do universo, dos seres vivos e das estações do ano.

A antiguidade caracteriza-se como um período em que várias civilizações foram se desenvolvendo ao redor do mundo, entre elas temos os gregos, que desde os primórdios registraram e transmitiram, por meio da oralidade, a sua trajetória, deixando um legado cultural e social importante ainda para a atualidade. Entre os poetas gregos antigos, temos Homero¹, autor das obras *Ilíada* e *Odisseia*, poemas que narram o cotidiano e a vida das comunidades gregas antigas. Junto às histórias descritas, temos os relatos de guerras e conquistas que envolvem não somente as decisões humanas, mas as ações de deuses e deusas que poderiam ora apoiar um grupo, ora atrapalhar outro e até mesmo decidir o destino de uma batalha. Essas primeiras grafias dos povos gregos demonstraram uma preocupação com o registro do pensamento vivido e refletido (SCHÜLER, 2007) e, a partir desses, temos o princípio do pensamento ocidental, por meio do legado artístico, filosófico, cultural, social, político e moral da Grécia antiga.

¹ Segundo os registros históricos, o poeta grego Homero teria vivido pelas regiões de Jônia, na Grécia, por volta do século IX a.C. (CHAUI, 2001).

Diante disso, nessa dissertação, utilizamos para a reflexão e para os escritos desenvolvidos referências bibliográficas deixadas pelos gregos na antiguidade e que ainda podem ser acessados na atualidade por meio de edições em língua portuguesa. Isso se deve ao fato de que essa civilização pode ser considerada uma possibilidade de modelo de pensamento e de Educação que serviu como base para diversas sociedades ocidentais. Ao afirmarmos que a Filosofia tem sua origem junto aos gregos na Antiguidade, fazemos isso a partir da filósofa Chauí (2001), autora que defende que o pensamento filosófico é uma característica dessa civilização, dado que foi na Grécia que os primeiros pensadores ou filósofos constituíram questões sobre a sua realidade natural, social e política, destacando-se em relação aos demais povos que também possuem características específicas quanto às suas concepções filosóficas.

Ademais, o pensar filosófico estabelece meios para que os seres humanos possam perceber sua realidade e por meio disso proporcionar o conhecimento racional, sem utilizar-se da mitologia ou da religiosidade (SEVERINO, 1994). Ainda, ao longo da antiguidade clássica, pensadores gregos passaram a voltar seus olhares para a humanidade, buscando, desse modo, a percepção da existência e do fazer humano.

Assim, o tema desta pesquisa surgiu a partir da disciplina de “Fontes e Tendências do Pensamento Educacional”, realizada no primeiro semestre do Mestrado em Educação. As leituras propostas ao longo de nossos estudos permitiram conhecer e aprofundar os escritos sobre a Filosofia desenvolvida pelos gregos na antiguidade. Além disso, foi possível compreender os principais pensadores e suas contribuições que também vislumbraram as concepções de Educação existentes nesse contexto e que ainda estão presentes na contemporaneidade.

Partindo dessa temática, percebemos que as primeiras discussões acerca do pensar a Educação advêm dos referenciais constituídos pelos gregos. À medida que os primeiros grupos sociais foram se organizando, foi cada vez mais necessário que se propusesse ações para a transmissão e sustento das ações culturais, políticas e sociais dessas sociedades. Portanto, a Educação é o início a partir de onde as comunidades se mantêm e conduzem as suas características físicas e espirituais. Dessa forma, o ser humano consegue preservar e espalhar o seu modo de existir social e espiritual por sua vontade. Assim, surge, de forma natural e humana, o termo grego conhecido como *paideia*, significando a própria cultura e processo educacional.

Nessa proposta, a Educação permitia a formação dos cidadãos aptos a participarem das decisões importantes de cada cidade, a *polis* grega. Portanto, os participantes da ágora, são os cidadãos políticos. Assim como na Grécia, atualmente é preciso perceber e valorizar ações

educativas, que preveem uma perspectiva emancipatória e transformadora, pensando também na formação de um cidadão contemporâneo, consciente e capaz de transformar sua própria realidade social.

Observando a trajetória da pesquisadora enquanto professora de Educação Infantil do Sistema Municipal da Educação de Lages/SC, em diversos momentos perpassou a preocupação pela busca da gênese da Educação ocidental. Com isso, os primeiros caminhos trilhados para a construção dessa pesquisa foram de resgate dos estudos previamente realizados e também pelo incentivo da professora orientadora. Sendo assim, optou-se pelo resgate dos ideais gregos estabelecidos nos princípios educativos da *paideia* grega e pelos pressupostos nascidos a partir da Filosofia da Educação. Ainda, destacam-se os fundamentos pedagógicos estabelecidos pelo educador brasileiro Paulo Freire em seus propósitos de uma Educação libertadora.

A partir dos pressupostos expostos e com o intuito de questionar sobre seu papel enquanto conhecimento e práxis², Freire (2014a) concebe como reflexão e ação das vivências educacionais de educadores, educandos e daquilo que é vivido enquanto processo educativo que foi considerado por diversos pensadores na Antiguidade e também amplamente analisados na atualidade. Diante dessas observações, ao refletirmos sobre a prática de ensino, buscamos referência na Filosofia da Educação que, entre suas preocupações, propõe ponderações acerca das transformações que a Educação passou ao longo dos séculos. E, ainda, auxiliar nas questões que emergem do cotidiano escolar, do trabalho docente, da aprendizagem de estudantes, ou seja, das questões que envolvem os processos educacionais.

Diante dessas inquietações e analisando os contextos do surgimento da Educação e da Filosofia na Antiguidade, além dos percursos educacionais atuais, propomos a seguinte problemática: quais princípios da *paideia* grega são encontrados na pedagogia de Paulo Freire, especificamente na Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Esperança e Pedagogia da Autonomia? Para tanto, nessa pesquisa, se faz necessário o resgate das concepções educacionais propostas pelos gregos, a quem era designado o específico preparo daqueles considerados cidadãos e aptos a atuarem nas assembleias e decisões das cidades.

Além disso, revisitaram-se os preceitos pedagógicos de Paulo Freire nas obras citadas, para promover o diálogo entre os contextos educativos analisados, pois o educador, ao longo de sua vida, observou o caminho trilhado ao reencontrar na obra Pedagogia da Esperança seus escritos acerca da Educação Libertadora, tendo em vista que os textos vislumbram as

² As concepções freirianas sobre a práxis pedagógica e suas reflexões acerca das relações entre educandos e educadores será abordada com maiores detalhes na seção 5 – Pedagogia de Paulo Freire.

concepções de Educação que permitem relacionar o legado educacional grego e as perspectivas freirianas. Dessa forma, buscou-se tais livros que sequencialmente apresentam os princípios educativos que buscam as transformações sociais e potencializam a efetiva participação de todos na sociedade atual.

A partir do contexto analisado e da questão problema, foi estabelecido o seguinte objetivo geral: compreender os princípios da *paideia* grega presentes na pedagogia de Paulo Freire a partir da leitura de suas principais obras Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Esperança e Pedagogia da Autonomia. A fim de atender aos pressupostos estabelecidos para essa pesquisa, os objetivos específicos definidos foram: identificar os princípios da Filosofia estabelecidos pelos gregos na antiguidade clássica e as especificidades da Filosofia da Educação; descrever as concepções e princípios educacionais apresentados pelos gregos na antiguidade enquanto *paideia*; reconhecer os princípios educativos na pedagogia de Paulo Freire a partir da leitura das obras: Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Esperança e Pedagogia da Autonomia; e relacionar as contribuições dos gregos com os princípios educativos freirianos para a compreensão de conceitos e categorias para a Educação na contemporaneidade.

Tendo em vista que, a pesquisa auxilia nas atividades pedagógicas e permite aos docentes refletirem sobre sua realidade, nota-se a importância do trabalho de educadora ao qual me dedico há mais de uma década. Cada vez mais se faz necessária a reflexão sobre os saberes e fazeres da sala de aula, com o intuito de promover continuamente ações educativas pertinentes.

Da mesma maneira, a construção dessa pesquisa tem como base uma abordagem qualitativa, sendo desenvolvida por meio de uma pesquisa bibliográfica, por se tratar de um levantamento que busca a aproximação entre as questões relacionadas ao pensamento grego e à Educação contemporânea. Assim, tem-se a necessidade de resgatar conceitos já apresentados pelos autores utilizados e que são fontes primordiais.

Destaca-se, ainda, que o tema exposto nessa dissertação integra a Linha de Pesquisa 1, Políticas e Processos Formativos em Educação, caracterizada pela reflexão e a discussão de temáticas relacionadas aos processos formativos educacionais no âmbito das análises teórica e filosófico-epistemológicas da construção do conhecimento e a constante necessidade de vislumbrar observações das ações educativas. Os processos formativos são parte do trabalho docente e faz-se necessário a sua constante reflexão, visto que o processo de ensino-aprendizagem precisa acompanhar os contextos dos quais faz parte. Com isso, permite-se aos educadores compreender ações efetivas que visam ressignificar as práticas educativas.

A partir da constituição dessa pesquisa e de suas concepções essenciais, pensou-se na estrutura das seções do trabalho. Essas abordarão, de maneira mais pormenorizada, as questões relacionadas à problemática, aos objetivos gerais e específicos, bem como ao resgate dos estudos teóricos e conceitos abordados. Da mesma forma, será possível ampliar conhecimentos e conceitos que vislumbram a Educação e sua trajetória enquanto capaz de promover mudanças sociais em seus sujeitos.

Nessa perspectiva, a primeira seção apresenta a introdução da pesquisa, situando o leitor acerca da temática abordada, bem como a respeito dos aportes teóricos e metodológicos, entre eles o objetivo geral e os objetivos específicos, a problemática e também a justificativa e a relevância desse estudo. Por sua vez, a segunda seção traz os caminhos metodológicos desenvolvidos na pesquisa. Já a terceira seção, contempla as discussões relacionadas ao surgimento da Filosofia, enquanto uma nova possibilidade dos gregos da antiguidade de compreenderem a sua organização social. Além de apresentar as discussões e possibilidades de quando a Filosofia se une à Educação enquanto um campo de estudo das realidades educacionais e pedagógicas.

Sequencialmente a isso, na quarta seção, a pesquisa volta-se para compreender os aspectos apresentados na *paideia* grega, destacando como essa civilização pensou a Educação para os cidadãos daquele período. Ainda, promove a discussão de como a Filosofia e também os filósofos gregos clássicos compreendem a importância de promover a Educação para o desenvolvimento das sociedades. A quinta seção contempla o pensamento de Paulo Freire e de sua pedagogia, com o intuito de elencar suas contribuições para a atual Educação, reconhecendo a sua relevância ao discutirmos as práticas educacionais contemporâneas.

Por fim, a sexta seção propõe-se a estabelecer uma relação entre o pensamento grego sobre a Educação a partir da *paideia* e como essa ainda se faz presente em princípios educativos propostos pelos pensadores educacionais brasileiros, destacando Paulo Freire e sua práxis que visualiza os sujeitos enquanto participantes efetivos de seus meios sociais.

2 TRILHANDO OS CAMINHOS PARA A PESQUISA

Nesta seção, iniciamos a descrição dos encaminhamentos teóricos e metodológicos da pesquisa. Ao trilhar um caminho para o levantamento e análise de conceitos, enquanto pesquisadora, inicialmente se fez necessário elencar e pontuar quais autores iriam embasar as reflexões e quais estudos já produzidos poderiam contribuir para atender os objetivos e a problemática proposta.

A construção de um projeto de pesquisa envolve diversas etapas de um trabalho sistemático, para que se possa concretizar as ideias iniciais. Conforme Deslandes (2016) afirma, o ofício de pesquisar precisa envolver as capacidades criativas, de rigor científico, de reflexão e síntese do seu objeto de estudo.

[...]. Um projeto é fruto do trabalho vivo do pesquisador. Para isso, ele vai precisar articular informações e conhecimentos disponíveis (um amplo conjunto de saberes e técnicas), usar certas tecnologias (o uso de internet ou de certos programas, p. ex.), empregar sua imaginação e emprestar seu corpo ao esforço de realizar a tarefa [...] (DESLANDES, 2016, p. 29).

Dessa forma, o ato de pesquisar envolve uma série de ações daquele que se empenha no estudo aprofundado de um tema. A tarefa, em certos momentos, é árdua, mas ao mesmo tempo recompensadora, pois amplia as observações e o conhecimento do pesquisador. Ao apontar a pesquisa como uma função vivaz, Deslandes (2016), considera que esse ofício reúne os potenciais intelectuais e físicos de cada sujeito, assim, como os primeiros filósofos gregos da Antiguidade, que buscavam respostas por meio da razão, pois a cultura e as tradições resguardadas por esses povos não conseguiam esclarecer aqueles que começaram a perceber o mundo, com seres humanos dotados de razão e conhecimento.

Ainda, compreendemos a partir do entendimento de que “é a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo” (MINAYO, 2016, p. 16), pois motiva a busca por reflexões e compreensões que nascem, principalmente, do cotidiano vivenciado pelos profissionais da Educação. Apesar de conhecer a rotina escolar, quando nos propomos a pesquisar sobre essas temáticas, o olhar ao objeto da pesquisa permite relacionar aos conhecimentos já construídos e oportuniza a possibilidade de novas articulações e referenciais sobre os temas. Nesse aspecto, é importante salientar que os estudos são contínuos e a partir de um conjunto de dados e metarreflexões podem suscitar novas investigações.

A partir das reflexões iniciais, descreveremos, ao longo desta seção, as etapas para a construção desta dissertação. Destacando a abordagem utilizada, bem como o tipo de pesquisa e os levantamentos bibliográficos nas plataformas digitais com banco de dados de produção científica de temáticas educacionais e nos referenciais bibliográficos. Tais pesquisas correlatas foram construídas a partir de critérios e descritores que apresentam relevância para esta pesquisa.

2.1 A ABORDAGEM DA PESQUISA

Tendo em vista a organização desse trabalho de pesquisa, se optou por estabelecer um estudo de abordagem qualitativa por permitir observar as possibilidades das relações sociais (FLICK, 2008) e de seus desdobramentos ao longo tempo. Além disso, a “[...], análise qualitativa não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações” (MINAYO, 2016, p. 26). A Educação enquanto um processo genuinamente humano, foi constituída na medida em que as sociedades foram se desenvolvendo. Sendo assim, a escolha pela referida abordagem permite à pesquisadora elencar a relevância das temáticas para o trabalho docente.

A partir dos objetivos propostos e da abordagem de pesquisa qualitativa, o estudo se caracteriza como uma pesquisa do tipo bibliográfica. Essa escolha se fundamenta no entendimento de que “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos” (GIL, 2018, p. 27). Por se tratar de uma pesquisa que busca a aproximação entre as questões relacionadas ao pensamento grego e da Educação contemporânea, a pesquisa bibliográfica necessita resgatar conceitos já apresentados pelos autores utilizados neste trabalho e que são fontes primordiais.

Desse modo, o levantamento bibliográfico permite à pesquisadora reconhecer os referenciais basilares, bem como os estudos mais recentes do tema pesquisado. A aproximação proposta permite a compreensão das indagações constituídas e também da contribuição do estudo para a ampliação dos campos de pesquisa relacionados ao tema (DESLANDES, 2016). Sendo assim, a pesquisa bibliográfica é um caminho que envolve autores clássicos e contemporâneos de relevância para novos estudos sobre a Educação da atualidade.

2.2 REFLEXÕES ACERCA DAS CATEGORIAS DA PESQUISA

Abordaremos, inicialmente, a constituição dos estudos relacionados à revisão sistemática de literatura, pois a inserção de estudos e escritos já existentes auxilia o pesquisador delimitar seu olhar sobre as principais categorias desenvolvidas em seu trabalho. A primeira etapa do ato de pesquisar leva em consideração a análise e a reflexão do que já foi pesquisado e ainda “[...] compartilha com o leitor os resultados de outros estudos que estão proximamente relacionados ao estudo que está sendo relatado” (CRESWELL, 2007, p. 45). Com isso, apresentaremos publicações que contribuíram para o desenvolvimento da dissertação, compreendendo a importância dessa etapa em um trabalho de pesquisa.

A revisão da literatura teórica em sua área de pesquisa pode ajudá-lo a encontrar respostas para perguntas como: O que já foi descoberto sobre esse ponto em particular, ou sobre esse campo de um modo geral? Quais as teorias utilizadas e discutidas nessa área? Que conceitos são utilizados ou contestados? Quais são as discussões ou as controvérsias teóricas ou metodológicas nesse campo? Quais são as questões ainda em aberto? O que ainda não foi estudado? (FLICK, 2008, p. 62).

Ao propor um projeto de pesquisa e atender, inicialmente, seus aportes teóricos e metodológicos, o pesquisador pode observar aquilo que já foi produzido. Entretanto, é preciso também ponderar de que maneira o seu estudo pode contribuir ainda mais para o seu campo de estudo. A revisão sistemática de literatura é um momento de reflexão sobre as etapas do trabalho da pesquisa, pois permite elencar os estudos recentes que embasam as reflexões teórico-metodológicas, bem como permite a comparação com as leituras clássicas sobre a Educação.

Além disso, o tema escolhido para esta pesquisa propicia realizar comparações e análises dos principais autores destacados e, assim, promover aproximações e discordâncias entre as temáticas. Essas ações são pautadas em critérios e métodos embasados principalmente na “[...] literatura acadêmica em um estudo para apresentar resultados de estudos similares, para relacionar o estudo presente ao diálogo corrente na literatura e para fornecer uma estrutura para comparar resultados de um estudo com outros” (CRESWELL, 2007, p. 61). Para tanto, ao estabelecermos os processos de levantamento de estudos, compreendemos que a revisão sistemática de literatura permite um importante passo para o desenvolvimento dessa pesquisa bibliográfica, pois possibilita vislumbrar estudos já realizados e que estão relacionados à problemática e aos objetivos propostos na pesquisa.

A partir disso, foram elencados termos específicos para a busca em bancos de artigos, dissertações e teses, além do estabelecimento de critérios para o levantamento bibliográfico,

visando, principalmente, elencar estudos que pudessem trazer discussões já existentes sobre o tema. Observa-se a necessidade de constituir categorias e critérios, tendo em vista a quantidade de trabalhos e estudos que são realizados anualmente.

Uma revisão sistemática tem um foco mais direcionado aos documentos de pesquisa, que foram selecionados segundo critérios específicos e têm um foco mais estreito em um aspecto de tema geral. [...]. O método de busca (e a escolha dos bancos de dados, dos critérios, dos períodos de publicação, etc.) é especificado para tornar a revisão sistemática, replicável e passível de ser avaliada em si mesma (FLICK, 2013, p. 43).

Ademais, cabe destacar que além de observar o quantitativo de trabalhos já existentes e produzidos ao longo do período determinado e apresentado na próxima subseção, foi necessário elencar categorias de análise exige do pesquisador clareza, rigor científico e a escolha de critérios que atendam ao tema de pesquisa. Um dos pontos principais é o reconhecimento dos aspectos relevantes que compõem a pesquisa e que podem ser encontrados tanto nos escritos pesquisados como nas seções produzidas nesta dissertação. Dessa forma, levando em consideração os aspectos teóricos e metodológicos apresentados anteriormente, foi feito o levantamento dos escritos destacados na revisão sistemática de literatura.

2.3 REVISÃO DA LITERATURA: ARTIGOS QUE CONTRIBUÍRAM PARA A PESQUISA

Com base nessas reflexões iniciais sobre a revisão de literatura, foram definidos critérios para situar a pesquisa nas plataformas digitais com banco de dados de produção científica e bancos de teses disponibilizadas em nosso país. Sendo eles, os períodos dos trabalhos revisados dos últimos cinco anos (janeiro de 2015 a março de 2020), em que se buscou elencar as pesquisas mais recentes, tendo em vista que os assuntos abordados possuem relevância para o campo da Educação e, com isso, apresentou-se um vasto campo teórico composto por diversas produções. Essas foram selecionadas a partir dos resumos elaborados pelos autores dos escritos com base na proximidade dos objetivos propostos. Ademais, se optou pelos escritos, como artigos, dissertações e teses em língua portuguesa. Tais parâmetros foram definidos devido ao tipo da pesquisa desenvolvida ser bibliográfica.

Em pesquisa no site da *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), utilizando-se no buscador o termo “Filosofia da Educação”, filtrando a busca pelos últimos cinco anos, no Brasil, se obteve cento e sessenta e três resultados. Desses, quatro tinham características

próximas as da pesquisa, ou seja, abordavam estudos relacionados à presença da Filosofia da Educação na sociedade grega antiga e as bases da compreensão da Filosofia da Educação. Após a análise, foram utilizados dois artigos para a pesquisa, visto que vislumbravam a origem do pensamento filosófico estabelecido pelos gregos na Antiguidade e constituíam aporte teórico às seções da pesquisa.

O primeiro dos artigos, intitulado “Por uma concepção filosófica da educação” de Rainri Back (2019), tenta responder à pergunta “o que é Filosofia da Educação?”. Esse artigo traz considerações sobre a Filosofia enquanto uma teoria preponderante em relação às demais. Ainda, a Educação, segundo seus estudos, é uma experiência ímpar e única, com o suporte da Filosofia para as teorias pedagógicas, buscando transformar as pessoas em seres humanos melhores.

Por sua vez, o segundo artigo selecionado, “Pensar arriscado: a relação entre filosofia e educação” de Nadja Hermann (2015), aponta as relações entre a Filosofia e a Educação. Nessa produção, a filósofa destaca a relação estabelecida entre esses temas, desde a antiguidade, com os gregos. Assim, se compreende que a própria Educação tem a sua origem no pensar filosófico. Além disso, aponta que a Filosofia da Educação tem como um dos seus compromissos, promover reflexões para a ampliação das discussões de temáticas pertinentes aos processos educativos da atualidade.

Sequencialmente a isso, na pesquisa com o buscador “*paideia*”, baseados nos critérios de periodização e relevância para o estudo desenvolvido nesta pesquisa, na referida plataforma, obteve-se dezenove títulos. Porém, nenhum dos trabalhos se aproximava da nossa pesquisa, em virtude dos escritos lidos não apresentarem o pensamento do filólogo Werner Jaeger sobre a *paideia*, visto que seus estudos sobre a abordagem grega são a base para a aproximação das temáticas propostas. Alguns dos artigos se aproximavam dos estudos filosóficos realizados pelo alemão Martin Heidegger, os quais não fazem parte dos aportes teóricos selecionados para a dissertação.

Por outro lado, ao utilizar o descritor “Paulo Freire”, filtrando os resultados pelos últimos cinco anos, no Brasil, obteve-se cento e quarenta e três resultados. Dentre esses, seis se aproximaram da temática da pesquisa, no entanto, foram selecionados três títulos. No primeiro deles: “Paulo Freire: outro paradigma pedagógico?” de Miguel G. Arroyo (2019), o autor faz menção aos 50 anos da obra freiriana “Pedagogia do Oprimido” e também da concepção grega de *paideia*. De fato, passado mais de meio século desde o lançamento do referido livro, as discussões acerca da criação de um processo educativo que permita a emancipação dos sujeitos, bem como os contrapontos políticos e sociais da Antiguidade

Clássica, ainda se fazem presentes nas atuais discussões acerca do pensamento pedagógico e da Educação contemporânea.

Já o segundo artigo encontrado foi “A categoria da práxis em Pedagogia do Oprimido: sentidos e implicações para a educação libertadora” de Sandra Maria Gadelha de Carvalho e Paulo Martins Pino (2017). Esse artigo traz um pouco da história de Paulo Freire e suas reflexões sobre a práxis e a Educação. Para Freire, os educadores devem compreender os processos educacionais mediante a realidade social dos seres humanos, a partir de uma práxis educativa comprometida com todos.

O terceiro artigo, era intitulado “Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora”, de Miriam Furlan Brighente e Peri Mesquida (2016). Segundo os autores, Paulo Freire aponta que existe outra forma de educar além da educação bancária, isto é, uma educação libertadora, na qual o educador é a chave para isso ser possível e o educando possui uma história que precisa ser respeitada.

Na sequência, ao pesquisar no site de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizando-se o buscador “Filosofia da Educação” somente como título, levando em consideração a quantidade de escritos disponíveis, limitou-se à análise de artigos publicados nos últimos dois anos (2018 - 2020), em língua portuguesa, obtendo sessenta e cinco textos. Desse total, foram selecionados dois artigos para a análise, sendo utilizado um para a pesquisa, “Filosofia, conhecimento e sociedade: das fontes às tendências do pensamento educacional”, de Wilson Rafael Schimila, Carmen Lucia Fornari Diez, Vanice dos Santos e Mareli Eliane Graupe (2019). A escolha desse artigo se deu em razão da sua similaridade com a pesquisa, pois traz alguns escritos sobre Educação em diferentes períodos históricos, o papel da Filosofia na Educação na tentativa de esclarecer os princípios educativos e o seu papel no desenvolvimento humano.

Já ao realizar o levantamento na referida plataforma digital com banco de dados de produção científica e levando em consideração os critérios já mencionados, para o buscador “*paideia*”, obteve-se vinte e nove artigos, dentre os quais foram selecionados três para a análise. O primeiro deles, intitulado “A Paideia grega: aproximações teóricas sobre o ideal de formação do homem grego” dos autores Rosane Wanderscheer Bortolini e César Nunes (2018), demonstra as motivações para o desenvolvimento da *paideia* na sociedade grega antiga. Além disso, reflete sobre os conceitos essenciais para a compreensão da formação do ideal humano grego e a maneira pela qual a cultura desenvolvida na Grécia permitiu estabelecer um legado educacional e social para os povos ocidentais.

O segundo artigo escolhido é denominado “‘Ite, eunte omnes docete’, ou seja, ‘Ide, ensinaí a todos os povos’: paradigma da concepção de educação para todos – atitude democrática que diferencia a Paidéia Grega da Paidéia Cristã”, da autora Valdirene Pereira Costa (2018). O artigo caracteriza aspectos da história da Educação, a partir da *paideia* grega, em comparação com o desenvolvimento de um conceito de *paideia* cristã. Desse modo, resgata os escritos de Werner Jaeger, que se dedicou a elucidar a amplitude da cultura educacional grega e de como os conceitos permanecem necessários ao refletir sobre a Educação, enquanto construção social e essencial para os seres humanos.

Por sua vez, o terceiro artigo selecionado foi “Educação – da paidéia de W. Jaeger à modernidade líquida de Z. Bauman”, de Virgínia da Silva Ferreira e Vera Rudge Werneck (2019). O texto apresenta conceitos para o pensar a Educação na contemporaneidade. Para isso, as autoras se propuseram a compreender o que Zygmunt Bauman chama de “modernidade líquida” e as mudanças de paradigmas acerca da sociedade, da economia, da política, da Educação e da afetividade ocorridas na atualidade. Nesse sentido, resgata na obra “Paidéia: a formação do homem grego”, do filólogo alemão Werner Jaeger, o pensamento grego acerca da Educação.

Para o descritor “Paulo Freire”, levando em consideração a significativa quantidade de escritos disponíveis, optou-se por analisar os artigos publicados no período de 2018 a 2020, e, dessa forma, foram selecionados dois artigos. O primeiro deles é “As interconexões da pedagogia crítica de Paulo Freire” de autoria de Afonso Celso Scocuglia (2018). O artigo expõe as bases do pensamento do educador brasileiro Paulo Freire a partir de suas principais obras. A essência da concepção freiriana demonstra a importância do diálogo para promover uma Educação capaz de transformar os sujeitos envolvidos.

O segundo artigo selecionado foi “Atualidade da Pedagogia do Oprimido: construindo esperança e mobilizando lutas emancipatórias”, dos autores Lúcio Jorge Hammes, Jaime José Zitkoski e Luiz Carlos Bombassaro (2018). A obra “Pedagogia do Oprimido” é reconhecida mundialmente e também é considerada uma das obras mais citadas no mundo acadêmico. Desse modo, o artigo demonstra a importância da promoção de uma Educação Libertadora a partir dos princípios freirianos e, assim, a opressão sofrida pelos oprimidos torna-se capaz de ser superada por meio do diálogo, da participação ativa dos sujeitos, da conscientização e da transformação dos espaços sociais.

Em aproximação a isso, no levantamento realizado no site da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), cabe destacar que a busca foi realizada exclusivamente por títulos. Tal ação resultou em cento e oitenta e sete títulos disponíveis para pesquisa, dos quais três

foram selecionados. A primeira dissertação selecionada tem o título: “A contribuição de Freire na formação de professores: uma análise de cursos de pedagogia na serra catarinense”, de Sandra Teresinha Guimarães Ataíde (2015). A autora nos traz o histórico de Paulo Freire e alguns apontamentos sobre como ele aprendeu desde cedo, devido à sua origem de classe popular, a importância do diálogo e respeito, entendendo, assim, a Educação como uma possibilidade de transformação.

Por sua vez, a segunda pesquisa escolhida intitula-se como “A contribuição do ensino da Filosofia para a Educação Integral”, de José Antunes de Souza Pomiecinski (2016). Nessa dissertação, o autor se propõe a promover discussões acerca da Educação na perspectiva da história da Filosofia e os efeitos que os processos educativos integrais podem promover nos sujeitos.

Por fim, encontrou-se a terceira pesquisa, com o título: “Elementos da Educomunicação para o novo olhar para o ensino de língua inglesa no Ensino Médio”, de Luciana Souza de Oliveira Costa (2018). A dissertação destaca, em uma de suas seções, os estudos pedagógicos latino-americanos, com ênfase nas práticas educacionais de Paulo Freire. Assim, tem-se reconhecida que a proposta freiriana busca a emancipação dos sujeitos e a Educação para a liberdade, permitindo o diálogo e a comunicação entre os membros da comunidade escolar.

2.4 OBRAS E AUTORES QUE FUNDAMENTARAM O CAMINHO

Além do desenvolvimento da revisão bibliográfica realizada nas pesquisas correlatas por meio dos buscadores selecionados, também foram utilizados autores, pesquisadores e estudiosos que pensam a respeito da Filosofia da Educação, dos princípios educativos gregos da *paideia* e da práxis educacional em Paulo Freire.

Para a reflexão a respeito da Filosofia, sua origem, desenvolvimento ao longo da história da Grécia no período da antiguidade, destaca-se o pensador grego Platão (2001), considerado um dos alicerces do pensamento ocidental. Já para resgatar a importância da Filosofia e sua contribuição enquanto área do conhecimento, se optou pelos escritos filosóficos brasileiros de Aranha (2006), Chaui (2001) e Severino (1994). Além dessas compreensões iniciais, destacam-se os estudos acerca da Filosofia da Educação, sendo utilizadas as reflexões dos autores Cenci, Dalbosco e Mühl (2009).

As escolhas dessas obras foram realizadas mediante a leitura e análise das possibilidades de temas e escritos contidos. Entre os pontos de destaque dessas referências

estão a compreensão dos processos históricos que levaram às transformações pelas quais a Filosofia e seu campo teórico passaram ao longo da antiguidade. Além disso, devido ao viés filosófico elencado nesta pesquisa, se buscou compreender a maneira pela qual a Filosofia e a Educação se aproximaram, estabelecendo um campo teórico definido como Filosofia da Educação.

Já para as reflexões construídas acerca da *paideia*, a partir da disciplina de Fontes e Tendências do Pensamento Educacional, foram elencados os escritos de Werner Jaeger (2001). O filólogo alemão se dedicou a compreender a trajetória construída pelos gregos enquanto processos culturais e educacionais instituídos pela *paideia*. Sendo considerada, assim, uma das principais referências para a compreensão dos processos pedagógicos basilares da Educação Ocidental contemporânea.

Além dessa referência, destacam-se também os escritos de Aranha (2006a) e Cenci, Dalbosco e Mühl (2009), que contribuem acerca do tema, mas sempre referenciando a obra de Werner Jaeger como relevante para os estudos daquele período da história grega. Entre os temas centrais estudados nesta dissertação está a *paideia* e suas contribuições para os processos educacionais ocidentais.

Em seguida, para as reflexões construídas acerca da pedagogia de Paulo Freire e as contribuições desse educador brasileiro para promover uma Educação Libertadora, buscou-se o levantamento de obras que tinham em título ou temática a pedagogia freiriana. Diante do amplo referencial construído pelo educador ao longo de sua trajetória enquanto escritor e crítico da realidade educacional brasileira, elencaram-se três obras: Pedagogia do Oprimido (2014a), Pedagogia da Esperança (2015) e Pedagogia da Autonomia (2014b). Isso se deve ao fato de que esses escritos indicam que podem ter critérios, semelhanças com os debates acerca dos temas e lutas sociais e categorias que podem ter aproximações das temáticas levantadas nas discussões apresentadas na *paideia* e na pedagogia de Paulo Freire.

Ainda como referencial bibliográfico, tem-se Zitkoski (2010), que reflete sobre a obra e o método de Paulo Freire e sobre as suas categorias e temáticas de estudo, entre elas Educação, a importância do diálogo, a práxis libertadora, a humanização e a importância da emancipação de estudantes.

3 COMPREENSÕES DE FILOSOFIA E EDUCAÇÃO

A história da civilização grega deixou um significativo legado cultural, artístico, político e democrático para as sociedades ocidentais. Podemos dividir de maneira sistematizada e didática a trajetória desse povo em quatro períodos. O percurso dos 400 anos iniciais dos gregos é narrado pelo poeta Homero nas estrofes de *Ilíada* e de *Odisseia*. Mas a partir do século VII a.C., surge a *polis*, as cidades-estados, que proporcionaram o desenvolvimento da democracia, da política e da Filosofia.

O período da chamada Grécia Clássica corresponde aos séculos V ao IV a.C. É nesse período que temos o apogeu da cultura e do desenvolvimento do pensamento filosófico, tópicos discutidos ao longo dessa seção. O percurso histórico dos povos gregos também registrou a dominação dos povos macedônicos e romanos e, dessa forma, todo o seu legado foi incorporado às civilizações dominantes de seu território. A história da Grécia Antiga ainda se faz presente nos modos de pensar e conviver dos povos ocidentais. As reflexões dos escritos abordarão as herdades gregas, com destaque a Filosofia e a Educação.

Com o intuito de buscar compreender a origem da Filosofia enquanto possibilidade de reflexão acerca das ações humanas, sendo esta uma possibilidade para buscar explicações sobre o mundo e as transformações sofridas pela natureza, “[...] os gregos transformaram em ciência (isto é, num conhecimento racional abstrato e universal) aquilo que eram elementos de uma sabedoria prática para o uso direto da vida” (CHAUI, 2001, p. 27). Para resgatar a gênese da Filosofia e as concepções de Educação propostas pelos gregos antigos, recorreremos aos estudos sobre a Filosofia da Educação.

O texto inicia com a definição do que é Filosofia e sua contribuição para a compreensão de mundo, desde as primeiras concepções de Educação contidas nos escritos dos filósofos antigos. A sociedade grega antiga observava o ato de educar enquanto uma prática social, contida nas tradições do seu povo, sendo essencial para a formação dos seus cidadãos. Dessa forma, os primeiros filósofos identificaram as características de seu contexto social e desenvolveram uma nova forma de observar o mundo, que é o pensamento filosófico.

Quanto às discussões e reflexões desta seção relacionadas à Educação, essas partem da concepção de que é necessário educar os seres humanos. Principalmente aqueles considerados pela sociedade grega como cidadãos, para que, assim, possam se integrar às discussões da comunidade, sendo participantes dos seus espaços sociais. Os gregos compreendiam que a Educação é uma possibilidade eficiente para perpetuar seus valores, suas tradições e, dessa forma, se constituir enquanto civilização.

3.1 O DESPERTAR PARA A FILOSOFIA

A civilização grega em seus primórdios buscou nas explicações mitológicas os significados e os sentidos dados aos comportamentos e ensinamentos propostos pelos grupos sociais daquele contexto. Para Severino (1994, p. 24), “todas as formas de conhecimento buscam um sentido, visam compreender a realidade em seus vários aspectos e em suas relações com os homens”. Com isso, se reconhece que a vida social estava interligada efetivamente à religiosidade daquela sociedade. Isso se deve ao fato de que principalmente os fenômenos naturais eram compreendidos como manifestações dos deuses, além de que os sentidos e as emoções humanas poderiam ser percebidas como divinas.

Diante desse contexto, podemos considerar a religiosidade grega como uma religião cívica, “[...] surgiu, assim, como um fator aglutinador das forças cooperativas da *polis*. Era um vínculo comunitário e um garantidor de sua integridade, de seu território e de sua identidade” (GUARINELLO, 2013, p. 79). Os comportamentos sociais eram baseados no culto público aos deuses antigos, nas oferendas e manifestações que agradassem no intuito de conquistar favores e recompensas como, por exemplo, a conquista de uma batalha em um conflito ou a boa colheita nos períodos necessários. Os mitos eram transmitidos pelos considerados poetas-rapsodos, que viajavam pelas diversas regiões gregas a fim de transmitir as histórias mitológicas, que eram recebidas diretamente das divindades. Por isso, essas narrativas não eram contestadas ou questionadas.

Esses comportamentos eram perpetuados entre as gerações principalmente pelas tradições orais. “[...] Para os gregos, mito é um discurso pronunciado ou proferido para ouvintes que recebem como verdadeira a narrativa, porque confiam naquele que narra; é uma narrativa feita em público, baseada, portanto, na autoridade e confiabilidade da pessoa do narrador [...]” (CHAUI, 2001, p. 28). A civilização grega possuiu um considerável arcabouço de histórias mitológicas que nos permitem compreender a sua cultura e, principalmente, entender a sua organização social. A partir desse contexto, nas sociedades da Grécia Antiga, antes do surgimento da Filosofia, a realidade social mesclava o vivido de maneira concreta com o fantástico ou sobrenatural, pois esses determinavam os preceitos do povo helênico, que se transformaram ao longo dos séculos devido às conquistas de território, a migração de povos e as batalhas.

Os gregos criaram os mitos, que por meio da religiosidade daquele contexto auxiliaram a entender a criação do universo (cosmos) e seu funcionamento. “O mito é um tipo de compreensão intuitiva da realidade [...]. Bastam as crenças, sem que se exija daquele que

crê a compreensão plena dos mistérios: estes são aceitos sem discussão, transmitidos pela tradição cultural, muitas vezes com forte apelo ao sobrenatural [...]” (ARANHA, 2006b, p. 18). Nesse sentido, as narrativas mitológicas resgatam as histórias longínquas que explicam os motivos do porquê os acontecimentos naturais e humanos são daquela maneira. Essas transformações acontecem por meio dos deuses e de suas manifestações (genealogias, rivalidades e alianças), porém, não se preocupavam em justificar suas razões de forma racional e concreta, pois a verdade estava no discurso proferido.

[...] Homero é poeta. Seu ofício é produzir imagens. Como vive numa cidade em processo de democratização, revive matéria épica na experiência de todos os dias e assim dialoga com sua gente. Faz da epopéia (sic) um retrato do mundo. Hesíodo, atuando em situação política semelhante e interessado em sistematizar o mito, lançar o olhar ao universo. Poeta como Homero, expõe com narrativas reelaboradas problemas do seu tempo (SCHÜLER, 2007, p. 7).

Cabe ressaltar, segundo Chaui (2001), que as tradições religiosas, os mitos, proferidos por Homero e Hesíodo, promoviam as organizações sociais estabelecidas nas regiões gregas da Antiguidade. Além disso, partes dessas construções culturais provinham dos povos orientais que habitavam diversas regiões do Oriente Médio e Ásia Menor, entre eles, egípcios, assírios, caldeus, persas e babilônicos. Esses poetas, resgatam os prolegômenos dessas culturas que se desenvolveram antes dos gregos e, assim, compõem o arcabouço mitológico do seu povo e que, posteriormente, foram absorvidos pela própria Filosofia.

De fato, o conhecimento mitológico criado tem sua origem na miscigenação das culturas antecessoras, pois “[...] tôdas (sic) as suas funções criativas eram ligadas à religião, e as mensagens mais significativas eram sagradas [...]” (MUMFORD, 1965, p.135). Os gregos foram os pioneiros em articular as capacidades e o uso da razão humana para construir uma base sólida de conhecimento. Ao longo da história grega na Antiguidade, a mitologia auxiliou esse povo a compreender o seu contexto e suas relações humanas, porém essas explicações começaram a perder sentido de elucidar o que acontecia na sociedade daquele momento.

Diante disso, essa civilização então não mais satisfeita com as explicações mitológicas, iniciou um movimento de indagação pautado no pensamento racional, que por consequência levou a uma redescoberta de sua realidade. Assim, começam a questionar suas crenças cotidianas, relacionadas ao mundo, à sua realidade social e religiosa. Nesse contexto, surgiu a Filosofia, que buscou, nesse cenário, compreender o sentido das coisas, caracterizando, em um primeiro momento, como uma nova forma de refletir sobre a origem dos fenômenos da natureza.

A filosofia surge quando se descobriu que a verdade do mundo e dos humanos não era algo secreto e misterioso, que precisasse ser revelado por divindades e alguns escolhidos, mas que, ao contrário, podia ser conhecida por todos, através da razão, que é a mesma em todos; quando se descobriu que tal conhecimento depende do uso correto da razão ou do pensamento e que, além da verdade poder ser conhecida por todos, podia, pelo mesmo motivo, ser ensinada ou transmitida a todos (CHAUI, 2001, p. 23).

Na medida em que a Filosofia foi se constituindo, esta não anulou os mitos, mas permitiu que os mesmos fossem ressignificados, apresentando uma nova possibilidade de explicação do que as histórias mitológicas traziam como verdade. O pensamento filosófico estabelecido pelos gregos despertou o encantamento por conhecer, por desbravar o novo e, ao mesmo tempo, observar aquilo que já era conhecido, mas sob uma outra perspectiva, assumindo um compromisso com o despertar do conhecer humano.

Nesse aspecto, as contribuições do pensamento filosófico grego para as sociedades ocidentais estão na ideia do pensamento racional. De maneira breve, podemos definir como uma maneira de sistematizar a racionalidade humana, a partir de princípios, ordens e preceitos universais, ou seja, que têm a validade em todos os lugares, épocas e sociedades.

Se analisarmos as formas de expressão que existiam, é possível encontrar respostas significativas para o surgimento da Filosofia. Segundo Severino (1994, p. 70) “a filosofia surgiu na Grécia antiga, quando a consciência humana pretendeu explicar as coisas sem recorrer a entidades sobrenaturais, as forças superiores e personalizadas”. Ou seja, na busca de entender e ter uma explicação, um sentido para tudo, sem sair de sua essência é que a consciência passa a ser a razão lógica.

Para compreender a Filosofia é necessário refletir sobre a existência humana, pois esse conjunto de pensamentos ajuda os seres humanos a darem sentido em suas outras ações. Assim, a Filosofia tem a incumbência de dar significado às transformações que cercam a vida individual e social, despertando um sentido de refletir sobre as relações que são constituídas entre as sociedades, seus contextos e também com a natureza. É um modo particular do sujeito entender aspectos da realidade da qual faz parte.

Dessa forma, a partir do surgimento da Filosofia por volta do final do século VII e início do VI a.C., na Ásia Menor, especificamente nas regiões de Jônia e Mileto, os seres humanos se tornaram capazes de perceber e compreender o funcionamento da natureza em meio a uma sociedade, que tinha como referência poetas e cantores que espalhavam histórias fantásticas ou mitos que envolviam deuses com poderes sobrenaturais.

As circunstâncias para o despertar da Filosofia envolveram questões materiais, econômicas, sociais, políticas e históricas. Os gregos, na Antiguidade, desenvolveram

atividades de comércio marítimo com a navegação pelos mares até então conhecidos. Foi possível desmitificar as regiões que outrora, segundo suas tradições, foram habitadas por deuses, heróis e criaturas fantásticas. “[...] As viagens produziram o desencantamento ou a desmitificação do mundo, que passou, assim, a exigir uma explicação sobre sua origem, explicação que o mito já não podia oferecer” (CHAUI, 2001, p. 31).

Outro fator a ser destacado é a criação do calendário que permitiu aos gregos o controle do tempo, ou seja, foi possível cada vez mais perceber as mudanças das estações do ano, a passagem do dia para a noite e dos próprios acontecimentos humanos. Essa maneira de medir o tempo possibilitou aos pensadores utilizar suas competências racionais para perceber os movimentos e as transformações não como divinos, mas como algo intrínseco à natureza e ao ser humano.

Além das viagens marítimas e do calendário, outra circunstância a ser destacada é a criação e utilização de moedas nas trocas comerciais. Isso permitiu que o comércio se fortalecesse, pois “[...] indicavam o poder de uma comunidade política em estabelecer padrões, de medir as diferenças de riqueza internas, de impor-se nos tráficos mediterrânicos e de auferir lucros comunitários pelo monopólio das emissões [...]” (GUARINELLO, 2013, p. 90). Portanto, ao agregar valor aos produtos, objetos e animais, fez com que surgissem novas capacidades intelectuais relacionadas ao raciocínio lógico e à universalização do pensamento.

Certamente, a criação de uma escrita alfabética contribuiu para o nascimento da Filosofia, pois diferentemente de outras escritas como a cuneiforme suméria, hieroglífica dos egípcios e os ideogramas chineses, a escrita fonética permite uma maior abstração das ideias e “[...] supõe que não se represente uma imagem da coisa que está sendo dita, mas a idéia (sic) dela, o que dela se pensa e se transcreve” (CHAUI, 2001, p. 32). De fato, ao registrar seus pensamentos, os gregos não apenas descreviam seu cotidiano, mas permitiam que esses escritos pudessem chegar até a atualidade e ainda serem lidos, observados, contemplados e valorizados enquanto parte da cultura ocidental.

Nessa perspectiva, Schüller (2007), demonstra a importância dada pela civilização grega para o registro escrito, ou o ato de grafar. A grafia, do termo grego *graphein*, tem relação com o escrever, a fruição da literatura e também com o pintar, demonstra uma mudança de perspectiva do humano. Isso ocorre pois, ao escrever ou desenvolver a caligrafia, o ser se transmuta, sendo capaz de apontar suas ideias, revisitá-las e modificá-las, indo ao encontro das narrativas mitológicas que, conforme refletido anteriormente, têm seu valor de autoridade, de palavra proferida como verdade, não sendo possível alterá-la ou questioná-la.

A proximidade entre a Filosofia e a escrita despertou nos pensadores gregos da Antiguidade, a capacidade de abstração e de desenvolver um pensamento lógico racional. O filósofo Platão, que terá suas reflexões descritas na próxima seção, utilizou da palavra escrita para reviver as ideias de seu mestre Sócrates, “a grafia de Platão nasce de feridas, de rupturas, de perdas. Para burlar a vigilância, Platão desloca a cena, da agitação da praça à austeridade do papiro. [...]. Platão age como um *phármakon* para devolver vigor ao discurso debilitado por palavrório incoerente (sic)” (SCHÜLER, 2007, p. 94, *grifo do autor*). A palavra escrita materializa aquilo que a Filosofia deseja expressar por meio do pensamento, não de maneira restrita, mas compartilhado com toda a sociedade.

O surgimento da Filosofia se favoreceu também pela invenção da política, visto que o espírito da coletividade humana decide em prol de um bem comum e da própria *polis*. A partir dos escritos de Chauí (2001), o modelo de organização das cidades-estados será levado em consideração pela Filosofia, como ponto de observação racional do mundo, de maneira regulada e ordenada. A política na sociedade grega motivou o surgimento de espaços públicos, sendo a Ágora um desses espaços destinados aos cidadãos discutirem situações que envolvem acontecimento do cotidiano e de seus interesses. Proferir a palavra em público é um direito destinado a uma pequena parcela da sociedade grega daquele contexto. As decisões tomadas na Ágora eram feitas por meio das discussões, do poder de persuasão, do diálogo entre os pares e a partir dessas considerações, era possível encontrar as razões para se fazer ou não.

Ademais, os povos que habitaram a Antiguidade construíram diversos modelos de organização político e administrativa, como a teocracia, baseada na religiosidade, ou a monarquia, que permitia somente um homem ou um seleto grupo de homens tomarem as decisões a respeito de seu território. Diferentemente dessas civilizações que circundavam as regiões helênicas, os gregos estabeleceram um modelo democrático, e com isso criaram a política, uma prática tipicamente desses povos. Segundo Chauí (2001), a própria palavra política tem a sua origem no idioma grego, provém etimologicamente de *polis*, e pode ser definida como uma cidade ordenada por normas e entidades governantes.

Sob esse viés, vale ressaltar que a política, é uma prática humana, que tem sua origem na sociedade grega e auxiliou no fortalecimento da *polis*. A política e a Filosofia têm suas proximidades e ambas podem estimular, “[...] um pensamento que todos podem compreender e discutir, que todos podem comunicar e transmitir, é fundamental para a Filosofia” (CHAUÍ, 2001, p. 32). Desse modo, o pensamento filosófico tem sua gênese na persuasão, no diálogo, na retórica e, principalmente, na razão, fatos esses que estão interligados com a política grega.

Com a Filosofia, os gregos puderam perceber sua realidade para além daquilo que compreendiam como real e verdadeiro. Ao desmistificar a ideia de que o conhecer profundamente algo, suas virtudes e qualidades não exige necessariamente um poder sobrenatural, os gregos apresentam uma nova forma de se deparar com a realidade que os cerca e um legado que perdura até os dias atuais. A partir dessas reflexões acerca da origem e das motivações para o surgimento da Filosofia, também é preciso perceber as concepções iniciais desenvolvidas pelos filósofos e pensadores gregos no despertar desse modo de reflexão crítica.

3.2 OS PRINCÍPIOS GREGOS PARA A FILOSOFIA

A Filosofia, conforme destacado anteriormente, teve a sua origem com os povos habitantes das regiões da Grécia Antiga. Assim, consideramos o seu surgimento como um acontecimento tipicamente grego, pois essa civilização estabeleceu uma série de critérios para expressar um pensamento filosófico autêntico, ou seja, que demonstre, conforme Chaui (2001), uma organização de pensamentos que estabeleçam princípios acerca da sociedade, de seu contexto e de seus métodos.

Segundo os escritos da história da Filosofia, teria sido Pitágoras de Samos (570 a.C. – 496 a. C.) o idealizador do termo “Filosofia”. O filósofo grego afirmava que o conhecimento pleno e completo seria uma dádiva destinada apenas aos deuses e deusas e que aos seres humanos caberia o desejo do saber. Para atender a essa aspiração, os homens precisariam se tornar filósofos, “[...] da pessoa que ama, isto é, deseja o conhecimento, o estima, o procura e o respeita [...]” (CHAUI, 2001, p. 19).

Nesse sentido, ao sábio é exigida uma atitude ativa em relação ao conhecer, refletir e contemplar. Desse modo, o desejo de conhecer daquele que frui o pensar permite vislumbrar uma gama de conhecimentos e saberes para, assim, os compartilhar. No entanto, há de se destacar que o campo da Filosofia contém contribuições de diversos povos, entre eles, chineses, japoneses, árabes, persas, hebreus, hindus, africanos e povos originários da América.

Isso se deve ao fato de que esses povos também desenvolveram um conjunto de sabedorias que contribuíram com o desenvolvimento cultural, intelectual e social de suas sociedades. Porém, ao tratarmos da Filosofia enquanto “aspiração ao conhecimento racional, lógico e sistemático da realidade natural e humana, da origem e causas do mundo e de suas

transformações, da origem e causas das ações humanas e do próprio pensamento [...]” (CHAUI, 2001, p. 20), estamos nos embasando em uma atividade grega.

A origem da Filosofia Ocidental tem como uma de suas bases o pensamento grego, uma vez que a própria palavra ou termo *Filosofia* tem sua origem na língua falada pelos povos helênicos na Antiguidade, “[...] (*philos-sofia*) significa amor à sabedoria, ou amizade com o saber” (SCHIMILA *et al.*, 2019, p. 271, *grifos dos autores*). Nesse sentido, partimos dos princípios do campo filosófico grego para as reflexões propostas nessa dissertação. Quando os gregos deram início à sua constituição de Filosofia, deixaram em seu legado um arcabouço de fundamentos que servem de base para a constituição do pensamento filosófico ocidental e, com isso, permitiram a sua continuidade ao longo dos séculos.

Filosofia é um modo de pensar e exprimir os pensamentos que surgiu especificamente com os gregos e que, por razões históricas e políticas, tornou-se, depois, o modo de pensar e de se exprimir predominante da chamada cultura europeia ocidental da qual, em decorrência da colonização portuguesa do Brasil, nós também participamos (CHAUI, 2001, p. 21).

A influência grega estabelece elementos acerca da racionalidade, da lógica, da arte, da cultura, das sociedades ocidentais de modo geral e, conseqüentemente, na Educação, “[...] a filosofia se insere na história, e os temas com que se ocupa mudam de acordo com os problemas que precisam enfrentar e que exigem esse tipo de reflexão” (ARANHA, 2006b, p. 20). Outrossim, essa continuidade da Filosofia pelas sociedades europeias ocidentais também se faz presente no pensamento brasileiro devido aos processos de colonização ocorridos a partir do século XVI, principalmente pelos portugueses ao impor a sua cultura aos povos originários que habitavam as regiões do Brasil.

Em aproximação a isso, ao evidenciarmos a etimologia da palavra “Filosofia” e sua influência nas sociedades ocidentais, cabe destacar a sua compreensão a partir de seu surgimento com os gregos e a maneira pela qual ainda permanece essencial para a atualidade. Diante disso, partimos da compreensão de que a Filosofia de fato não é uma ciência, mas um conjunto de pensamentos críticos e reflexivos acerca do mundo e dos seres humanos (CHAUI, 2001). Nesse sentido, a própria busca pela concepção do pensamento filosófico é algo que pensadores e filósofos buscam desde os primórdios “[...] conhecer a realidade e a própria existência, das questões mais simples até as mais complexas como buscar um significado para a vida e um sentido para aqui estarmos, com vistas a direcionar o pensamento às questões do porvir” (SCHIMILA *et al.*, 2019, p. 271).

Diante dessa perspectiva, a reflexão filosófica possibilita o perceber, o conhecer e o refletir sobre as ações humanas e do próprio conhecimento. A Filosofia permite a quem se dedica a estudá-la ampliar a sua observação da realidade. Sendo assim, não podemos reduzi-la à definições limitadas que buscam explicações relacionadas a uma área do conhecimento ou especulações acerca da vida em sociedade, ou seja, “[...] a filosofia não constitui um saber acabado, uma vez que as realidades se alteram rapidamente [...]” (SCHIMILA *et al.*, 2019, p. 272). Entretanto, compreendendo os contextos, as diferentes sociedades, suas origens e diversidades, o conhecimento filosófico tem entre seus princípios e campo de estudo as transformações da natureza, do tempo, dos seres humanos, as divergências, contradições, ou suma, tudo aquilo que compõe o sujeito e suas relações.

O conhecimento filosófico é um trabalho intelectual. É sistemático porque não se contenta em obter respostas para as questões colocadas, mas exige que as próprias questões sejam válidas e, em segundo lugar, que as respostas sejam verdadeiras, estejam relacionadas entre si, esclareçam umas às outras, formem conjuntos coerentes de idéias (sic) e significações, sejam provadas e demonstradas racionalmente (CHAUI, 2001, p. 15).

Assim, filosofar é um ato de questionar o conhecimento e a realidade, que podem ser considerados como fidedignos, inquestionáveis, mas para um filósofo, são passíveis de indagamentos (ARANHA, 2006b). A Filosofia surgiu como uma nova forma de observar as manifestações da natureza e do mundo, sendo que, “além de análise, reflexão e crítica, a filosofia é a busca do fundamento e do sentido da realidade em suas múltiplas formas indagando o que são, qual sua permanência e qual a necessidade interna que as transforma em outras” (CHAUI, 2001, p. 17). Gradativamente, os mitos foram deixando espaço para novas compreensões sobre os acontecimentos.

O que difere um pensamento coloquial, aquele construído pelo saber popular por meio da vida cotidiana, daquele construído pela Filosofia é a maneira como, nesse campo de estudo, se observa, reflete e produz criticidade acerca de conceitos e ideias. Além das atitudes filosóficas, conforme Chaui (2001) nos apresenta, existem ações que buscam questionar de maneira crítica não apenas a ciência e a amplitude do universo, mas o cotidiano e as suas diversas particularidades. Nesse sentido, o conhecimento filosófico tem intrinsecamente em seu corpo teórico e crítico a reflexão e a crítica como fundamentos.

Outro ponto a ser destacado acerca das diferenças entre a Filosofia e o pensamento do senso comum é que as explicações pautadas na racionalidade permitem à compreensão dos acontecimentos e fatos serem da maneira como são. Além disso, essas interpretações sobre o mundo, a natureza e os seres que o habitam são baseados na composição, combinação e

separação de elementos e também das ideias. Mais um contraponto acerca dessas temáticas diz respeito às origens do mito e da Filosofia que não são as mesmas, pois os estudos filosóficos são baseados na coerência, na lógica e na razão.

A partir da observação, reflexão e crítica das ações que envolvem os seres humanos, o universo e a natureza, a Filosofia é considerada como precursora dos demais campos teóricos e epistemológicos, “[...] a filosofia, além de poder examinar tudo (porque nada escapa ao seu interesse), também visa ao todo, à totalidade. Daí sua função de interdisciplinaridade, que permite estabelecer o elo entre os diversos tipos do saber e do agir humanos” (ARANHA, 2006b, p. 21). Assim, contribui desde os primórdios até a atualidade para os estudos em diversas áreas do conhecimento, como a matemática, biologia, medicina, história, geografia entre tantas outras.

Em consonância com os pressupostos apresentados anteriormente, cabe ainda salientar, a partir dos escritos de Schmida *et al.* (2019), que a Filosofia permite a construção do diálogo entre os sujeitos envolvidos, permitindo os questionamentos acerca da existência e da compreensão dos fatos. Outrossim, o pensamento filosófico exige daquele que decide se deixar envolver um proceder atento aos fundamentos estabelecidos. Portanto, as atitudes de quem busca na Filosofia os seus preceitos são dizer não àquilo que já está estabelecido e não foi passível de reflexão, e também indagar sobre os acontecimentos e atitudes humanas.

O ato de indagar, na Filosofia, permite promover questionamentos sobre o pensamento, o conhecimento as ações e atitudes, “[...] se o filósofo é capaz de se surpreender com o óbvio e questionar as verdades dadas, aceita a dúvida como desencadeadora desse processo crítico” (ARANHA, 2006b, p. 20). Uma das principais características do pensamento filosófico é permitir a reflexão da maneira como pensamos, agimos e compreendemos as relações que estabelecemos com o mundo que há em nossa volta. É desde os gregos que o conhecimento da Filosofia perpassa os questionamentos que envolvem a síntese e a organização de todas as coisas. Segundo Chaui (2001), as reflexões que a Filosofia constitui envolvem as atitudes dos seres humanos frente ao conhecimento produzido, pois refletir faz o pensador convergir seu pensamento e sua crítica para si mesmo.

Ao longo dos séculos, a Filosofia se consolidou enquanto pensamento reflexivo acerca da realidade e suas transformações. O legado filosófico grego para o Ocidente foi crucial, pois, “[...] no correr dos séculos, um conjunto de preocupações, indagações e interesses que lhe vieram de seu nascimento na Grécia” (CHAUÍ, 2001, p. 34). A partir disso, destacamos as principais características da Filosofia que se formaram na Grécia Antiga.

Inicialmente, os filósofos gregos tendiam a buscar a racionalidade, pois para essas mulheres e homens da Antiguidade, somente por meio da razão que se estabeleciam critérios para se compreender algo ou alguma coisa. E com isso, buscavam analisar suas questões com o objetivo de encontrar uma verdade ou conclusão eficaz. A Filosofia nascida entre os gregos também tendia à universalização do pensamento enquanto uma solução pensada para solucionar algum problema. Para os povos desse período, se algo fosse pensado e analisado, mas se encontrasse alguma contradição, poderia ser considerado falso diante dos seus pressupostos filosóficos.

Para compreendermos de maneira cronológica o surgimento e o desenvolvimento da Filosofia na Grécia Antiga, seguimos a divisão proposta por Chaui (2001), que considera quatro períodos. O primeiro deles, é chamado de *Pré-socrático* ou *Cosmológico*, que ocorreu do final do século VII ao final do século V a.C. Nesse período, a Filosofia se voltou para a compreensão da “origem do mundo e as suas causas das transformações na Natureza” (CHAUI, 2001, p. 34).

Já ao final do século V a.C. e todo o século IV a.C., temos o período denominado de *Socrático* ou *Antropológico*³. Nesse momento, a Filosofia dos gregos se preocupou em investigar aquilo que era do ser humano, nas questões relacionadas à ética, à política e às práticas humanas. Nessa época, ocorre o auge do pensamento filosófico durante a Grécia Clássica, quando a cultura, a arte, a política e a democracia estavam em pleno desenvolvimento. Por sua vez, o período entre o final do século IV a.C. ao fim do século III a.C. é nomeado como *Sistemático*.

Durante os séculos anteriores, a Filosofia se consolidou, mas nesse momento os filósofos gregos empenharam-se em agrupar e compilar o pensamento a respeito da *Cosmologia* (narrativas sobre a origem e ordenação do mundo a partir de divindades geradoras) e a *Teogonia* (narrativas que relatam a origem das deusas e deuses gregos e de suas genealogias). Nesse sentido, o pensamento filosófico grego tinha a preocupação de demonstrar que o objeto de estudo do conhecimento pode estar na vida cotidiana e pode ser compreendido a partir dos critérios da Filosofia sobre a verdade e a ciência.

Por fim, temos o período *Helenístico* ou *Greco-romano*, que corresponde ao final do século III a.C. até o século VI d.C. Nesse momento da Filosofia, houve uma forte influência

³ Encontramos em Chaui (2001), que a influência do filósofo Sócrates (470 a.C. – 399 a.C.) foi essencial para relacionar o pensamento filosófico das questões sociais e humanas e nesse sentido, os períodos são classificados antes e a após as contribuições socratinianas. Quanto à designação desse período ser classificado também como antropológico tem relação com as mudanças ocorridas nas reflexões da Filosofia, pois o ser humano e as questões que envolvem a convivência do homem em sociedade passam a ser valorizadas pelos pensadores.

da sociedade romana e também dos religiosos da nascente Igreja Cristã. Assim, os filósofos buscavam compreender as relações da ética e do conhecimento estabelecido pelo ser humano, a natureza e Deus. Dessa forma, estabelecidos os períodos da história da Filosofia ao longo das vivências da sociedade grega, cabe destacar os principais aspectos tratados pelas concepções filosóficas desse ciclo.

Nesse primeiro tempo, os filósofos preocuparam-se na busca por compreender a natureza e suas manifestações. Assim, ficaram conhecidos como pré-socráticos, tendo destaque Tales de Mileto (624 a.C.-546 a.C.), considerado o primeiro filósofo da história, “[...] o homem grego comum surpreende-se com a atitude originária dos filósofos pré-socráticos [...]” (SANTOS, 2013, p. 17). Esses primeiros pensadores desenvolveram suas ideias por diversas regiões da Grécia Antiga, chamadas pela história da Filosofia de escolas, sendo elas, jônica, itálica, eleata e da pluralidade (CHAUI, 2001). A partir de Tales, tivemos diversos outros sábios (*sophos*) que também buscaram estabelecer a base do pensamento filosófico o que, posteriormente, contribuiu para a construção das reflexões que permeiam o pensamento ocidental.

Em sua fase inicial, conforme Chaui (2001), a Filosofia preocupou-se basicamente em propor o conhecimento acerca do universo e da natureza, questionando a realidade vigente. Entre os filósofos pré-socráticos podemos citar Anaximandro de Mileto (610 a.C. – 547 a.C.), Anaxímenes de Mileto (558 a.C. – 524 a.C.), Heráclito de Éfeso (540 a.C. – 470 a.C.), Parmênides de Eléia (530 a.C. – 460 a.C.), Pitágoras de Samos (570 a.C. – 496 a. C.), Leucipo de Abdera (Século V a.C.) e Demócrito de Abdera (460 a.C. – 370 a.C.). Face a isso, o pensamento filosófico vai enaltecer as origens da natureza (*physis*) e as suas transformações.

A motivação para a compreensão da natureza tem suas razões pautadas na busca de sua proveniência e suas vicissitudes, levando em consideração também as mudanças dos seres humanos, pois, para os pensadores pré-socráticos, a *physis* é perpétua, imperecível e de onde tudo provém, sendo elemento primordial. As premissas pré-socráticas utilizavam diferentes conjuntos de elementos ou *physis* para explicar acerca do mundo e suas conversões seguindo uma organização lógica e racional, uma vez que “[...] encontramos o filósofo grego inaugurando um modo de pensar que não mais pensa a *physis* a partir do canto dos deuses, mas a partir de si mesma e do nascimento da observação de um ordenamento das razões [...]” (SANTOS, 2013, p. 17, *grifo da autora*). O devir da *physis* enaltece o ser e suas competências para observar o mundo e a si mesmo sob uma perspectiva genuinamente humana.

Com o desenvolvimento das regiões gregas pelas intensas atividades comerciais, além das intervenções e conquistas militares, o auge do progresso dos povos gregos enquanto civilização foi alcançado. A cidade-estado de Atenas se tornou uma das regiões de expoente prosperidade e, com isso, a democracia no modelo pensado pela sociedade grega se fortaleceu. Essa representação democrática permite àqueles considerados cidadãos a garantia de falar e persuadir seu público, ou seja, exprimir, discutir e defender, em meio aos espaços coletivos da *polis*, suas opiniões sobre as decisões tomadas nas assembleias.

Outro ponto a ser mencionado nessa trajetória da Filosofia e seu desenvolvimento na Antiguidade grega, segundo Chaui (2001), é a contribuição dos sofistas, considerados os primeiros filósofos do período socrático ou antropológico. Entre eles, Górgias de Leontini (485 a.C. – 380 a.C.), Protágoras de Abdera (480 a.C. – 411 a.C.) e Isócrates de Atenas (436 a.C. – 338 a.C.). Esses também são considerados os primeiros professores, que tinham como principal função dentro da sociedade grega o preparo dos jovens para as assembleias e decisões das cidades-estados (*polis*).

A retórica, ou a arte de persuadir, era um dos ensinamentos trabalhados pelos sofistas daquele período, “[...] os cidadãos tinham prerrogativas de atuarem nas decisões políticas na Ágora e, para isso, foi necessária uma transformação na forma de falar e se expressar. Aprender a discutir e convencer por meio da palavra e do discurso tornou-se essencial para os cidadãos [...]” (SCHIMILA *et al.*, 2019, p. 273). Nesse momento, a Filosofia se consolida entre os gregos, enquanto filósofos socráticos e sofistas geram contendas acerca da retórica e sua função entre os jovens e cidadãos.

Retomando os escritos de Chaui (2001), compreendemos que os filósofos pré-socráticos já davam importância à dúvida e aos questionamentos, começando a se observar o mundo e a natureza, a busca pela compreensão, indagação de como é e por que é, a partir de uma nova perspectiva. No entanto, os sofistas foram alvo de críticas dos filósofos socráticos, pois, para esses pensadores, o uso da persuasão a partir das experiências sensíveis e das suposições, consideradas como falsas, não permitia aos pensadores se aproximarem da verdade.

Nesse sentido, destacamos as contribuições de três pensadores, sendo eles, Sócrates (470/479 a.C. – 399 a.C.), Platão (428/427 a.C. – 348/347 a.C.) e Aristóteles (384 a.C. – 322 a.C.). Esses filósofos voltaram seus estudos para o ser humano, ou seja, para o pensamento antropológico em sua capacidade de despertar o autoconhecimento e de compreender outros conhecimentos e a verdade, além de entender os sujeitos enquanto seres racionais.

O filósofo grego Sócrates, conforme Severino (1994), percebia que o conhecimento é constituído através das dúvidas e questionamentos, partindo da crença de que a verdade existe e deve ser conhecida. Dessa forma, o ser humano, conhecendo a verdade, pode seguir normalmente e estar de acordo ou não com ela. Assim, basta conhecer o bem para praticá-lo. Sócrates “propunha que, antes de querer conhecer a Natureza e antes de querer persuadir os outros, cada um deveria, primeiro e antes de tudo, conhecer-se a si mesmo” (CHAUI, 2001, p. 37). Nesse ponto da história da Filosofia, os processos estabelecidos pelos pensadores garantiam a existência de meios para se aproximar do conhecimento.

Com Sócrates, a Filosofia começou a modificar seu objeto do conhecimento, não prevalecendo mais os estudos da natureza e da observação do mundo e universo preconizado pelos pré-socráticos ou ensinar aos jovens as funções da cidadania grega. Ao contrário, um conhecimento filosófico voltado para as questões relacionadas à humanidade enquanto dotada de racionalidade e sua existência, buscando pelos atributos da moral e da política. Assim, esse filósofo propõe a se indagar sobre as verdades universais e essenciais para a existência humana:

[...] Sócrates é condenado por indagar aos sujeitos, em viva-voz, a sua condição enquanto cidadãos e sujeitos. Sócrates é aquele que, com sua presença e discurso, faz todos os demais soçobrem. Ele interpelava ao escravo, ao cidadão, também aos estrangeiros. Ele os intima a considerar seriamente a sua posição de cidadão e discurso. Ele os chama mais intensamente à responsabilidade que o Senhor do Oráculo de delfos lhe designou. Por seu discurso Sócrates é condenado, pois a cidade não quer ouvir o que ele tem a dizer (SANTOS, 2013, p. 20).

O filósofo Sócrates era movido pelas perguntas que, segundo esse pensador, eram o meio pelo qual se chega ao conhecimento verdadeiro. Nesse sentido, ao interpelar os habitantes de Atenas, despertava a reflexão e o pensamento, permitia ao espírito humano conhecer a verdade invisível, imutável e necessária. Sócrates, “era extremamente inoportuno[...] andava pela cidade fazendo perguntas simples, mas que, na verdade, de simples não tinham nada [...] e as pessoas se davam conta do quão pouco sabiam [...] considerava que a tarefa havia sido cumprida” (SCHIMILA *et al.*, 2019, p. 273). A partir dessa concepção, Sócrates foi desenvolvendo o seu método, chamado de maiêutica ou “parto” das ideias, por meio do qual buscava estimular a construção de questionamentos que visavam promover o autoconhecimento e o compartilhamento de conhecimentos.

Os princípios socráticos eram direcionados a toda a população da *polis* e, mais especificamente, à mocidade ateniense, aos quais Sócrates instigava cada vez mais a pensar e questionar sobre sua realidade. Por estar em meio aos jovens, foi acusado de desencaminhar a juventude, descumprir as leis e também de ir de encontro aos valores da religião grega.

Assim, foi julgado pela assembleia de Atenas em 399 a.C. e condenado à morte, pois Sócrates (CHAUI, 2001) preferiu não se defender a ter que renunciar à Filosofia e seus princípios racionais.

Os registros das ideias de Sócrates foram feitos por seus discípulos, pois o mesmo nada escreveu. Platão, que aos vinte anos de idade havia conhecido seu preceptor e veio a ser um dos principais discípulos, “[...] foi quem deu a voz a Sócrates, já que este não deixou nenhum material escrito. Famoso por seus diálogos, Platão coloca Sócrates como personagem principal, um sujeito questionador, capaz de colocar em risco os saberes dos outros personagens” (SCHIMILA *et al.*, 2019, p. 273). Posteriormente, também se tornou mestre, formou um conjunto de preceitos filosóficos, considerando que as coisas concretas (visíveis) nada mais são do que cópias, traços de algum modelo (inteligível).

As ideias propostas por Platão deram origem à Teoria das Ideias, que reunia a essência de seu pensamento, possibilitando até a atualidade compreender os seus diálogos e suas definições de verdade, beleza, Educação e, principalmente, política, pensada para a criação de uma *polis* comprometida a todos os seus habitantes. “[...] A *polis*, a sua educação, a arte, a poesia, todos esses elementos só podem ser compreendidos e integrados a partir da compreensão ontológica e gnosiológica do platonismo cuja base é a já conhecida teoria das ideias” (OLIVEIRA; ABREU, 2015, p. 209, *grifo dos autores*). Isso se deve ao fato de que, para esse pensador grego, a Educação tem importância para promover governantes capazes de administrar as cidades-estados. Nesse sentido, a proposta de Platão é política (TEIXEIRA, 1999), posto que as conexões entre os cidadãos, o meio social e a pátria, foram assuntos presentes nos escritos platônicos.

[...] Platão inventa uma prosa ágil, despida de fossilizantes normas retóricas, prosa que leva a sedução poética à espontaneidade da conversa, prosa armada da malícia da comédia e da severidade da tragédia, prosa apta a conduzir ordenadamente os argumentos ao fim. [...] Platão, convencido de que a inteligência pode mais que a demagogia, confiou o papel principal de seus espetáculos textuais a Sócrates. Manter acesa a tocha da inteligência contra o obscurantismo de uma intelectualidade caricata, esta foi a tarefa de Platão (SCHÜLER, 2007, p. 94)

Platão foi um ferrenho crítico dos sofistas, pois para o pensador o uso da retórica para a persuasão e convencimento das pessoas, não permitia que os seres humanos chegassem à verdade racional. Frente ao contexto de condenação de seu mestre, Platão propôs a criação da Academia, um espaço para a formação dos jovens cidadãos das cidades, utilizando o método socrático, ou seja, a Educação a partir do diálogo. “[...] O método da dialética é o único que procede, por meio da destruição das hipóteses, a caminho do autêntico princípio, a fim de

tornar seguros os seus resultados” (PLATÃO, 2001, p. 347). O processo educativo está permeado pela busca da verdade, por meio do conhecimento, para que, assim, se possa chegar aos modelos idealizados de beleza, bondade e justiça (TEIXEIRA, 1999).

O período antropológico da Filosofia grega influencia também a preocupação com a formação corporal e espiritual dos cidadãos. Por conta disso, na Academia, eram ensinados conhecimentos sobre geometria, matemática, retórica, dialética e Filosofia. O compromisso de transmitir essas ciências era do filósofo aos cidadãos, pois Platão defendia que o pensador tem a responsabilidade de demonstrar os caminhos para que se chegue à verdade universal e idealizada. Em sua Filosofia, Platão se volta para as organizações sociais, os cidadãos e o compromisso que o pensar filosófico tem com os sujeitos e os espaços ocupados por meio do diálogo e da Educação, já que “[...] o diálogo não é entendido como uma dentre as formas possíveis para o desenvolver da filosofia, mas é o modo no qual o filosofar pode acontecer [...]” (SANTOS, 2013, p. 22).

As concepções de Platão sobre a Filosofia influenciaram diversos jovens das regiões gregas ao longo da Antiguidade. De maneira semelhante ao seu mestre, Platão também teve um discípulo de destaque, sendo ele Aristóteles de Estagira. Esse pensador conviveu com o seu mestre por cerca de vinte anos, além de ter sido preceptor de Alexandre Magno da Macedônia, que na Antiguidade se tornou imperador. Ao longo do período sistemático da história da Filosofia, Aristóteles contribuiu para a organização dos conhecimentos filosóficos produzidos pelos gregos.

Vale lembrar que Aristóteles foi crítico das ideias de seu mestre Platão, como por exemplo, afirmando que não existe um modelo ideal para o conhecimento, e sim que o saber deve ser aprendido aos poucos e a partir de experimentos e conceitos já existentes. Esse pensador, “[...] critica o idealismo do mestre e desenvolve uma teoria realista, segundo a qual a imutabilidade do conceito e o movimento das coisas podem ser compreendidos a partir das coisas mesmas, recusando, portanto, o artifício do mundo das idéias (sic)” (ARANHA, 2006a, p. 74). Desse modo, ao analisar a teoria das ideias, o filósofo, em sua reflexão, discute acerca do movimento, da forma, da matéria e dos seus atos, propondo a Filosofia Peripatética⁴.

Cabe mencionar também que as atividades desenvolvidas por Aristóteles eram realizadas no Liceu. Foi nesse espaço que o filósofo grego estabeleceu seus princípios e

⁴ Segundo Aranha (2006a), o termo *peripatos*, ao qual deveria a Filosofia aristotélica é devido ao Liceu fundado por Aristóteles na cidade de Atenas, local utilizado pelo filósofo para ensinar, assim como seu mestre Platão. “[...] segundo hipótese corrente, Aristóteles daria suas aulas andando pelos jardins da escola, no *peripatos* (de *peri*, ‘ao redor’, e *pateo*, ‘passear’). Já a helenista Maria Helena da Rocha Pereira discorda dessa interpretação, afirmando que *peripatos* significa ‘passeio coberto’, como costumava existir naqueles edifícios” (ARANHA, 2006a, p. 74, *grifos da autora*).

preocupou-se com a Educação dos jovens atenienses. A Teoria do Movimento (ARANHA, 2006a) é parte dos seus fundamentos filosóficos. Desse modo, o pensador compreende que os seres buscam modificar seu estado e aparência em busca do aperfeiçoamento, por meio dos fatores materiais, eficientes e de finalidade. Além disso, para atender a esses pressupostos de maneira breve, podemos explicar que é necessária a existência da matéria, isto é, o conjunto de possibilidades existente em algo. Também precisa existir a forma, ou seja, o elemento compartilhado por todos os sujeitos de um mesmo tipo, o princípio capaz e inteligente e, ainda, o movimento ou o devir, que é a razão pela qual os seres se transformam.

A investigação científica também fez parte do pensamento filosófico aristotélico, pois a Filosofia não é um campo de conhecimento específico e sim uma maneira de refletir, criticar e construir conhecimento. Nesse sentido, Aristóteles propôs a criação dos campos de investigação da Filosofia, organizando as ciências existentes naquele momento da Antiguidade, “além de a Filosofia ser o conhecimento da totalidade dos conhecimentos e práticas humanas, ela também estabelece uma diferença entre esses conhecimentos, distribuindo-os numa escala que vai dos mais simples e inferiores aos mais complexos e superiores [...]” (CHAUI, 2001, p. 41). Desse modo, o filósofo grego observa a importância da organização universal da racionalidade e, posteriormente, sistematiza o objeto do estudo, seu campo, procedimentos, exposição, demonstração e comprovação (CHAUI, 2001).

Nesse sentido, a partir da leitura de Chauí (2001), passamos a conhecer que Aristóteles classifica as ciências (epistemes), sendo elas, as ciências produtivas, a arquitetura, a economia, a medicina, as artes de maneira geral, a guerra, a caça e a navegação. Além disso, há também as ciências práticas, como a ética e a política, as ciências teóricas, contemplativas ou teóricas, sendo a física, biologia, matemática, astronomia, a metafísica e a teologia. As reflexões aristotélicas contribuíram para a organização do conhecimento e das ciências desenvolvidas pelo Ocidente no que se refere aos conhecimentos filosóficos ao longo dos séculos.

Os princípios filosóficos dos gregos descritos foram assimilados pelos povos que dominaram as regiões compreendidas como Grécia Antiga. O legado deixado por esses pensadores chega à atualidade devido ao registro, conservação e transmissão realizada por filósofos e pensadores que buscam um conhecimento pautado na racionalidade e na valorização das capacidades humanas e, assim, encontram a Filosofia grega como expressivo expoente. Desse modo, à medida que as sociedades foram se desenvolvendo, os conhecimentos filosóficos se associaram também a outros processos efetivamente humanos, como a Educação, assunto que refletiremos na próxima subseção.

3.3 QUANDO A FILOSOFIA ENCONTRA A EDUCAÇÃO

As premissas da Filosofia gregas já descritas demonstram que essa maneira de refletir, observar e criticar a realidade permite aos seres humanos a valorização das suas capacidades racionais. As concepções filosóficas nascidas entre os gregos fundamentam o pensamento, a política, a democracia, a arte e a Educação do Ocidente. Nesse sentido, com o surgimento da reflexão dos primeiros filósofos a partir do final do século VII a.C., as capacidades humanas passam a ser admiradas, a razão é reconhecida e a formação do cidadão passa a se preocupar com o preparo do corpo e da mente. Portanto, os gregos vislumbravam os processos educacionais em conjunto com a Filosofia. É a partir desse campo do conhecimento que essa civilização inicia sua própria percepção do que seria a constituição do ser humano e de sua visão de mundo.

Na sociedade grega e por um longo período histórico, que chega até a modernidade, a filosofia tornou-se o conhecimento fundamentador dos processos educacionais, contribuindo para a formação da imagem do homem e do mundo, mantendo uma forte proximidade entre formação, conhecimento, ética e política (CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2009, p. 15).

Nos períodos anteriores ao nascimento da Filosofia e o desenvolvimento da escrita nas sociedades gregas, a Educação das crianças e dos jovens era organizada pelas próprias famílias. Os valores da religiosidade, da cultura, moral e os comportamentos sociais eram transmitidos pela oralidade e a convivência. Nos tempos de Homero, segundo Aranha (2006b), a preparação dos jovens das cidades era responsabilidade dos preceptores, no intuito de desenvolver as competências físicas e intelectuais, formar o guerreiro belo e justo para proteger os seus territórios.

Já no período Clássico da civilização grega, com o surgimento da Filosofia, a instrução dos jovens mantinha as tradições anteriores do preparo do guerreiro, mas também do cidadão, responsável pelas decisões tomadas na *polis*. Diante de tal necessidade, surgem a Academia de Platão, o Liceu de Aristóteles e os demais espaços educativos. Nesse contexto, no momento em que a Filosofia se desenvolve nas sociedades gregas, os processos educacionais passam por transformações. A partir do pensamento desenvolvido pelos filósofos, os gregos compreendem que os seres são capazes de aprender e se educar e, com isso percebem que a Educação é um caminho para a formação do cidadão. “A idéia (sic) de que os seres humanos, por Natureza, aspiram ao conhecimento verdadeiro, à felicidade, à justiça, isto é, que os seres humanos não vivem nem agem cegamente, mas criavam valores pelos quais dão sentido às suas vidas e às suas ações” (CHAUI, 2001, p. 23).

Ademais, ao longo dos séculos, as concepções sobre a Educação foram se alterando devido aos contextos e às finalidades das práticas educacionais. Para tanto, devemos levar em consideração que educar o ser humano provém do cotidiano, resgata e normativa os valores da sociedade ao qual faz parte e estabelece o pensamento dos sujeitos que possuem semelhanças culturais.

Em consonância com esses pressupostos, Back (2019) compreende a Educação enquanto uma possibilidade de transformação, “[...] uma experiência humana tão universal quanto pode ser a própria linguagem. [...] Não há nada, nenhuma experiência humana, que não envolva a necessidade de se transformar, de se tornar alguém diferente daquele que vinha sendo quem era” (BACK, 2019, p. 4). Dessa forma, a humanidade encontra no ensino a sua inclusão nos meios sociais e sua constante busca pelo conhecer.

Na educação e por ela, o homem não somente assume uma condição de abertura ao novo, mas, sobretudo, supera a si mesmo, atualiza suas capacidades e potencialidades. Por isso, a tarefa primeira da educação é a humanização. Educar um homem implica ajudá-lo a tornar-se humano (TEIXEIRA, 1999, p. 24-25)

Como é possível perceber, a Educação é movimento (CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2009), visto que uma geração recebe das gerações anteriores e a transmite para a próxima com novos aspectos, dando sequência, assim, ao conhecimento produzido pela humanidade. Cada um de nós ao receber e fazer parte da Educação como cinesia, se concebe como ser único. “Nascemos como possibilidade e vamos nos tornando seres humanos concretos por meio da educação, que nos permite incorporar o que foi criado pela própria espécie humana no decorrer de sua história” (CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2009, p. 90). Nesse sentido, a Educação humaniza os seres humanos, pois não pode ser concebida enquanto conceito estático, estando intimamente relacionada aos diferentes contextos que servem como alicerce para as mudanças e as manifestações dos sujeitos.

A partir da formação do pensamento educacional dos gregos na Antiguidade, partimos para as concepções da atualidade, nas quais se observa a transição dos valores da Educação, que agora é voltada para uma transformação pessoal e social. O que assegura as atividades educacionais são o amor, o cuidado e a solidariedade, assim como os conflitos que acontecem para melhorar a Educação tem implicações no meio social. É preciso que a sociedade procure caminhos para construir laços e atravessar as adversidades. Apple (2017), dentre suas reflexões, afirma que a Educação pode mudar a sociedade. Para isso, é preciso reconhecer quais modelos as sociedades operam, qual é a estrutura econômica e a relação entre as classes.

A Educação é um elemento da sociedade, de outra forma seria errado vê-la, uma vez que é uma atividade essencialmente humana, na qual o desenvolvimento e as transformações dos sujeitos são baseados em práticas educacionais sistematizadas. “[...] A educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social. Assim sendo, ela necessita de pressupostos, de conceitos que fundamentem e orientem os seus caminhos [...]” (LUCKESI, 2011, p. 45). Dessa forma, o encontro entre a Filosofia e a Educação é essencial para compreender a ação educativa ao longo das sociedades ocidentais.

Nesse aspecto, a filósofa Hermann (2015) compreende que a relação entre a Educação e a Filosofia perdura desde os primórdios do pensamento filosófico dos gregos, por volta do século IV a.C. A partir do surgimento das práticas sofistas de preparar os jovens para oratória em praça pública e as críticas expressas por Sócrates e Platão, quanto às finalidades educacionais no contexto grego, as primeiras reflexões acerca do ato de educar começaram a despertar entre os filósofos. Ainda, esses campos do conhecimento permaneceram indissociáveis até o século XVIII, quando iniciaram as primeiras discussões acerca da Educação enquanto ciência independente, capaz de propor procedimentos, análises e reflexões pautadas no cientificismo desse período.

Nesse sentido, a Filosofia contribuiu para a construção do pensamento educacional, ao fornecer a base de conhecimento sistematizado, as premissas e os fundamentos necessários para refletir sobre os objetivos e finalidades da Educação. Dessa forma, “coube à filosofia o tratamento teórico dos problemas pedagógicos e a interpretação das diferentes contribuições filosóficas para a educação, incluindo desde o amadurecimento da consciência pedagógica pelos antigos gregos [...]” (HERMANN, 2015, p. 220). Assim, a Filosofia da Educação permite o diálogo entre os diversos campos do conhecimento a fim de refletir, transformar e explicar o trabalho pedagógico enquanto uma ação humana, temporal e susceptível à mudança.

Ao manter sempre presente o questionamento sobre o que é a educação, a filosofia busca evitar que ela se torne dogmática ou se transforme em adestramento. Por isso é necessário que a formação do pedagogo esteja voltada não só para o preparo técnico-científico, mas também para a fundamentação filosófica de sua atividade (ARANHA, 2006b, p. 26).

O pensar filosófico auxilia a própria Educação em compreender seu sentido no contexto no qual está inserida, pois, a partir das suas reflexões, o ato de educar pode ser pensado. Assim, ao exteriorizar os problemas do trabalho docente e do agir do humano, “a filosofia reconhece que não há instâncias fora da cultura e de nossas práticas que possam

justificar o agir humano” (HERMANN, 2015, p. 222). Cabe ressaltar, ainda, que ao aproximar a reflexão e a crítica dos sistemas filosóficos juntamente com a ação pedagógica, permite a construção de um caminho em que a Educação faça sentido em uma atribuição eficiente na vida das pessoas.

Ademais, a Filosofia da Educação tem o compromisso de promover ponderações acerca da intencionalidade proposta para o ato de educar, ao filósofo cabe a atribuição de instigar os docentes quanto aos seus propósitos educacionais. Nesse viés, partimos do entendimento de Aranha (2006b), que concebe esse campo filosófico enquanto contemplação acerca da Educação e da pedagogia. Ainda, interpelando as questões dos propósitos e metodologias que são evidenciados, bem como quais as compreensões de mundo, ser humano e os valores estabelecidos no ato de educar.

Outrossim, avaliar as propostas pedagógicas, os currículos e as metodologias utilizadas também é atributo dos filósofos da Educação, expondo as ponderações no sentido de evitar que as ações pedagógicas sejam perpetuadas pelo reducionismo ou como uma mera função técnica e repetitiva. De fato, é preciso que a Educação mantenha seu compromisso enquanto possibilidade de transformação social (BACK, 2019) e, assim, buscar a “formação da pessoa humana” (GALLO, 2016, p. 22), despertar suas potencialidades e suas capacidades com vistas a perpetuar-se entre as gerações.

Nessa perspectiva, a Filosofia permeia, com seus princípios, a Educação, “[...] é, então, um fundamento que indica os fins da educação, o que é a natureza humana, o que é o sujeito etc., e a pesquisa em filosofia se propõe a desdobrar esse vínculo” (HERMANN, 2015, p. 221). O pensamento filosófico indaga o ato de educar a partir do seu tempo e seu contexto, mas levando em consideração a herança deixada pelos filósofos ocidentais, a partir dos pensadores gregos. Outro ponto a ser destacado é a relevância do saber e da Educação filosófica para a formação de estudantes e docentes.

Em relação à Educação filosófica, o filósofo grego Platão destacou em seus escritos de *A República* a dimensão desse campo de conhecimento para a formação das crianças e jovens. “[...] Deve empreender-se uma educação filosófica juvenil, cuidando muito bem dos corpos, em que se desenvolvam e em que adquiram a virilidade, pois eles são destinados a servir a filosofia [...]” (PLATÃO, 2001, p. 290). A partir das reflexões do notório pensador grego, compreendemos que a Filosofia necessita fazer parte do cotidiano e dos espaços sociais, seja nas esferas privadas ou públicas, portanto, nas instituições de ensino.

Nesse sentido, os sistemas filosóficos e seus desdobramentos têm a oportunidade de serem desmistificados pela coletividade, tornando acessíveis as discussões de temáticas em

que a Filosofia pode auxiliar na elucidação dos fatos. As proposições podem envolver assuntos de interesse social, político, econômico e histórico. Sendo assim, mesmo que não percebamos, a Filosofia se faz presente no cotidiano das sociedades e ao se integrar com a Educação se revela como “[...] uma técnica de construção de um sujeito que não separa a prática da vida cotidiana da prática do pensamento voltado para si mesmo. Parece haver aí um vínculo indiscutível com os processos educativos” (GALLO, 2016, p. 26).

A Educação enquanto uma atividade social e humana está presente nas sociedades desde os primórdios. Com os povos gregos, o ato de educar se modificou à medida que as organizações sociais e as relações entre os seres humanos passaram a estabelecer controle e diferenças sociais. A partir do período humanístico da Filosofia, no auge do período Clássico grego, os filósofos empreenderam suas reflexões sobre o ato de educar e a sua notoriedade para a formação dos cidadãos.

Em aproximação a isso, segundo Aranha (2006b), o campo do conhecimento denominado como Pedagogia determina a cientificidade da Educação, ou seja, indica o corpo teórico e metodológico daqueles envolvidos no ato de educar. O próprio termo “pedagogo” tem a sua gênese no idioma grego, *paidogogós*, sendo o escravo designado a conduzir os meninos e os jovens aos espaços de Educação e, posteriormente, o preceptor ou o educador. Nessa perspectiva, os pensadores Sócrates, Platão e Aristóteles se dedicaram a contemplar as ações pedagógicas de seus contextos, bem como propuseram práticas educativas.

Os fundamentos das práticas educativas de Sócrates estão na aceitação da ignorância como ponto de partida na busca pelo conhecimento e transformação social. Assim, o método socrático engloba a chamada “ironia”, caracterizada pelo abandono do que era considerado conhecido e o acolhimento da ignorância como instrumento de liberação dos falsos conhecimentos. Dessa forma, por meio da maiêutica, ou “parto das ideias”, seria possível estabelecer problemáticas que buscassem o questionamento de ideias pré-concebidas para desenvolver novas noções e concepções acerca dos objetos e constructos, estimulando o desenvolvimento do indivíduo de forma singular e contínua, com base nas suas particularidades (ARANHA, 2006a).

No caso de Sócrates, como sabemos, é o diálogo na forma de pergunta que se torna a força motriz do caminho pedagógico percorrido em parceria estreita pelo mestre com seus discípulos. Sócrates tem clareza, neste sentido, do caráter de abertura que é inerente à pergunta autêntica, pois ela conduz à escuta silenciosa como condição do reconhecimento recíproco entre mestre e discípulo, entre educador e educando. Ouvindo atentamente um ao outro, educador e educando abrem-se ao sentido provocador inerente ao diálogo e, ao fazerem isso, transformam-se mutuamente (DALBOSCO, 2016, p. 51-52).

Assim, essa abordagem maiêutica é fundamentada em um princípio particular que é externalizado ao problematizar as estruturas e estimular o autoconhecimento a partir do diálogo e da dialética. Esse diálogo parte de um mestre exterior, ou até mesmo interior, que busca levantar dúvidas e questionar os objetos para a pesquisa, sendo os resultados submetidos à dialética para o fortalecimento e o engrandecimento, por meio da oposição e choque de ideias. Dessa forma, o aprimoramento individual é contínuo e conformado à realidade própria de cada sujeito, promovendo a busca do conhecimento de forma única, baseada na liberdade e singularidade, mas, ao mesmo tempo, universalizada ao estabelecer relações com as dinâmicas de poder, virtuosidade e moral da *polis* grega (CAMBI, 1999).

O pensador grego, em sua prática educativa e em sua visão de *paideia*, de acordo com Cenci, Dalbosco e Mühl (2009), acreditava que os problemas da sociedade estavam ligados à inabilidade dos governantes, que, por vez, estaria enraizada em sua ignorância. O filósofo propunha uma abordagem educacional que não fosse restrita ao exploratório apenas do conhecimento, mas da elevação da moral e das virtudes, tal qual a justiça, o amor e a piedade, para garantir uma formação voltada à vida e à mudança política. Em outras palavras, o alinhamento de um caráter moral a uma Educação aplicada à atividade política, “[...] toda a educação deveria ser moral e política. Quando o filósofo exaltou o domínio de si próprio, bem como a firmeza e a moderação, não tinha em vista uma virtude solitária, mas a virtude de um homem destinado a atuar politicamente” (CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2009, p. 28).

Some-se a isso o fato de que o filósofo, contrariando os sofistas, não defendia uma Educação tecnicista, acreditando que os educadores deveriam ser formados de tal forma que fossem capazes de alcançar e compreender a essência das coisas. Isso seria possível por meio da aproximação do conhecimento formal às virtudes, especialmente à justiça, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da sociedade e integra vivência da *paideia*, desconsiderando o conhecimento como apenas meios para obter sucesso ou êxito em algo, mas sim como um mecanismo de evolução individual e coletiva. Dessa forma, a Educação seria responsável pela renovação e aprimoramento das relações sociais dos cidadãos políticos da *polis* a partir das virtudes (CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2009).

A educação rompe os limites da mera aquisição de conhecimentos e habilidades, transformando-se no esforço abrangente e integral ao autêntico sentido da vida. A *paideia* converte-se em ordenação filosófica e consciente da vida na perspectiva do destino moral e político do homem na *polis* (CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2009, p. 30).

Dessa maneira, de acordo com Aranha (2006a), a objetivação do conhecimento dessas virtudes, para Sócrates, pode ser explicada por meio do chamado intelectualismo ético, no

qual, ao conhecer a real e profunda essência filosófica das virtudes e não somente suas atribuições em um nível superficial e empírico, seria possível vivenciá-las de maneira efetiva e dominante. Assim, é possível definir conceitos e permitir o estabelecimento de uma correlação entre a filosofia e a Educação como instrumento de autoconhecimento e a aplicabilidade dessas virtudes na *polis*, bem como no desenvolvimento da moral como cidadão e na transformação sociopolítica.

Derivam daí diversas consequências para a educação, tais como: o conhecimento tem por fim tornar possível a vida moral; o processo para adquirir o saber é o diálogo; nenhum conhecimento pode ser dado dogmaticamente, mas como condição para desenvolver a capacidade de pensar; toda educação é essencialmente ativa e, por ser auto-educação (sic), leva ao conhecimento de si mesmo; a análise radical do conteúdo das discussões, retirado do cotidiano, provoca o questionamento do modo de vida de cada um e, em última instância, da própria cidade (ARANHA, 2006a, p. 70).

Nesse sentido, Sócrates inquiria os habitantes de Atenas com o intuito de estimular a racionalidade e o pensamento, instigando assim, que as pessoas pudessem observar o mundo vislumbrando as inúmeras possibilidades. Ao realizar tal ação, o filósofo utiliza da dialogicidade enquanto fundamento essencial para encorajar a virtude, a moral, a ética e a política. Apesar de não instituir efetivamente um espaço educativo, como seus discípulos, o pensador deixa um legado à Educação Ocidental, percebendo o ato educar enquanto algo ativo, que reúna pessoas e condições para que o conhecimento seja construído pelos envolvidos e, principalmente, tenha coerência a partir dos seus contextos.

Já a proposta platônica de Educação, consoante aos escritos de Severino (1994), parte do princípio de que a alma de cada indivíduo esteve em contato com o *logos*, ou seja, o conhecimento verdadeiro oriundo de um mundo ideal e inalcançável por meios físicos. Dessa forma, a Filosofia e a Educação conciliadas, caracterizam-se como ferramentas que permitem ao ser humano estabelecer meios que o auxiliem a relembrar esses ideais metafísicos, estado chamado pelo filósofo de reminiscência. A Filosofia e a Educação, para Platão, têm por objetivo expandir a compreensão sobre as coisas, contemplar as ideias, e estas ajudarão a obter referências do agir dos indivíduos na vida em sociedade.

[...]. Quanto à subida ao mundo superior e à visão do que lá se encontra, se a tomares como a ascensão da alma ao mundo inteligível, não iludirás a minha expectativa, já que é teu desejo conhecê-la. O Deus sabe se ela é verdadeira. Pois, segundo entendo, no limite do cognoscível é que se avista, a custo, a ideia do Bem; e, uma vez avistada, compreende-se que ela é para todos a causa de quanto há de justo e belo; que, no mundo visível, foi ela que criou a luz, da qual é senhora; e que, no mundo inteligível, é ela a senhora da verdade e da inteligência, e que é preciso vê-la para se ser sensato na vida particular e pública (PLATÃO, 2001, p. 319).

Na visão platônica, a alma perde todo o seu conhecimento prévio ao se personificar e, portanto, conforme Aranha (2006a, p. 72), “aprender é lembrar”. Ainda segundo a autora,

[...] portanto, educar não é levar o conhecimento de fora para dentro, mas despertar no indivíduo o que ele já sabe, proporcionando ao corpo e à alma a realização do bem e da beleza que eles possuem e não tiveram ocasião de manifestar [...] (ARANHA, 2006a, p. 72).

A fim de ilustrar de forma mais clara a concepção de Educação e a sua relação com o mundo inteligível das ideias de acordo com o filósofo grego Platão, descreve-se a Alegoria ou Mito da Caverna. O pensador concebe uma caverna que permite a entrada de mínima luz externa, onde desde a infância seres humanos residem, presos, em uma posição na qual podem observar somente a grande parede situada ao fundo desse local, sem a possibilidade de olharem para os lados ou para trás. Nessa parede, pode-se notar a luz de uma fogueira situada nas costas desses residentes e construída de tal forma que seja projetada a silhueta de outros indivíduos que carregam ocasionalmente estátuas de pessoas, animais e demais formas na entrada da gruta. Os residentes do subterrâneo não sabem que as sombras originadas dessas figuras são estátuas e que outros seres humanos residem fora desse local, já que nunca puderam observar nada além da grande parede e as sombras que ali incidem.

Diante desse contexto, Platão ainda relata os acontecimentos possíveis caso um dos prisioneiros se libertasse da caverna. Pode-se argumentar que o sujeito se surpreenderia ao descobrir que a fogueira, de fato, era a luz solar que penetrava na caverna. Admirar-se-ia com a existência de outros seres humanos e se espantaria ao deduzir que as sombras que observava projetadas na parede da caverna eram, na verdade, cópias imperfeitas das estátuas originais que por ali eram transportadas. A partir deste momento, entenderia “[...] que somente agora está contemplando a própria realidade” (CHAUI, 2001, p. 40).

Esse mesmo prisioneiro, agora liberto, voltaria a seus companheiros presos na caverna e tentaria libertá-los, podendo ou não ser bem-sucedido, uma vez que os mesmos, provavelmente, o chamariam de louco ao negar tudo aquilo que creem como verdadeiro. Objetivando-se esclarecer as consequências e implicações das ações do ex-prisioneiro da alegoria no Mito da Caverna e a sua relação com a concepção da Educação por Platão, expõe-se,

O que é a caverna? O mundo em que vivemos. Que são as sombras das estatuetas? As coisas materiais e sensoriais que percebemos. Quem é o prisioneiro que se liberta e sai da caverna? O filósofo. O que é a luz exterior do sol? A luz da verdade. O que é o mundo exterior? O mundo das ideias verdadeiras ou da verdadeira realidade. Qual o instrumento que liberta o filósofo e com o qual ele deseja libertar os outros prisioneiros? A dialética. O que é a visão do mundo real iluminado? A Filosofia. Por que os prisioneiros zombam, espancam e matam o filósofo (Platão está se referindo

à condenação de Sócrates à morte pela assembleia ateniense)? Porque imaginam que o mundo sensível é o mundo real e o único verdadeiro (CHAUI, 2001, p. 40).

O modelo educacional de Platão, portanto, tem como base o abandono da *doxa*, da opinião, e a elevação da *episteme*, a ciência, conotada à razão e ao pensamento crítico idealizado. “Finalmente, julgo eu, seria capaz de olhar para o Sol e de contemplar, não já a sua imagem na água ou em qualquer sítio, mas a ele mesmo, no seu lugar” (PLATÃO, 2001, p. 317). O filósofo, liberto das ilusões sensíveis do mundo físico e atento ao idealismo do mundo inteligível, tem como missão transmitir essas noções e conhecimentos ao próximo, sendo que, se necessário, os cidadãos menos capazes devem ser guiados pelos mais sábios, os filósofos. Levando em consideração esse princípio, tem-se a possibilidade de descrever o modelo de governo ideal segundo Platão e sua proposta pedagógica entrelaçada à sua concepção de Educação.

Ao refletir sobre o modelo pedagógico proposto por Platão, Aranha (2006a), partindo do relato da Alegoria da Caverna, destaca como o filósofo grego imaginou uma cidade idealizada chamada de *Kallipolis*, ou “cidade perfeita”. Nesse povoado, a Educação seria de encargo do Estado, sendo conduzida levando-se em consideração as diferenças entre cada pessoa, visando direcioná-las a determinados setores e cargos da sociedade por meio de várias e sucessivas seleções, de acordo com o seu desempenho intelectual e a sua sensibilidade. Em relação às seleções, essas foram pensadas em três níveis. “[...] na cidade que quiser ser administrada com perfeição, haverá comunidade das mulheres, [...] dos filhos e de toda a educação, [...] comunidade de ocupações na guerra e na paz, [...] dentre eles serão soberanos aqueles que mais se distinguiram na filosofia e na guerra” (PLATÃO, 2001, p. 361).

Em aproximação a isso, segundo Aranha (2006a), a Educação, a partir do pensamento platônico, seria a mesma para todos até os indivíduos atingirem os 20 anos de idade. A partir desse período, o primeiro nível, o das pessoas chamadas pelo filósofo de almas de bronze, ficariam responsáveis pelo sustento da cidade, realizando atividades agrícolas, artesanais e comerciais. Após mais 10 anos, os estudantes com alma de prata são selecionados para prestar serviço militar. A partir dessas seleções, restam apenas os indivíduos com alma de ouro, considerados mais capazes nos campos da dialética, Filosofia e outros. Enfim, ao servir 50 anos nos cargos de alma de ouro, e após mais uma carga de provas, um sujeito pode alcançar o corpo supremo de magistrados.

Ainda, na visão platônica, (ARANHA, 2006a), a Educação seria de responsabilidade do Estado e ela não discriminaria entre gênero, sendo que a ascensão socioeconômica encontrava-se determinada pelo mérito, pela sensibilidade, pela alma de cada pessoa, e não

por sua riqueza ou berço. “[...] A educação não é o que alguns apregoam que ela é. Dizem eles que introduzem a ciência numa alma em que ela não existe, como se introduzissem a vista em olhos cegos” (PLATÃO, 2001, p. 320). Dessa forma, a Educação é tida como uma possibilidade de aperfeiçoamento individual, que permite a quem deseja conhecer a verdade, segundo o filósofo, ascender ao idealismo intelectual dos conceitos inteligíveis do mundo das ideias e ao conhecimento mais pleno, por meio do desenvolvimento das virtudes.

Além disso, o currículo do educando abrangeria, além das disciplinas mais clássicas gregas como geometria, aritmética e álgebra, a educação física e a música. Segundo o filósofo, era necessário treinar e exercitar o corpo para que a alma fosse capaz de ultrapassar com mais facilidade o véu entre o mundo físico e o metafísico. Platão também repudiava o ensino de poesia, uma vez que os poetas teciam mundos construídos de aparências, dificultando, assim, a compreensão e ascensão ao mundo metafísico verdadeiro e inteligível.

A educação seria, por conseguinte, a arte desse desejo, a maneira mais fácil e mais eficaz de fazer dar a volta a esse órgão, não a de o fazer obter a visão, pois já a tem, mas, uma vez que ele não está na posição correcta (sic) a não olha para onde deve, dar-lhe os meios para isso. [...]. Por conseguinte, as outras qualidades chamadas da alma podem muito bem aproximar-se das do corpo; com efeito, se não existiram previamente, podem criar-se depois pelo hábito e pela prática. [...] (PLATÃO, 2001, p. 321).

Em suma, Platão defendia que a Educação era uma articulação da Filosofia que permitia ao indivíduo transpassar a barreira entre o conhecimento do que é físico e irreal e o metafísico, etéreo, a partir da reminiscência e da manutenção do corpo e da mente, enfatizando-se o uso da razão e o abandono do sensível ou palpável. O filósofo também associava sua visão educacional a um modelo político-pedagógico de governo mais amplo, no qual os mais sábios seriam selecionados e lapidados ao longo dos anos, alcançando os cargos de maior importância, “forçar os habitantes mais bem dotados a voltar-se para a ciência que anteriormente dissemos ser a maior, a ver o bem e a empreender aquela ascensão e, uma vez que tenham realizado e contemplado suficientemente o bem, não lhes autorizar o que agora é autorizado” (PLATÃO, 2001, p. 322-323). Assim, expande-se o alcance de sua influência ao conduzir os cidadãos das *polis* gregas a atingir um estado de aprendizagem ligado ao conhecimento pleno e perfeito, contido no mundo das ideias.

A teoria das ideias influenciou os estudantes que frequentaram o espaço da Academia de Platão, especialmente Aristóteles, que, a partir de seu contato com seu mestre, realizou preposições acerca da dualidade entre a perfeição e o concreto. Assim sendo, o pensador abordou em suas concepções, de forma realista, a compreensão dos objetos e elementos

possuindo essência em si própria e não em um plano metafísico, atribuindo a mudança e transformação das coisas à potência e à finalidade de sua existência. No Liceu de Aristóteles, os jovens estudantes se preparavam para suas funções na *polis* e, dessa maneira, seus escritos e pensamentos inspiraram a organização educacional ocidental.

As concepções de Aristóteles, construídas a partir dos saberes socráticos e platônicos, diferem em muitos pontos quanto ao que era defendido por seu mestre. O filósofo argumentava que a essência das coisas, descrita por Platão como algo limitado ao mundo das ideias, estava na verdade muito mais atrelada aos objetos sensíveis, adotando uma postura realista e empírica de análise do mundo, diferentemente do idealismo de seu preceptor. A partir dessa abordagem, o pensador entendia que as substâncias concretas eram dotadas de matéria, forma e potência, e essa potência explicaria a transformação e mudança nos seres por meio de sua movimentação de um estado ou elemento a outro, ou seja, chegando a um ato (CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2009).

Dessa forma, a proposta pedagógica aristotélica se baseia no princípio de que o sujeito tem predisposições intrínsecas e particulares que devem ser trabalhadas ao longo de sua vida, ou seja, “[...] aos que educam compete criar as condições necessárias para que essa passagem da potência ao ato no ser humano se dê da melhor e mais plena forma possível. Nesse sentido, a proposta educacional aristotélica respeita o indivíduo e a ordem natural [...]” (CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2009, p. 32). Assim, a partir da potência e sua efetivação em ato, é possível alcançar o devir e a transformação social de forma particular no sujeito, levando em consideração as causas envolvidas e no que o sujeito pode se transformar (ARANHA, 2006a; CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2009).

À vista disso, a abordagem educacional aristotélica permite uma análise e discussão individual de cada elemento, objeto ou ser, estimulando a indagação e pesquisa científica do mundo natural ao tentar compreender a substância de cada coisa e como ela pode ser transformada, por meio de sua potência, até o seu ato. Ainda, a compreensão das virtudes e do ser é expandida ao impedir a generalização dos conceitos a partir do idealismo platônico, permitindo a interpretação e modelamento dessas concepções de acordo com aspectos exclusivos a cada sujeito (CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2009). Dessa forma, o indivíduo alcançaria o seu mais pleno estado de desenvolvimento, ou seja, a felicidade, ao alinhar as suas potências de forma que atingisse todos os seus atos mais particulares ao fortalecer seus atributos intelectuais e físicos (ARANHA, 2006a; CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2009).

De acordo com Aranha (2006a), o aristotelismo argumenta que a partir do exercício das virtudes por meio do desenvolvimento de hábitos e do pensamento racional, o sujeito

seria capaz de alcançar seus atos e efetivar suas potências, submetendo os instintos e sentimentos à razão. Essa noção é especialmente importante para as concepções pedagógicas aristotélicas já que,

diferentemente de Sócrates, que identificava saber e virtude, Aristóteles enfatizava a ação da vontade, exercitada pela repetição, que conduz ao hábito da virtude. Daí a imitação ser o instrumento por excelência desse processo, segundo o qual a criança se educa repetindo os atos de vida dos adultos, adquirindo hábitos que vão formar uma “segunda natureza (ARANHA, 2006a, p. 75).

A visão de Estado de Aristóteles, de acordo com Cambi (1999), também se distancia do que era defendido por Platão ao oferecer uma alternativa e adotar uma postura mais pragmática e realista, assumindo a existência da segregação entre as classes socioeconômicas gregas e reservando a Educação aos nobres de ócio digno, já que eram os únicos com acesso e recursos necessários para se dedicar à academia. Seu modelo de ensino engloba sete anos de estudo em escolas estatais com um currículo de quatro disciplinas: gramática, música, desenho e ginástica, servindo como ensinamentos introdutórios à Filosofia. Dessa forma, a postura aristotélica era de que não existe um Estado ideal, mas sim o melhor Estado que pode ser mantido em um dado momento.

[...] valorizar a educação, porquanto só ela pode garantir o melhor Estado possível nas diferentes circunstâncias humanas e históricas. Do suposto de que não pode haver um bom Estado sem bons cidadãos decorre que a principal função do estado é a educação de cidadãos virtuosos. A educação deve privilegiar o lado racional do ser humano, introduzindo-o no conhecimento estabelecido e buscando a sabedoria como a mais alta realização da virtude e da felicidade (CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2009, p. 33).

A preocupação com a formação educacional dos indivíduos é um tema recorrente no arcabouço dos repertórios de discussão dos filósofos gregos, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento de uma sociedade mais justa e na formação de um cidadão efetivado. Desse modo, surge a necessidade de estabelecer processos educacionais que estruturam as propostas pedagógicas discutidas, a chamada *paideia*. À vista disso, é possível notar que esses sistemas de ensino e concepções de Educação foram concebidos tendo contextos específicos em mente e que o cerne dessas metodologias perpassa os períodos históricos, alcançando a contemporaneidade, temas discutidos na próxima seção.

4 PAIDEIA: UM IDEAL PENSADO ENQUANTO EDUCAÇÃO CIDADÃ

Com o surgimento da Filosofia, conforme vimos na seção anterior, os gregos passaram a se preocupar com a formação do ser humano. Esse campo teórico sempre teve “a responsabilidade pelo tratamento teórico das questões pedagógicas” (GHIRALDELLI JR., 2000, p. 139). Com isso, a Educação passou a ser parte das reflexões que permeavam o pensamento filosófico antigo, na tentativa de promover um sistema que direcionasse as populações para uma organização com o objetivo de gerar uma ordem social justa e participativa.

Diante disso, surgiu a necessidade de criar um processo de Educação para as crianças e jovens gregos, valorizando a sua inserção na sociedade. Assim, nasceu o que conhecemos por *paideia* que “estampa a proposta do processo filosófico de formação humano-intelectual dos cidadãos da cultura grega pela busca da excelência humana” (CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2009, p. 105). Nesta seção, primeiramente refletiremos sobre o seu surgimento e desenvolvimento na Grécia Antiga e, depois, como essa contribuiu para o pensamento educacional ocidental.

Partindo desses apontamentos, percebemos que o mundo grego deixou heranças relevantes às sociedades contemporâneas em relação à sua cultura e história. Por isso, compreendemos que os gregos contribuíram em diversos campos do conhecimento e, inclusive, nas concepções educacionais ocidentais, com filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles, que colaboraram para um propósito no qual os indivíduos necessitavam ser educados para participar ativamente de suas sociedades. Os representantes gregos da *paideia* não eram os artistas mudos, mas sim os poetas, músicos, filósofos e oradores.

Nesse sentido, a *paideia*, uma criação efetivamente grega, transmite a virtude ou *arete*⁵, constituída por essa sociedade e perpetuada por seus valores e culturas. Apesar de ser um conceito complexo de ser definido, da mesma forma que a cultura e a filosofia, esses ideais educacionais dos gregos se fazem ainda presentes na sociedade Ocidental. “[...] será determinante para a cultura ocidental, já que reelabora num nível mais complexo os problemas da educação [...], num processo de universalidade racional; e porá em circulação

⁵ Sobre a definição de *arete*, cabe destacar que o termo era utilizado desde os primórdios gregos para compreender a Educação para as virtudes, para a formação do ideal de guerreiro, sendo que “os gregos entendiam por *arete* sobretudo uma força, uma capacidade. Às vezes definem-na diretamente. Vigor e saúde são a *arete* do corpo; sagacidade e penetração, a *arete* do espírito. [...] originariamente a palavra designava um valor objetivo naquele que qualificava, uma força que lhe era própria, que constituía a sua perfeição” (JAEGER, 2001, p. 26). Sendo assim, *arete* é o ideal de formação do homem/guerreiro ideal, bom e justo que governava e dominava os territórios.

aquela noção de *paideia* que sustentou por milênios a reflexão educativa [...]” (CAMBI, 1999, p. 87). O percurso educativo da civilização grega necessita ser compreendido levando em consideração o seu contexto e os sujeitos da Antiguidade que conviviam nas diversas regiões para, dessa forma, encontrar nos povos gregos a nossa trajetória de Educação.

4.1 O CONTEXTO EDUCACIONAL DA PAIDEIA

Ao pensarmos a história da Antiguidade grega, tem-se que ela é compreendida a partir dos escritos de Aranha (2006a), que a divide em cinco períodos: o período micênico, a partir do segundo milênio a.C.; o período homérico, entre os séculos XII até VIII a.C.; o período arcaico, por volta do século VIII até o século VI a.C.; o período clássico, o auge cultural grego, entre os séculos V e IV a.C.; e, por fim, o período de domínio dos povos macedônicos, caracterizado como helenístico, a partir do século III a.C..

A ocupação do território grego⁶, teve seu início com a migração de povos oriundos de diversas regiões do norte europeu e asiático, com destaque aos povos aqueus. A partir disso, formaram-se as primeiras comunidades, consideradas primitivas devido ao seu modo de organização e produção econômica. Desse período, podemos destacar os conflitos entre as cidades que geraram a conquista de diversas regiões, entre elas, a cidade de Troia, e que resultaram na difusão dos valores culturais micênicos pelas regiões do mar Mediterrâneo e da Ásia menor.

Com o passar dos séculos, as regiões gregas, passaram a valorizar os preceitos religiosos, ou seja, a mitologia, composta pelos feitos fantásticos de deuses e grandes heróis, prevaleceu entre os gregos. Dessa forma, era comum encontrar as figuras de aedos e rapsodos, incumbidos de difundir os poemas pelas vilas e comunidades. Entre as histórias mitológicas, podemos destacar os poemas épicos *Ilíada* e *Odisseia*, escritos por Homero, pois “para nós, ele é ao mesmo tempo a fonte histórica da vida daqueles dias e a expressão poética imutável dos seus ideais” (JAEGER, 2001, p. 25–26). Esses registros do cotidiano grego refletem a cultura nascida nas comunidades e demonstram o ideal educacional pensado nesse contexto, pois, no período homérico, se destacou a tradição oral, difundida entre as gerações.

Já com o período arcaico, percebemos mudanças significativas na sociedade grega, entre elas temos: “[...] a introdução da escrita, a utilização de moedas, a lei escrita por legisladores, a formação das cidades-estados (pólis) e o aparecimento dos primeiros filósofos

⁶ Consideramos a Grécia neste período de desenvolvimento de sua história, como um aglomerado de cidades-estados que tinham semelhanças em relação à religiosidade, idioma e cultura (ARANHA, 2006a).

[...]” (ARANHA, 2006a, p. 59). Com o surgimento da *polis*, passaram a prevalecer as leis escritas e articuladas, a partir deste momento, pelos seres humanos, destacando os legisladores Drácon, Sólon e Clístenes, que proporcionaram a participação nos debates e decisões da *polis*, daqueles considerados cidadãos gregos, os homens, maiores de vinte e um anos e que dispusessem de propriedades (SENNETT, 2014). Assim, nesse período, surgiu o que ficou conhecido como Ágora, um espaço de debate em praça pública, no qual se discutiam as necessidades de cada cidade-estado.

[...] a Ágora era um espaço que abrangia, já em sua arquitetura, diversas funções, e era ali, nessa disposição organizada dos espaços, a Ágora, que as pessoas da comunidade reuniam-se. Os encontros tinham propósitos variados, como podemos observar nas edificações e espaços livres, relacionados com a vida da *polis*. Saindo de suas casas, era local para circulação, de pessoas, de ideias, de produtos, de decisões e encaminhamentos. A circulação por vezes incluía troca de bens, noutras vezes o valor estava no compartilhar pensamentos (SANTOS, 2013, p. 98).

Esse período pode ser considerado o estágio embrionário dos ideais clássicos da Grécia que conhecemos em seu auge cultural e democrático. Nos períodos mais longínquos da história grega, o ideal que prevaleceu era do herói bom e belo (FERREIRA; WERNECK, 2019), carregado de virtudes, capaz de defender a política e os valores dos grupos sociais dos quais fazia parte. Com o surgimento da *polis*, os valores da democracia⁷ prevaleceram e, com isso, temos o surgimento da Filosofia e de um novo modelo educacional. Destacamos o fortalecimento das regiões de Atenas e Esparta, que apesar de serem consideradas modelos de cidades-estados, apresentam características distintas.

Por outro lado, em relação ao período clássico, pode-se compreender que o legado grego desse estágio de sua história marca a tradição de valores culturais, democráticos e sociais das sociedades ocidentais. Porém, a democracia desse período tem as suas ressalvas, pois entre suas características mais notáveis estava o escravismo da Antiguidade, além de que consideravam cidadãos apenas uma minoria masculina. Dessa forma, a cidadania envolvia somente os gregos que possuíam posses e que tivessem influência nas decisões das cidades: “[...] a democracia ateniense excluía o estrangeiro e o escravo: uma parte não pequena da população total. [...] tanto a liberdade quanto a igualdade, de que gabava a democracia ateniense, sofriam numerosas restrições” (MUMFORD, 1965, p. 179). É fato que os atenienses distinguiram as atividades relacionadas aos cidadãos, como a política, a arte e a

⁷ Democracia pode ser considerada um conceito grego que tem sua origem em duas palavras, quais sejam, *Demos*, significando “povo”, tendo sua origem nos modelos organizacionais gregos e *Cracia*, derivada do grego *Krátos*, tendo sentido de “poder”. Assim compreendida, a democracia está relacionada ao ideal de um povo ou população com poder de decisão em suas mãos (FUNARI, 2011).

ciência, a *poiesis* (SENNETT, 2014) e os trabalhos manuais destinados aos não cidadãos, pessoas escravizadas e estrangeiros.

No período helênico, por sua vez, ressaltam-se as grandes disputas envolvendo as cidades-estados gregas, como Esparta e Atenas. Porém, os conflitos revelaram um enfraquecimento político nesse território, o que acarretou no domínio dos povos macedônicos, com destaque para o rei Alexandre Magno, que promoveu uma expansão territorial para as regiões do continente africano e asiático, formando um grande império. A fusão das culturas grega, macedônica e oriental, oriundas das relações estabelecidas por esse regime, ficou conhecida como helenismo. Assim, ideias gregas permearam personagens macedônicos e, conseqüentemente, os romanos. “[...] O próprio Alexandre teve como mestre o filósofo Aristóteles e amava a cultura grega” (ARANHA, 2006a, p. 61). A partir do século II a.C., ocorreu a ascensão das cidades romanas e a expansão militar e territorial. Com isso, há uma assimilação cultural dos valores gregos por Roma, estabelecendo os princípios greco-romanos, considerados pilares das sociedades ocidentais posteriores.

Como é possível perceber, a trajetória dos povos gregos permitiu que o conhecimento da natureza e das potencialidades humanas aflorasse pelos séculos em que os valores filosóficos clássicos se perpetuaram. Desse modo, a *polis* e o desenvolvimento das ideias, imagens e referenciais da Grécia Antiga, tornaram-se parâmetros às posteriores sociedades ocidentais (MUMFORD, 1965). Até a atualidade, muitos dos estudos e do desenvolvimento de ideias partem dos feitos criados por pensadores e governantes que viveram por séculos nos espaços das ilhas e ao sul da Península Balcânica.

4.2 O SURGIMENTO DA *PAIDEIA* ENQUANTO PENSAMENTO EDUCACIONAL

A curiosidade e a descoberta estiveram presentes no cotidiano de mulheres e homens da Antiguidade e, com isso, podemos perceber que o espírito humano leva também à descoberta de si, um dos pontos de reflexão filosófica. Assim, o sujeito cria, a partir de seu conhecimento de mundo, formas de melhorar a sua existência. Para tanto, a Educação pode ser compreendida como um conjunto criado para dar condições para a transmissão e sustento da forma particular das organizações físicas e espirituais, tudo isso para que o esforço do conhecimento seja para a obtenção de um fim.

Nesse contexto, a Educação passa a ser o princípio a partir do qual as comunidades gregas se mantêm e conduzem as suas características sociais e culturais, permitindo o aprendizado de comportamentos e valores. “Os Gregos foram adquirindo gradualmente

consciência clara do significado desse processo mediante aquela imagem do Homem, e chegaram por fim, [...], a uma fundamentação, [...] profunda que a de nenhum povo da Terra, do problema da educação” (JAEGER, 2001, p. 15). À medida que a civilização grega foi se constituindo enquanto sociedade, seus habitantes conseguiam fomentar a sua forma de existir social e espiritual por sua vontade.

Com isso, percebemos que a Educação parte de alguma regra social e comunitária, seja ela familiar, profissional ou grupo pertencente, até mesmo do Estado. Ela está presente na vida e no crescimento dos grupos humanos e no desenvolvimento espiritual, pois é responsável pela transformação dos valores de cada sociedade. A Educação é da comunidade, por isso, o ato de educar carrega em si estupenda força.

Sob esse mesmo viés, dentre os princípios educacionais estabelecidos pelos gregos na Antiguidade, temos um caminho trilhado desde os primórdios dessa civilização. Os filósofos e os propósitos do pensamento filosófico contribuíram com considerável relevância para que a Educação fosse articulada com os valores sociais daquele período. Entre os propósitos estabelecidos pela Educação grega, está a dualidade formativa da parte corpórea e da alma.

[...] A natureza do Homem, na sua dupla estrutura corpórea e espiritual cria condições especiais para a manutenção e transmissão da sua forma particular e exige organizações físicas e espirituais, ao conjunto dos quais damos o nome de educação. Na educação, como o Homem a pratica atua a mesma força vital, criadora e plástica, que espontaneamente impele todas as espécies vivas à conservação e propagação do seu tipo. É nela, porém, que essa força atinge o mais alto grau de intensidade, através do esforço consciente do conhecimento e da vontade, dirigida para a consecução de um fim (JAEGER, 2001, p. 3–4).

Inicialmente, a Educação era responsabilidade das famílias, nas quais os valores religiosos, éticos e do enaltecimento das virtudes prevaleciam. Durante o surgimento dos modelos sociais dos períodos arcaicos, já apresentados, a Educação dos jovens da aristocracia grega ficou sob a responsabilidade de preceptores. Nesse contexto, temos como referência de pensamento educacional o modelo criado pelos sofistas. Segundo Costa (2018), o filólogo Werner Jaeger estima a sofística enquanto uma prática que impulsionou os ideais da *paideia*, pois esses preceptores utilizavam as técnicas ou *techne* da retórica no preparo dos cidadãos para as suas obrigações sociais em troca de remuneração.

Somente com o surgimento da *polis*, as cidades-estados, é que apareceram as primeiras escolas (*scholé*), com o intuito de preparar para as funções consideradas nobres para aquela sociedade: “pensar, governar, guerrear” (ARANHA, 2006a, p. 62). Quando pensamos na perspectiva educacional grega, que defendia a formação espiritual e física, analisamos que essa Educação acontecia de maneira integrada aos comportamentos sociais. A preparação

física acontecia no cuidado com o corpo, nas práticas físicas, como o hipismo e o atletismo, praticados nos ginásios e jogos olímpicos.

Já a formação espiritual, apesar de ter demorado a ser difundida entre as *polis*, teve seu ponto fundamental com o surgimento da Filosofia e ações de filósofos e pensadores, incluindo como referência, Sócrates e Platão. Além disso, a formação da alma acontecia no contato cultural, difundido em centros como Atenas, onde a arte, o teatro e os festivais eram acessíveis ao público. Devemos acrescentar também que a formação ética e moral envolvia a participação na Ágora - coração da cidade - e nos banquetes.

[...] Assim como na propriedade privada moderna, na ágora – grande praça central da cidade – havia poucos lugares proibidos. Nos espaços reservados à prática política da Atenas construída, notadamente no teatro erguido na colina de Pnix, onde se realizavam as assembleias dos cidadãos, a multidão se organizava e seguia regras de votação, que buscava expor como indivíduos ou pequenos grupos votavam aos olhos de todos [...] (SENNETT, 2014, p. 31).

Diante desse contexto de formação social, a partir do século V a.C., temos o surgimento do que ficou conhecido como *paideia*. Esse ideal de Educação estabelecido pelos gregos na Antiguidade expressava uma proposta de formação e preparo integral e contínuo. Em sua origem, relacionava-se à criança e à condução dos jovens. Assim, podemos considerar o começo das reflexões filosóficas, ao que foi relacionado à preocupação com a formação do ser humano. Quando resgatamos os valores filosóficos da *paideia*, Cenci, Dalbosco e Mühl (2009), destacam que o pensamento permite à sociedade vislumbrar o limiar de suas tradições e o reconhecimento de sua trajetória histórica e cultural.

A necessidade de educar o “homem grego” a partir do seu desenvolvimento histórico se deu pela *paideia*, não sendo um conjunto de ideias abstratas, mas da própria história desse povo, uma vez que “os gregos viram pela primeira vez que a educação tem de ser também um processo de construção consciente” (JAEGER, 2001, p. 13). Afinal, era com esse intuito que a Educação grega constituía os ideais de cidadão e de *polis*, a partir dos quais caracterizavam como parte envolvida na vida pública.

A *paideia*, surgiu como um processo educacional com o objetivo de educar para uma formação cidadã. Por isso, partimos nossa reflexão sobre os processos educacionais contidos na Educação grega, pois “precisa ser situada no contexto da compreensão que os gregos possuíam originariamente de filosofia, a qual consista, primordial e basicamente, numa opção, num modo de viver segundo o qual se discerniam atos e intenções à luz do bem, do belo, do justo, do verdadeiro [...]” (CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2009, p. 105). Esse processo educacional visava acompanhar os indivíduos ao longo de toda a sua vida, buscando uma

formação integral dos sujeitos, preocupando-se com o corpo e a mente e, com isso, inserir tanto mulheres quanto homens nos seus espaços sociais.

Nesse sentido, a sociedade grega era organizada de forma desigual, diferenciando os espaços ocupados por homens e mulheres e as funções desempenhadas por cada gênero. Assim, “[...] justificava direitos desiguais e espaços urbanos distintos para corpos que contivessem graus de calor diferentes, o que se acentuava na fronteira entre os sexos, pois as mulheres eram tidas como versões mais frias dos homens” (SENNETT, 2014, p. 32). De tal forma, percebemos que a Educação grega privilegiava as ações dos homens em relação às mulheres. Quando os gregos na Antiguidade constituíram seus princípios educativos, destacam o homem como princípios de concepção educacional (JAEGER, 2001). Nesse sentido, existe uma diversidade de exemplos de representações masculinas que evidenciam esses fatos, nas esculturas, pinturas e representações religiosas.

Os gregos possibilitaram às sociedades ocidentais um conjunto de pensamentos acerca da Educação. A história grega compreende o ato de educar enquanto coletivo e crucial para o desenvolvimento da *polis* e para o controle social e político. A *paideia*, em seu viés antropológico, eleva o ser humano a uma condição de participante de sua humanização, em uma perspectiva de construção ideal ou perfeita. Com isso, resgatar seus princípios desvela a potencialidade humana enquanto agente de mudança.

4.3 OS PRINCÍPIOS DA *PAIDEIA* E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A EDUCAÇÃO

A sociedade grega perpassou diversas transformações sociais e culturais na trajetória da Antiguidade. Dentre as relevantes contribuições está a sua concepção de Educação, que remodelou a convivência, suas concepções e seus valores à medida que os povos avançavam nos aspectos econômicos e urbanos. Conforme já refletimos, inicialmente, o ato de educar era de responsabilidade dos núcleos familiares e da religiosidade. Porém, quando a Grécia Antiga atingiu o seu auge de desenvolvimento, a formação/Educação (CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2009) passou a ser um compromisso do Estado.

Todo o povo que atinge um certo grau de desenvolvimento sente-se naturalmente inclinado à prática da educação. Ela é o princípio por meio do qual a comunidade humana conserva e transmite a sua peculiaridade física e espiritual. Com a mudança das coisas, mudam os indivíduos; o tipo permanece o mesmo. [...]. Só o Homem, porém, consegue conservar e propagar a sua forma de existência social e espiritual por meio das forças pelas quais a criou, quer dizer, por meio da vontade consciente e da razão (JAEGER, 2001, p. 3).

A Educação sendo uma atividade humana está presente no processo de desenvolvimento da sociedade grega e, posteriormente, no florescimento dos povos ocidentais. A esse respeito, observamos nos escritos da seção anterior que a Filosofia permitiu o surgimento de uma nova dimensão social e, com isso, as tradições religiosas e poéticas preservadas deixavam de ser validadas. Pode-se dizer, ainda, que o humano enquanto ser social necessita da convivência para adquirir a sua hominização e o ingresso dos sujeitos nas sociedades, além de “[...] reconhecer que a tarefa de fazer-se homem, a hominização de si, renova-se a cada nascimento [...]. Somos seres sociais, animais políticos, entes sensíveis, coabitantes da mesma terra, viajantes da história, somos promessas e penhores dos futuros incertos” (BORTOLINI; NUNES, 2018, p. 23).

Essa nova dimensão de Educação, fundamentada nas leis e problemáticas antropológicas, segundo Cambi (1999), descreve as mudanças de pensamento e contemplação daquilo que pertencia à natureza e ao humano, enaltecida, primeiramente, pelos sofistas e, posteriormente, pelos filósofos do período humanista da Filosofia grega. Assim, a vida em sociedade, enfatizando-se a ação do coletivo sobre o sujeito e a valorização do individualismo, norteia os rumos das criações culturais, das pautas sociais e do desenvolvimento científico do povo grego na formação e expressão individual. Dessa forma, o alemão Werner Jaeger, em sua obra “Paideia: a formação do Homem Grego”, exalta os sofistas como precursores desse modelo educacional enquanto *paideia*.

[...] Os sofistas, portanto, indicam uma dupla virada na cultura grega; uma atenção quase exclusiva para o homem e seus problemas, como também para suas técnicas, a partir do discurso; além da cultura tradicional naturalista e religiosa, cosmológica, que é submetida a uma dura crítica (CAMBI, 2001, p. 85).

Nesse sentido, os sofistas, conforme Cambi (1999), são os arautos de uma Educação efetivamente humana, ou seja, que busca a formação do ser a partir de uma “[...] educação pública, retirada da família e do santuário, que visa à formação do cidadão e das suas virtudes (persuasão e capacidade de liderança, sobretudo)” (CAMBI, 2001, p. 86). Desse modo, o conceito de *arete*, com equivalência mais próxima na Língua Portuguesa na palavra “virtude”, é o primordial ao desenvolvimento da *paideia* grega, sabendo-se que o termo foi encontrado em fontes históricas a partir do início do século V a.C com o significado de “criação dos meninos”. O preparo do sujeito primando essas virtudes visava a formação do ideal cidadão grego, belo, justo e corajoso, sendo o ponto de partida da compreensão do desenvolvimento do sistema educacional grego como futura *paideia* (JAEGER, 2001).

Já no século IV a.C., ocorreu o auge da Grécia Antiga enquanto civilização, sendo esse período da história grega denominado como Clássico. Dessa forma, o desenvolvimento da sociedade foi permeado por transformações sociais e mudanças nas relações de poder existentes. É nesse momento histórico que a democracia, a política e a cultura grega idealizam princípios que permanecem intrínsecos para os povos ocidentais. Ademais, é a partir desse contexto grego que a concepção de *paideia* se aproxima das noções da Educação contemporânea e se afasta do conceito de *arete*, a formação pelas virtudes heroicas, em favor de uma abordagem educacional ampla.

Desse modo, segundo Jaeger (2001), ocorre a ampliação da ideia de *paideia*, atingindo uma compreensão mais abrangente que será refletida e descrita nessa subseção. Assim, a denominação de “criação de meninos” se permuta “[...] em nada semelhante ao sentido elevado que adquiriu mais tarde, e que é o único que nos interessa aqui [...]” (JAEGER, 2001, p. 25). Diante disso, como os conceitos de Filosofia e Cultura são complexos de serem definidos, a *paideia* também exige daqueles que se dedicam a estudá-la um esforço intelectual. Encontramos em Cenci, Dalbosco e Mühl (2009) que a definição a partir dos escritos do filólogo alemão de *paideia* se envolvem com a maneira de pensar o ato de educar, a partir das concepções filosóficas concebidas pela civilização grega no empenho pela primazia do ser humano.

No entanto, ao analisarmos as concepções acerca de “civilização, cultura, tradição, literatura, educação, deve-se ter o cuidado de ressaltar que nenhuma delas coincide realmente com o que os gregos entendiam por *Paidéia*. [...]. Portanto, *Paidéia* é civilização, cultura, tradição, literatura, educação, mas tudo isso, de uma só vez” (COSTA, 2018, p. 39). Por isso, ao buscarmos uma definição específica e completa para *paideia*, nos deparamos com uma atividade segmentada, visto que sua compreensão é arrevesada. É preciso levar em consideração o contexto e local onde foi gerada e a sua relação com a história da Grécia Antiga (BORTOLINI; NUNES, 2018). Ainda, em consonância com Cenci, Dalbosco e Mühl (2009), a *paideia* se articulava com os processos sociais e políticos do contexto grego e não pode ser pensada dissociada disso. Portanto, estimulava também o autocuidado para, assim, desempenhar as suas funções na *polis*.

As concepções de Educação dos gregos dos tempos primórdios eram baseadas, principalmente, em tradições orais e nos poemas epopeicos de Homero e Hesíodo. “A concepção do poeta como educador do seu povo – no sentido mais amplo e profundo da palavra – foi familiar aos Gregos desde a sua origem e manteve sempre a sua importância [...]” (JAEGER, 2001, p. 61). A partir do período Clássico, a Educação se torna pragmática,

baseada na produção escrita e no uso das palavras, primando pela formação do homem, destacando os princípios de beleza e bondade. A busca contínua por uma Educação que presa pela excelência do ser e que é obtida pela contínua preocupação com o ato de educar (CAMBI, 1999).

Ao resgatar os princípios da sociedade grega e refletindo sobre a relevância da Educação para os sujeitos do século XXI, compreendemos a necessidade contínua do aperfeiçoamento humano, no sentido de aprimorar seus princípios, valores e, principalmente, de estimular a consciência de novos paradigmas sociais que impulsionem uma Educação participativa e contextualizada. Quando percorremos o decurso da *paideia* proposta pelos gregos no período da Antiguidade, nos aproximamos de uma formação educacional pensada a partir de “[...] traços e pistas profícuas para repensarmos e justificarmos uma formação de cunho universal, isto é, humano, ético, político, conjugado com o técnico” (CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2009, p. 104). Nesse sentido, o processo educativo dos gregos é a égide para o desenvolvimento cultural, educacional e político, a partir da aspiração pelo saber e para uma formação do indivíduo nos aspectos corporais e racionais.

Ao evocar anteriormente a árdua compreensão de Filosofia, a partir de Cambi (1999), inferimos que, por meio do desenvolvimento do pensamento racional, foi possível manifestar nos seres humanos as suas capacidades intelectuais para observar a si, a natureza e o mundo em seu entorno. Além disso, a *paideia* enquanto arquétipo grego tem as suas origens desde os períodos longínquos da sociedade, mas se consolidou, conforme descrito anteriormente no período Clássico, a partir das reflexões dos filósofos humanistas. Esses pensadores, em especial, Sócrates, Platão e Aristóteles, contribuíram para a Educação Ocidental, ao preocuparem-se com a formação do ser por meio da vivência de seus contextos. Assim, requer que observemos essas premissas ao compreender os princípios da Grécia Antiga em relação à Educação Ocidental contemporânea, pois, apesar de sermos herdeiros de seu legado, a história demonstra que o ato de educar foi perpassado por diversas mudanças de concepções e paradigmas ao longo dos séculos, nos distanciando dos preceitos basilares.

Nesse ponto, cumpre ressaltar que os sofistas foram os precursores, mas a partir de Sócrates temos de fato a consolidação da *paideia* enquanto modelo de excelência para a Educação que visa a humanização do ser. Para Cambi (1999), o processo de tornar-se humano é realizado à medida que a Educação o auxilia. As concepções dos filósofos humanistas já mencionados na seção anterior, Compreensões de Filosofia e Educação, demonstram a preocupação com a formação do Homem grego em meio ao seu contexto. Sócrates, constituiu suas condutas educacionais baseadas efetivamente pelo diálogo e pela dialética para

problematizar e construir o conhecimento, pois “[...] preocupa-se com a formação de pessoas capazes de pensar e de chegar à essência das coisas” (CENCI; DALBOSCO; MÜHL, 2009, p. 28).

Já para Platão, educar para o seu contexto consiste na preocupação com a formação idealizada dos princípios éticos daquela sociedade e, também, para o preparo das atividades políticas da *polis*. A Educação baseada no platonismo é fundamentalmente política e é marcada por um dualismo abstrato e utópico, referência para o pensamento ocidental (CAMBI, 1999). Ainda, Aristóteles prossegue com os ideais educacionais de seu mestre, na preocupação com a formação da consciência humana e para o ser político da *polis*. Porém, esse pensador é dissidente do ideal dualista platônico, pois propõe que a Educação tenha princípios baseados na concreticidade e condizentes com a realidade de seus sujeitos. “Para Aristóteles o Homem se distingue de qualquer animal pela sua qualidade de cidadão, por ser político e, para Platão, a verdadeira educação é aquela considerada uma formação ‘geral’, porque o sentido do político (poder e saber) é o sentido do geral” (COSTA, 2018, p. 44).

Outro ponto relevante é que a Educação enquanto atividade humana esteve presente no cotidiano das sociedades e, ao longo do tempo, foi atendendo às suas necessidades que carregam em si seus valores morais, éticos, culturais e políticos. Nesse sentido, a *paideia* se faz presente na atualidade, pois instiga educadores e pensadores a promoverem uma concepção educativa que prima pela formação humana e universalizada. O pensamento grego se revela a partir da necessidade de resgatar os valores de uma prática educacional integral no sentido filosófico.

A educação participativa na vida e no crescimento da sociedade, tanto no seu destino exterior como na sua estruturação interna e desenvolvimento espiritual; e, uma vez que o desenvolvimento social depende da consciência dos valores que regem a vida humana, a história da educação está essencialmente condicionada pela transformação dos valores válidos para cada sociedade (JAEGER, 2001, p. 4).

Como é evidenciado acima, a relevância da *paideia* para o pensamento educacional ocidental (CENCI; DALBOSCO, MÜHL, 2009) se justifica principalmente porque se faz necessário resgatar nos educadores e educandos a concepção de entender a Educação como um fenômeno completo, abrangendo a formação intelectual e física, superando as dicotomias ocorridas pela separação dos campos de conhecimento, construindo, assim, processos que visam o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a vida em plena contemporaneidade. O sujeito deve ser autônomo e, ao mesmo tempo, participante ativo, rompendo com os atuais valores do consumismo desenfreado, da destruição dos recursos

naturais e da desvalorização dos seres humanos por condições econômicas, sociais, étnicas ou de gênero, resgatando a sua capacidade de pensar a realidade.

Em virtude dos fatos mencionados, a Educação atual precisa superar as polarizações que os contextos revelam em relação aos problemas que circundam as práticas educativas e que se relacionam aos aspectos econômicos, políticos e sociais, desvelando, assim, os preconceitos e as diferenças que são latentes em nosso país. Para tanto, compreendemos, até aqui, os preceitos gregos acerca da Filosofia e do ato de educar, sendo esses, para nós, possibilidades de vislumbrar o mundo em sua totalidade e coletividade. Esse legado nos faz contemplar que o pensamento educativo deve priorizar a formação do cidadão capaz de agir e transformar. Isso só é possível por meio de uma Educação Libertadora, que supera as diferenças entre aqueles que oprimem e os que são oprimidos, tema que será abordado na próxima seção.

5 PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE

Os ideais da Filosofia da Educação e da *paideia* grega, constituíram os processos educacionais da Antiguidade. Ainda, serviram como referência para os pensamentos educativos dos períodos posteriores e estão presentes também na atualidade, influenciando o educador Paulo Freire e, conseqüentemente, os fundamentos da Educação brasileira. Nessa concepção, observa-se a importância da formação integral, que buscava desenvolver não somente os aspectos racionais ou intelectuais, mas também promover a convivência social e o cuidado de si.

Diante disso, nesta seção, voltaremos nossas reflexões às contribuições de Freire, com o objetivo de elencar suas considerações para pensar a Educação, a partir das obras *Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Entre suas reflexões sobre os processos educacionais, observamos que semelhante aos gregos, no propósito de educar o cidadão, atuante em seu contexto social - a *polis* -, Paulo Freire volta-se a promover uma Educação emancipatória e libertadora, nos moldes das proposições platônicas. Nesse sentido, compreende que o ato de educar é político e visa a preparação intelectual e física para a participação da sua sociedade.

Freire foi um homem muito ligado às questões relacionadas aos homens e mulheres, enquanto ser humano que pensa, age, luta e busca a sua autonomia. Entre outras questões sempre esteve muito preocupado com a falta de conclusão do ser humano, a curiosidade ingênua e crítica, o respeito ao outro e a si mesmo, o pensar certo, e principalmente as questões éticas (ATAIDE, 2015, p. 83).

Com base nessas reflexões iniciais, partimos do entendimento que esse educador buscava refletir sobre as práticas dos processos educacionais, sendo um pensador que compreendia a importância da Educação enquanto um caminho para se aprimorar tanto como profissional da Educação, como ser humano. Ainda, Paulo Freire, percebia a necessidade do constante aprendizado por parte dos envolvidos na Educação, “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. Quem ensina, ensina alguma coisa a alguém” (FREIRE, 2014b, p. 25). Nesse sentido, o educando e o educador compreendem a possibilidade de troca do conhecimento, reconhecendo a singularidade do sujeito e favorecendo a quebra da relação, muitas vezes velada, entre Opressor e Oprimido (COSTA, 2018). Com isso, também nesta seção, refletimos sobre as concepções e métodos desenvolvidos por Freire em suas experiências enquanto educador.

5.1 PAULO FREIRE: UM EDUCADOR BRASILEIRO

O professor brasileiro Paulo Reglus Neves Freire (1921–1997), nascido no estado de Pernambuco, é um exemplo frente à realidade da maioria da população brasileira. De família humilde, notou desde pequeno a necessidade do diálogo e da construção das relações humanas. Diante de suas vivências, percebeu que não existe ensinar sem aprender e vice-versa. “Aprender precedeu ensinar ou, em outras palavras, ensinar se diluía na experiência realmente fundante de aprender” (FREIRE, 2014b, p. 26). A partir disso, descobriu que utilizando métodos e caminhos baseados principalmente no diálogo, era possível ensinar homens e mulheres das classes operárias e humildes, enquanto sujeitos capazes de aprender.

Em sua infância, Paulo Freire já compreendia a necessidade da busca pelas palavras, pois conforme relatos, foi alfabetizado em um ambiente doméstico, tendo seus pais como referência nesse processo. O estímulo recebido fez com que o educador compreendesse e construísse seu aprendizado de maneira prática e consciente, pois as “[...] experiências muito simples, no entanto muito ricas foram marcando a vida de Paulo Freire, e o acompanharam por toda a sua trajetória e ele transformou em lições para serem utilizadas com outras pessoas” (ATAÍDE, 2015, p. 75).

Ao longo de sua vida escolar, Paulo Freire, estudou por instituições nas cidades de Jaboatão e Recife, no estado do Pernambuco. Ainda muito jovem, aos vinte e dois anos, ingressou na faculdade de Direito, profissão que não exerceu durante a sua vida, pois sua dedicação à Educação o fez tornar-se um educador de referência. De fato, percebeu desde suas primeiras experiências a necessidade do diálogo, do contato com seus educandos e, principalmente, a valorização dos sujeitos.

[...] ao colocar o diálogo como condição primeira da libertação dos oprimidos, Freire fundamenta o projeto de transformação social em bases renovadas que convergem para a humanização sociocultural da humanidade em seu todo. A *dialogicidade* é a prática do diálogo verdadeiro, que mantém viva a dialeticidade entre ação e reflexão. [...]. É pelo diálogo que implica uma atitude de vida, que os homens e as mulheres constroem um mundo humano, de modo a refazer o que já existe e projetar um futuro que está por realizar-se (HAMMES; ZITKOSKI; BOMBASSARO, 2018, p. 1015).

Dessa forma, Paulo Freire se constituiu enquanto educador ao longo de suas experiências, percebendo a necessidade de ouvir para também ser ouvido, e dar visibilidade e condições aos seus educandos para que, assim, pudessem se perceber enquanto capazes de aprender. É preciso proporcionar aos educandos a experiência de, “assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos,

capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto” (FREIRE, 2014b, p. 42).

Enquanto educador, Paulo Freire vivenciou diversas experiências, principalmente entre as classes operárias e marginalizadas. Ao propor seu método voltado para a alfabetização de jovens e adultos, considerava que os materiais destinados a esses públicos não eram pedagogicamente adequados, sendo os mesmos utilizados por crianças em fase escolar. Dessa forma, o educador observou a necessidade de dialogar. Isso se construiu ao longo de suas práticas, entre elas, a ação educacional por alguns anos no SESI (Serviço Social da Indústria) de Pernambuco, enquanto diretor do setor de Educação e Cultura. Ao estar próximo dos estudantes e familiares, Freire conseguiu perceber de maneira prática as reais necessidades vivenciadas por jovens e adultos que precisavam se integrar ao mundo das palavras por meio da Educação.

[...] possibilitar nas classes populares o desenvolvimento de sua linguagem, jamais pelo blá-blá-blá autoritário e sectário dos “educadores”, de sua linguagem, que, emergindo da e voltando-se sobre sua realidade, perfile as conjecturas, os desenhos, as antecipações do mundo novo. Está aqui uma das questões centrais da educação popular – a da linguagem como caminho de invenção da cidadania (FREIRE, 2015, p. 56).

O educador Paulo Freire desenvolveu seus escritos em um contexto de efervescência política no Brasil. Seu método consistia em promover a alfabetização por meio das palavras do cotidiano dos trabalhadores e de suas comunidades. Quando esses grupos têm acesso ao conhecimento, desenvolvem as suas capacidades de criticidade e de enfrentamento da realidade, no sentindo freiriano de romper com as estruturas sociais preestabelecidas e permite a criação de espaços onde a voz e a vez de todos seja garantida. Desvelar as palavras representa proporcionar uma possibilidade de compreender o mundo, pois garante às populações mais humildes o acesso pleno à cidadania defendida pelos gregos na Antiguidade ou pelo contexto contemporâneo que prioriza a conquista ampla de direitos e serviços a todas as pessoas.

Em sua primeira experiência como alfabetizador utilizando seu método, Freire conseguiu alfabetizar um grupo significativo de trabalhadores em quarenta e cinco dias. Com o êxito de suas práticas, o projeto recebeu incentivo do governo federal da época e ampliou-se para diversas regiões do Brasil. “Paulo Freire dedicou-se à alfabetização tanto das crianças quanto dos adultos, remetendo a este último grupo um forte apelo por justiça, igualdade e liberdade, direitos estes que poderiam ser conquistados [...]” (LIMA, 2018, p. 54). O pensamento freiriano não se preocupa com a aquisição das habilidades cognitivas de leitura e

escrita, mas possui um sentido amplo, pois ao instigar as classes trabalhadoras ao acesso às palavras e ao mundo escrito, que predomina, nas sociedades contemporâneas, rompe com o *status quo* que determina a exclusão ao acesso de direitos inerentes à vida humana. Nesse sentido, alfabetizar as operárias e operários a partir do método de Paulo Freire é se comprometer com uma Educação pensada na cidadania ampla.

No entanto, durante a década de 1960, o contexto político brasileiro passou por diversos conflitos. Com isso, instaura-se o Regime Ditatorial⁸, a partir do Golpe Civil-Militar⁹, levando o Brasil a viver um período de restrições políticas, culturais e sociais. Assim, Paulo Freire, foi considerado subversivo por aquele regime político, sendo preso e interrogado, tendo inclusive seus escritos proibidos de serem acessados. Devido a isso, o educador acabou exilando-se primeiramente na Bolívia e depois no Chile, mas durante suas vivências fora do país, conseguiu implantar o seu método e contribuir efetivamente na Educação Popular. Entre as obras proibidas de circulação, temos

o livro *Pedagogia do oprimido* era considerado perigoso e foi proibido no Brasil durante a Ditadura Militar e a sua circulação somente foi permitida a partir de 1974 em razão da sua força na mobilização das lutas por liberdade e democracia, pois a educação pode ajudar a *empoderar* os oprimidos [...] (HAMMES; ZITKOSKI; BOMBASSARO, 2018, p. 1010, *grifos dos autores*).

Durante o seu exílio, Paulo Freire contribuiu para o pensamento e a implantação de sistemas e métodos de ensino por diferentes continentes como África, Ásia, Europa, e por diversos países americanos. O educador sempre se mostrou disposto a refletir sobre a Educação por meio de palestras. Com essas vivências, consideramos que Freire foi um “andareiro” que perpassou o mundo, devido às suas circunstâncias de vida, trabalho e de ideias nunca permaneceu apenas em um lugar, sendo que diversas vezes foi necessário seu deslocamento. Além disso, o educador apresentou em seus escritos a realidade brasileira, enquanto “um país pobre e migrante” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2008, p. 40), ou seja,

⁸ Este período da história brasileira correspondeu aos anos de 1964 até 1984, anos nos quais o país foi governado por presidentes militares. O Regime Ditatorial no Brasil foi o período onde o governo cerceou a liberdade de parte da população brasileira, por meio dos Atos Institucionais (AI). Dentre os efeitos destes aparatos de governos foram, a cassação de mandatos de deputados, senadores e governadores, bem como a perseguição, prisão e exílio (expatriação forçada) de intelectuais e artistas que eram considerados contrários aos ideais impostos pelo novo governo da época (FAUSTO, 2012).

⁹ Segundo Napolitano (2016), com a atualização da historiografia nacional, inclui-se a participação de grupos civis na instauração do golpe do ano de 1964 no Brasil, que levou a administração da Presidência da República brasileira ser feita por presidentes militares. A perseguição aos intelectuais da época foi instituída, já que muitos foram considerados subversivos (aqueles que poderiam causar desordem aos modelos sociais, políticos e econômicos do contexto) ao sistema de governo, “[...] o golpe de 1964, não foi apenas contra um governo, mas foi contra um regime, contra uma elite em formação, contra um projeto de sociedade [...]” (NAPOLITANO, 2016, p. 66).

demonstra que diversos grupos sociais necessitaram se deslocar para sobreviverem e serem considerados enquanto sujeitos, pertencentes ao seu próprio país e para alcançar uma possibilidade de conhecimento. Assim, Paulo Freire foi considerado como “o andarilho da utopia” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2008).

Em suas experiências educacionais, Paulo Freire ocupou-se em compreender a necessidade de construir uma Educação centrada no ser humano enquanto um sujeito repleto de capacidade. “[...] É preciso, indispensável mesmo, que o professor se ache ‘repousado’ no *saber* de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano. É ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais perguntar, re-conhecer” (FREIRE, 2014b, p. 84, *grifo do autor*). Em outras palavras, a prática envolve a ação em conjunto com a reflexão. Ao voltar o seu olhar para a Educação brasileira, Freire percebeu, ali, uma chance de estabelecer ações efetivas para compreender o contexto educacional, observando as necessidades e os desafios que as ações educativas exigem. Ainda, discute em suas reflexões a importância do estabelecimento das intencionalidades e das vivências articuladas.

Em seus inúmeros escritos, o educador enalteceu o valor da Educação, compreendendo-a, dessa forma, como um caminho que visa principalmente superar as dificuldades de humanizar os seres humanos, rompendo com os valores que apenas legitimam as relações estabelecidas entre opressores e oprimidos. “Reconhecer os Outros, os oprimidos, como sujeitos de formação humana representa outro paradigma de formação humana” (ARROYO, 2019, p. 6). Com isso, percebemos que as concepções educacionais em Freire estão embasadas também em um olhar político e em uma percepção real do que se pode fazer quando a Educação cumpre seu papel de emancipadora.

Nesse sentido, o educador Paulo Freire compreendeu que “[...] não existe a educação, mas educações, ou seja, formas diferentes de os seres humanos partirem do que são para o que querem ser” (ROMÃO, 2008, p. 150). Ao constituir um pensamento educacional, é preciso avaliar o contexto, tanto do educando quanto dos educadores, na tentativa de promover a percepção de suas necessidades e projeções.

Assim, a Educação pautada nos ensinamentos de Paulo Freire estabelece uma relação de proximidade do racional com o subjetivo. Dessa forma, auxilia o educador em sua prática contextualizada “como prática estritamente humana jamais pude entender a educação como uma experiência fria, sem alma, em que os sentimentos e as emoções, os desejos, os sonhos devessem ser reprimidos por uma espécie de ditadura racionalista” (FREIRE, 2014b, p. 142).

Partindo desses princípios, estabelecido como um dos seus alicerces na promoção do seu método, temos a práxis educativa:

[...] Freire refere-se à práxis como ação transformadora e libertadora, como atividade prática, alicerçada em conhecimento, questionamentos e reflexões com vistas às ações transformadoras da realidade e do homem, propiciando a esse o direito de fazer sua história de libertação (CARVALHO; PIO, 2017, p. 443).

Ainda sobre a práxis nos escritos de Freire, percebemos que ela estabelece um caminho de diálogo entre educando e educador, buscando, principalmente, a “transformação da realidade e à produção da história” (CARVALHO; PIO, 2017, p. 443). Com isso, propicia-se, principalmente a compreensão de que todo o ser humano necessita constituir de maneira ativa a sua história e se sentir pertencente, isto é, ser reconhecido, no contexto social de maneira ampla.

À medida que o Regime Ditatorial foi se alterando, a partir da década de 1970, a anistia política permitiu que diversos exilados, incluindo Paulo Freire, pudessem retornar ao Brasil. Assim, o educador foi convidado a trabalhar em universidades brasileiras, atuou também como Secretário da Educação da cidade de São Paulo (1989-1991). Ao longo de sua existência, enquanto professor e ser humano, Freire foi reconhecido enquanto alguém comprometido com a Educação, enquanto uma possibilidade de transformação social. Desse modo, recebeu diversos prêmios e títulos de reconhecimento.

5.2 EDUCAÇÃO LIBERTADORA: PRINCÍPIOS EDUCATIVOS FREIRIANOS

Ao longo de sua trajetória, Paulo Freire pensou na Educação, enquanto uma possibilidade de rompimento com a realidade vigente de educandos e educadores. Em meio aos diversos contextos por onde o educador atuou, com destaque ao Movimento de Cultura Popular - MCP¹⁰ e às ações educativas para jovens e adultos nas Zonas dos Mocambos, no estado de Pernambuco, Freire buscou promover uma “pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação [...]” (FREIRE, 2014a, p. 55). Assim, foi possível romper com os modelos e com as relações estabelecidas, vislumbrando uma nova proposta de Educação pautada na análise, interpretação e mudança dos contextos sociais e econômicos.

Diante disso, é preciso refletir sobre os conceitos, ideias e atitudes necessárias para se promover os princípios educativos defendidos por Paulo Freire. Para tanto, ao observar seus principais escritos, percebe-se como Freire compreende a educação considerada bancária, o compromisso com a práxis pedagógica e também a visão libertadora que as ações educativas

¹⁰ Fundado no início dos anos de 1960, este movimento tinha como objetivo promover ações educativas entre as classes populares e estruturar “uma proposta educativa genuinamente brasileira” (CARVALHO; PIO, 2017, p. 430).

podem promover. Assim, dedicaremos esta seção a vislumbrar a Educação Libertadora freiriana e suas possibilidades, pois “[...] encontramos nas obras de Paulo Freire reflexões acerca da concepção bancária *versus* a concepção libertadora de educação, elementos que nos permitiram compreender, apreender e interpretar [...]” (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2016, p. 160).

Inicialmente, Freire fez críticas aos modelos educacionais aos quais teve contato durante suas vivências como educando e educador. Sendo assim, classifica-se como Educação Bancária: “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante” (FREIRE, 2014a, p. 80). Dessa forma, o educador faz uma denúncia aos propósitos educacionais, já que a opressão e a falta de diálogo estão presentes nas ações pedagógicas.

Nesse modelo, o autoritarismo do professor, considerado detentor do conhecimento, fica evidente, pois a relação estabelecida é de imposição, “numa relação vertical e não dialógica, desconsidera o meio social e faz com que surjam marcas no corpo do aluno” (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2016, p. 162). Já o educando¹¹ deve ser aquele que não critica aquilo que está sendo apreendido, ao contrário, apenas recebe o conhecimento pronto e inquestionável do seu professor. Assim, a relação estabelecida no processo de ensino-aprendizagem está apenas relacionada àquilo que o docente considera importante e que precisa ser valorizado.

Face a isso, Paulo Freire, ao estabelecer as críticas ao modelo bancário, propôs novos princípios educativos. Partindo, assim, para uma Educação baseada na libertação e em um novo modelo de relação entre educandos e educadores: “é exatamente neste ponto que se coloca a importância fundamental da educação enquanto ato de conhecimento, não só de conteúdos mas da razão de ser dos fatos econômicos, sociais, políticos, ideológicos, históricos [...]” (FREIRE, 2015, p. 141). Portanto, nesse modelo, a Educação visa promover ações de conscientização aos envolvidos, perante a sua realidade social, econômica, política e cidadã, com o intuito de refletir, questionar e, principalmente, gerar mudanças no contexto social.

Visando conscientizar e efetivar a atividade dos educandos, o educador percebeu que a Educação necessita de um rigor e de um cuidado, ou seja, não há como ensinar algo a alguém e promover o ato de ensinar (FREIRE, 2015) sem uma intencionalidade. Dessa forma,

¹¹ Ao refletir sobre os escritos de Paulo Freire observa-se que trazem uma concepção de educando, como aquele que é capaz de aprender e de transformar, em oposição às concepções de educação bancária nas quais o corpo do estudante é por diversas vezes “[...] aquele ao qual foi proibida a possibilidade de ser sujeito. Assim, é visto apenas como objeto [...]” (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2016, p. 157).

destaca-se a importância do trabalho docente, enquanto um agente de transformação da realidade

O educador democrático não pode negar-se o dever de, na sua prática docente, reforçar a capacidade crítica do educando, sua curiosidade, sua insubmissão. [...]. Percebe-se, assim, a importância do papel do educador, o mérito da paz com que viva a certeza de que faz parte de sua tarefa docente não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo [...] (FREIRE, 2014b, p. 28).

Sendo assim, entre os princípios freirianos, compreendemos que o educador é considerado não mais como único detentor do conhecimento, aquele que está distante do alunado (ATAIDE, 2015), mas que por meio do diálogo com seus educandos, promove uma Educação libertadora, crítica e consciente. A partir disso, podemos também refletir sobre como Paulo Freire percebia os educandos e designava a sua importância no processo da Educação. Portanto, o educador define: “[...] o educando se torna realmente educando quando e na medida em que conhece, ou vai conhecendo os conteúdos, os objetos cognoscíveis, e não na medida em que o educador *vai depositando* nele a descrição dos objetos ou dos conteúdos” (FREIRE, 2015, p. 65, *grifos do autor*). Por isso, a necessidade de aproximar o conhecimento dos educandos e, assim, superar as dicotomias criadas nas relações descritas por Freire como opressor e oprimido.

Dessa forma, a Educação, dentro dos princípios educativos de Freire, visa provocar nos educandos o senso de autonomia e de criticidade, ou seja, na “reflexão e ação dos homens sobre o mundo, empenhados em transformá-los” (CARVALHO; PIO, 2017, p. 434). Ademais, por meio da relação estabelecida entre o educador progressista e do educando consciente de sua realidade social é possível desenvolver aquilo que Paulo Freire define como práxis pedagógica. Nesse processo, todos os envolvidos são essenciais para desenvolver a Educação de maneira eficaz e condizente com a realidade. É nessa relação que o aprendizado se constrói a partir do diálogo e do compartilhamento das vivências educacionais.

Como se observa, a práxis é essencial às atividades pedagógicas constituídas a luz do pensamento de Paulo Freire. Com isso, o educador define este conceito como: “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (FREIRE, 2014a, p. 52). Em seus princípios educativos, Freire percebia a importância de propor ações que permitiam aos educandos e educadores reconhecer-se enquanto transformadores de seus contextos.

A educação deve partir da realidade para compreender o homem e ser posta a seu serviço. Não pode ser reduzida a um conjunto de técnicas. O objetivo principal é a compreensão e a interpretação do papel de cada educando no mundo. Sua ação se torna um ato político porque ela mostra ou ela oculta a realidade. Conseqüentemente (sic), o educador deve fazer uma opção política: isto implica em métodos, princípios, valores, presentes na ação. Toda a ação educativa comporta um aspecto político, pois ela pode ou não mudar as relações sociais. Portanto, o (a) educador (a) jamais é neutro (a). Toda a vida do (da) educador (a) são atos educativos. Manifesta na sua vida a coerência entre a teoria, a palavra e ação. A educação toma um sentido pleno quando estabelece uma relação entre a vida, a voz, e o pensamento do educador. Gera, portanto, uma prática que resulta de uma forma de ver e atuar sobre a vida (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2008, p. 332).

A partir dessas considerações percebemos o quanto a práxis pedagógica é necessária para a promoção de uma ação educativa pautada, principalmente, no diálogo e nas ações e reflexões de educandos e educadores. Assim, promove-se a autonomia, no sentido de conscientizar os seres humanos para a necessidade de romper com a ordem excludente, transformando seus espaços sociais de maneira consciente, eficiente e, principalmente, crítica. Portanto, a práxis freiriana é aquela que unifica a prática/ação da Educação com reflexão/teoria do pensamento, baseando-se nos princípios filosóficos-epistemológicos educacionais (CARVALHO; PIO, 2017), fazendo surgir uma nova forma de compreender as atividades docentes, o que Paulo Freire defendia como Pedagogia Libertadora.

Os princípios educativos descritos nesta seção são reconhecidos no método freiriano. Com isso, em suas diversas experiências pedagógicas, a sua ação educativa mostrou-se eficiente, principalmente na alfabetização de jovens e adultos das classes populares que perceberam ali uma possibilidade de enfrentamento da realidade de maneira crítica, contextualizada e consciente. Isso se deve ao fato de que “o método de Freire se configura no desejo de uma sociedade mais democrática e justa com oportunidades para todos, independente da classe social” (ATAIDE, 2015, p. 82). Dessa forma, a pedagogia freiriana leva em consideração a relação constituída entre educando e educador por meio do diálogo, quando ambos se percebem como construtores e participantes do conhecimento:

Educador e educandos (liderança e massas), cointencionados à realidade, se encontram numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente, mas também no de recriar este conhecimento. Ao alcançarem, na reflexão e na ação em comum, este saber da realidade, se descobrem como seus refazedores permanentes (FREIRE, 2014a, p. 77-78).

Ao propor o seu método de alfabetização, Paulo Freire pretendia criar oportunidades para os educandos participarem efetivamente do seu processo de aprendizado. Além de acessar propostas e ações educativas adequadas à faixa etária e ao nível dos jovens e adultos. Com isso, mulheres e homens eram capazes de aprender e adquirir as capacidades de se

aproximar das suas palavras. “[...] Na aurora do tempo em que, coletivamente, pela única vez alguma educação no Brasil foi criativa e sonhou que poderia servir para libertar o homem, mais do que, apenas, para ensiná-lo, torná-lo ‘doméstico’” (BRANDÃO, 2006, p. 17).

Ao compreender as ideias propostas em seu método e na construção de sua Pedagogia Libertadora, Paulo Freire propôs certas etapas que auxiliam na construção do conhecimento (ATAÍDE, 2015). Inicialmente, pretendia-se realizar o levantamento de palavras que fazem parte do cotidiano dos próprios estudantes. A partir disso, selecionavam-se termos, sendo esses designados de “palavras geradoras” e que por meio dessas seria possível a criação de ações educacionais contextualizadas. Juntamente com as palavras, constituem-se as fichas indicadoras com as famílias fonéticas de cada termo, respeitando uma sequência lógica e gradual para a aprendizagem. “[...] a incorporação de ‘temas geradores’ eleva o cidadão à condição de protagonista de sua própria história, e não um coadjuvante seguindo papéis prontos” (LIMA, 2018, p. 55). Os discentes se inserem em seus próprios contextos de aprendizagem e percebem, assim, que a Educação é um caminho que pode ser trilhado em colaboração e união com seus docentes.

Dessa maneira, as reflexões sobre a Educação propostas por Paulo Freire foram consideradas revolucionárias em seu contexto. Essas romperam com os modelos tradicionais, quando, por diversas vezes, os estudantes eram considerados passivos no conhecimento:

[...] Na educação como prática da liberdade, os homens e as mulheres são vistos como ‘corpos conscientes’, e se tem convicção profunda no poder criador do ser humano como sujeito da história – uma história inacabada, construída a cada instante, cujo processo de conhecer envolve intercomunicação, intersubjetividade (MENEZES; SANTIAGO, 2014, p. 50).

A Pedagogia Libertadora freiriana instiga seus educandos a pensar para além de suas vivências e assim, se perceber enquanto seres humanos críticos, criativos e agentes de transformação. “[...] O método foi idealizado para uma população que vivia a mercê da sociedade, excluídos do mundo em condições de miséria” (ATAÍDE, 2015, p. 82). Paulo Freire refletiu tudo isso a partir de suas vivências e das demais pessoas com as quais compartilhava experiências humanas e educativas, assim, propondo uma pedagogia que rompesse com a exclusão social.

Além disso, criou uma possibilidade de educandos e educadores, perceberem-se como essenciais em seus aprendizados, pois, ao trilharem suas experiências, estabeleceriam laços humanos e afetivos. Assim, poderiam gerar mudanças e transformações necessárias para revolucionar e libertar todos aqueles que por diversas circunstâncias acabavam sendo

excluídos e marginalizados. Portanto, podendo pelo caminho da Educação, gerar mudanças significativas para a nossa sociedade atual, promovendo ações de equidade e de maior participação social.

Tendo em vista essa relação dialógica proposta por Freire, embasada na reflexão e ação dos envolvidos no processo educativo, sua pedagogia previa a conscientização dos seres humanos enquanto sujeitos históricos e que efetivamente são capazes de construir, produzir, refletir e mudar. Entre os princípios da pedagogia libertadora, estaria a necessidade de estabelecer uma proximidade significativa entre educando e educador, ao que Freire afirma: “dizer-se comprometido com a libertação e não ser capaz de *comungar* com o povo, a quem continua considerando absolutamente ignorante, é um doloroso equívoco” (FREIRE, 2014a, p. 66, *grifo do autor*).

Assim, romper com os modelos sociais e educacionais vigentes é o compromisso do educador progressista na intenção de transformar as relações e principalmente, junto com seus educandos, também libertar-se (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2016). Somente com esta conscientização é possível concretizar a Pedagogia Libertadora e enaltecer a boniteza (FREIRE, 2014b), conforme Freire afirmava que está na construção dos processos educativos dialógicos e reflexivos. Os caminhos trilhados por Paulo Freire ao constituir-se enquanto ser humano e educador nos deixaram um vasto legado sobre a prática educativa em nosso país e que ainda serão refletidos ao longo desta pesquisa. O educador desvelou a realidade, na qual a Educação é o caminho mais eficiente para se romper com as divisões estabelecidas por padrões sociais e econômicos e, assim, promover uma sociedade mais justa e consciente.

5.3 PEDAGOGIA DO OPRIMIDO: A AÇÃO-REFLEXÃO EDUCATIVA

Em seu processo de andarilhagem pelo mundo, Paulo Freire constitui-se enquanto ser humano e educador. Suas experiências educativas o fizeram perceber as necessidades das populações marginalizadas e que a partir das suas compreensões das reais condições sociais e econômicas é que poderia surgir uma transformação eficaz. “A Pedagogia do Oprimido retoma atualidade. Por quê? Porque a opressão continua, os oprimidos aumentaram, os processos de opressão não só se repetem, mas se aperfeiçoam em refinamentos” (ARROYO, 2019, p. 3). Um dos seus principais escritos, o livro Pedagogia do Oprimido, é considerado ainda pertinente, mesmo após mais de meio século de sua primeira publicação.

A Pedagogia do oprimido emerge de tudo isso e falo dela, de como aprendi a escrevê-la e até como, ao primeiro falar dela, fui aprendendo a escrevê-la. [...]. As tramas, os fatos, os debates, discussões, projetos, experiências, diálogos de que participei nos anos 1970, tendo a *Pedagogia do oprimido* como centro, me parecem tão atuais quanto outros a que me refiro dos anos 1980 e de hoje (FREIRE, 2015, p. 18, *grifos do autor*).

Em face disso, cabe lembrar que Freire publicou a primeira edição do referido livro no ano de 1968, enquanto encontrava-se exilado no Chile, devido ao contexto ditatorial pelo qual o Brasil passou ao longo dos vinte e um anos do regime cívico-militar. “Mesmo sabendo que o livro não poderia ser editado aqui, ter sua primeira edição em português, língua em que foi originalmente escrito, seria interessante [...]” (FREIRE, 2015, p. 86). A obra *Pedagogia do Oprimido* foi publicada em nosso país em 1975.

Nas palavras de Ana Maria Araújo Freire, contidas nas notas explicativas do livro *Pedagogia da Esperança* (2015), podemos compreender a importância das reflexões sobre a Educação proposta por Paulo Freire. Ademais, os escritos freirianos possuem características da realidade brasileira face aos contextos sociais, políticos e econômicos.

Veio então o Golpe de 1964, e só esporadicamente tinha notícias dele do Chile, dos EUA e de Genebra, e de seu trabalho pedagógico que crescia em criticidade e extensão. Li-o pela primeira vez em espanhol. Coisa estranha e que me fazia pensar: “Tão brasileiro, tão nordestino, tão pernambucano, tão recifense, e eu que o conhecia mergulhado nesse jeito de ser o estou lendo em língua estrangeira.” Coisa estranha, assustava-se e com isso. Ouvia-o, então em voz tão familiar repetindo o texto em português. Voz mansa, convicção forte, criação engenhosa, coisas próprias do nordestino (FREIRE, 2015, p. 274).

Pondera-se a seguir quanto às concepções abordadas nos capítulos iniciais de sua obra, livro esse considerado um dos mais estudado pelas universidades do mundo no campo da Educação (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2008). Em sua experiência de vida, o educador observou constantemente o ser humano enquanto sujeito de sua própria existência. Sendo que a vida vivida de maneira plena permite a liberdade, a plenitude da convivência social de maneira justa e buscando também a equidade social¹². Diante de tal fato, para Paulo Freire a Educação é o caminho pelo qual aqueles considerados oprimidos diante da realidade social estabelecida na atual sociedade necessitam libertar-se.

¹² Ao nos referirmos ao conceito de Equidade em relação aos escritos freirianos, partimos do entendimento de Baqueiro (2015), que ao considerar os espaços sociais, e isso inclui as instituições educacionais, deve-se levar em conta que há uma diversidade de sujeitos que compõem a sociedade com atributos variados e pela equidade é possível possibilitar formas de atendimentos das suas necessidades para que se supere a discriminação e a exclusão. Em consonância com o educador Paulo Freire, se pode considerar que, “[...] a ausência de equidade provoca a iniquidade, isto é, a inexistência de acesso justo e igual para que todos superem suas necessidades e tenham igualdade distributiva ou redistributiva na qualidade de atenção a essas necessidades e acesso a oportunidades construídas pela sociedade [...]” (BAQUEIRO, 2015, p. 39).

Ao estabelecer as relações entre oprimidos e opressores, o educador brasileiro relata as oposições estabelecidas entre essas classes sociais. Dessa maneira, a partir do antagonismo criado é que se constituem os processos de desumanização e de humanização, compreendidos por Freire. O educador entende que a contínua luta pela conquista de direitos e, principalmente, da cidadania pelos oprimidos, pode romper com a situação na qual os opressores impõem àqueles considerados como excluídos dos direitos básicos de liberdade e de vida.

A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significado. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, *destino dado*, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o *ser menos* (FREIRE, 2014a, p. 41, *grifos do autor*).

É a partir dessas reflexões que Freire propõe a criação de uma pedagogia capaz de promover a libertação tanto daquele que oprime as classes mais humildes, como das pessoas que necessitam conquistar seus direitos e de espaços na sociedade enquanto cidadãos. “[...] com relação aos opostos oprimido/opressor é que ambos encontram-se impedidos de ser plenamente humanos. [...]. O opressor desumaniza-se no ato de opressão, [...] o oprimido é desumanizado pela realidade objetiva da opressão [...]” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2008, p. 300).

Diante dessa perspectiva, Paulo Freire compreende os oprimidos enquanto aqueles que estão à margem dos seus direitos como cidadãos. Ao constituir seu método, Freire tem contato com camponeses, trabalhadores e trabalhadoras rurais e urbanos, que ao buscar a Educação, percebiam essa como um caminho para a melhoria da sua condição de vida.

Além desses grupos, podemos incluir outros sujeitos ao conceito de oprimidos, as crianças e jovens que anualmente fazem parte dos índices de reclusão e evasão escolar, “não tanto porque são iletrados, mas porque são avaliados como irracionais, com problemas de aprendizagem, porque são vistos como indisciplinados, violentos, sem valores, sem condutas de humanos” (ARROYO, 2019, p. 9). Portanto, esses sujeitos são percebidos enquanto incapazes diante dos métodos e sistemas de ensino que prevalecem nas escolas de nosso país.

De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua “incapacidade”. Falam de si como os que não sabem e do “doutor” como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos são os convencionais (FREIRE, 2014a, p. 69).

Sendo assim, a Pedagogia do Oprimido de Freire demonstra as disparidades encontradas no sistema educacional ao longo das décadas nas quais viveu tanto no Brasil, quanto no exterior. Dessa maneira, o educador esclarece as diferenças sociais já mencionadas, mas também clarifica as possibilidades que levam os oprimidos a romperem com sua condição de excluídos e promoverem tanto a sua própria libertação quanto daqueles que os oprimem. É no momento em que a Educação cumpre o seu papel de transformação que as disparidades e exclusão poderão ser superadas de maneira plena.

Ao ilustrar a importância dos oprimidos, Freire também se preocupa em compreender as ações daqueles considerados opressores. Esses buscam manter o contexto e a ordem social imposta pelas relações contraditórias entre esses dois grupos sociais. “Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos” (FREIRE, 2014a, p. 41). Essa opressão designada nos escritos freirianos sinaliza que é preciso romper com as estruturas sociais para que, assim, essa liberdade efetivamente humana possa florescer em todos os sujeitos.

Os opressores, para Paulo Freire, são aqueles que não permitem que todos possam ter direitos básicos garantidos, como Educação, saúde ou salário digno. “Paulo nos leva além: a desumanização é uma produção de estruturas de sujeitos históricos. Há oprimidos porque há opressores, porque há estruturas sociais opressoras, desumanizadoras” (ARROYO, 2019, p. 10). É neste sentido que, ao desvelar a realidade vigente, o educador propõe a criação de um novo paradigma educacional, a Educação Libertadora.

É por isso que o opressor desumaniza ao desumanizar o oprimido, não importa que coma bem, que se vista bem, que durma bem. Não seria possível desumanizar sem desumanizar-se tal a radicalidade social da *vocação*. Não sou se você não é, não sou, sobretudo, se proíbo você de ser. É por isso que, como indivíduo e como classe, o opressor não liberta nem se liberta. É por isso que, libertando-se, na e pela luta necessária e justa, o oprimido, como indivíduo e como classe, liberta o opressor, pelo fato simplesmente de proibi-lo de continuar oprimindo (FREIRE, 2015, p. 138, *grifo do autor*).

É a partir dessa dicotomia que se constitui o pensamento defendido por Paulo Freire em sua obra Pedagogia do Oprimido, “aquela que tem de ser forjada *com* ele e não *para* ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos” (FREIRE, 2014a, p. 43, *grifos do autor*). Com isso, o livro apresenta a Educação enquanto ato de libertação e de amor dos sujeitos, ao mesmo que tempo que pratica a denúncia e o anúncio (HAMMES; ZITKOSKI; BOMBASSARO, 2018) de melhores condições de vida, de esperança e de transformação social.

Tendo-se abordado as concepções iniciais da obra, norteadas pela compreensão da relação entre Opressor e Oprimido, bem como a função da Educação Libertadora como articulação na busca pela equidade e, conseqüentemente, quebra da relação de opressão, contempla-se agora essa abordagem acerca da Educação Bancária em oposição à sua tese pedagógica. Entende-se que o processo educativo é dialógico, essencialmente político e voltado para a efetivação da cidadania. Dessa forma, a relação entre Educador e Educando é fortalecida no sentido de superar a mecanização do depósito contínuo do conhecimento, muitas vezes inerte às reais necessidades e preocupações do estudante em favor do diálogo como ferramenta de construção educativa e cidadã eficiente.

Freire estabelece, assim, uma relação antagônica entre a Educação Bancária e a Problematicadora, enfatizando a manutenção do estado de dominância dos Opressores por meio da estagnação dos valores e controle da transmissão do conhecimento. Esse estado inviabiliza a libertação do educando oprimido e a mudança provocada na sociedade a partir de sua participação central, de seus valores, de sua visão de mundo (FREIRE, 2014a). De tal forma, é necessário que Educando e Educador tomem consciência das suas possibilidades como agentes de mudança desse ciclo que impede a humanização do processo de educar (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2016).

De acordo com a obra *Pedagogia do Oprimido*, Educação Bancária pode ser definida como o processo de transmissão passiva de informações organizadas exclusivamente pelo Educador, “[...] eis aí a concepção ‘bancária’ da educação, em que a única margem da ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores das coisas que arquivam. [...]” (FREIRE, 2014a, p. 80-81). Dessa forma, o êxito no processo educacional é mensurado pela quantidade de palavras, ideias, que são memorizadas, mas sem atribuição de sentido concreto e aplicável. Assim, o Educador é autoridade, centro do processo de aprendizagem, tornando a prática de ensino inanimada.

Esse modelo de Educação Bancária foi a prática perpetuada no Brasil por muito tempo, oriunda de processos mais antigos de censura e supressão da expressão individual. Essa é uma herança dos primeiros educadores do país, os Jesuítas, que propunham a reiteração de conceitos visando apenas fixar o transmitido (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2016). Em vista disso, Freire, tece críticas acerca desse modelo, pois “se o educador é o que sabe, se os educandos são os que nada sabem, cabe àquele dar, entregar, levar, transmitir o seu saber aos segundos. Saber que deixa de ser ‘experiência feito’ para ser de experiência narrada

ou transmitida” (FREIRE, 2014a, p. 83). Assim, pontuam-se aspectos nessa concepção de Educação opressora.

Segundo, Freire (2014a), nessa perspectiva, a incumbência do Educador é daquele que educa, que é detentor do conhecimento e da palavra. É o que disciplina, dita as regras, propõe a abordagem educacional e o conteúdo a ser transmitido, pois é o único conhecedor que faz uso da sua autoridade pedagógica. Sendo assim, é o centro do processo. Já os Educandos, são aqueles educados a partir das determinações do Educador. São os que não sabem, os que são submissos e que ouvem passivamente. Não se fazem ativos no processo, sem a premissa de questionar ou a liberdade de sugerir mudanças, tendo a sua criatividade suprimida. Ocorre a objetificação dos Educandos e o molde deles a partir da perspectiva do Educador. Em oposição a isso, a proposta freiriana apresenta a Educação Libertadora como possibilidade de romper com esse modelo tradicional.

Com isso, ao denunciarmos a educação bancária, acompanhando Freire, realizamos o anúncio de uma pedagogia libertadora freireana problematizadora e conscientizadora, para a educação dos educadores. Esse processo de libertação do oprimido, como verificamos com Freire, só é possível por meio da educação, desde que permita a educadores e educandos tomarem consciência da negação do próprio corpo (BRIGHENTE; MESQUIDA, 2016, p. 158).

Como se vê, a concepção problematizadora constitui-se a partir da noção de rompimento da barreira entre Educador e Educando. É a partir desse princípio que é possível estabelecer a dialogicidade, “[...] não seria possível à educação problematizadora, que rompe com os esquemas verticais característicos da educação bancária, realizar-se como prática da liberdade, sem superar a contradição entre o educador e os educandos. [...]” (FREIRE, 2014a, p. 95). Ainda segundo Freire (2014a), o diálogo é o fundamento para a humanização da Educação e, conseqüentemente, da sociedade, ao permitir a constante mudança das dinâmicas socioculturais existentes. Ademais, é por meio do diálogo que os sujeitos são capazes de comungar ideias e manifestar suas palavras, sua visão de mundo.

A Educação Libertadora estimula a transformação, apresentando um caráter criativo e crítico-reflexivo a partir da realidade dos educandos, propondo a dinamicidade da relação entre os participantes do processo educativo. As interações entre Educador e Educando não são mais unidirecionais, mas sim construídas de forma dialética, primando pela interação e não somente pela transmissão de conteúdo, ou seja, as relações são abertas e todos estão sujeitos ao aprendizado. Para Freire (2014a), isso permite a humanização do ser enquanto pertencente ao mundo. Por isso, a Educação deve ensinar aos Educandos a observar, entender

e fazer parte do meio, manifestando a mudança em prol da libertação dos oprimidos e opressores.

Nesse sentido, Freire (2014a) argumenta sobre a Educação Dialógica como instrumento de concretização da Educação Libertadora. A essência para a vivência dos preceitos educativos freirianos está nas dimensões da ação-reflexão, ou seja, a práxis pedagógica. Ainda, o educador defende que o diálogo é parte intrínseca do Homem pois, enquanto ser social, necessita da convivência e das interações para se sentir inserido no mundo e, assim, transformá-lo. A compaixão entre os sujeitos é base para o diálogo, já que permite compartilhar experiências e criar laços de confiança, podendo ser utilizado enquanto ferramenta educacional no embate da alienação e desenvolvimento da criticidade como potência na libertação. Para dialogar, é necessário compreender a realidade humildemente, permitindo o rompimento das exclusões sociais e a real construção e transmissão do conhecimento.

[...] Essa prática dialógica e dialética da nossa vida concreta é uma exigência existencial do ser humano, pois se constitui na própria vocação de nossa espécie radicalmente aberta ao mundo e, por isso, é histórica, incompleta e sedenta de humanização. É pelo diálogo que implica uma atitude de vida, que os homens e as mulheres constroem um mundo humano, de modo a refazer o que já existe e projetar um futuro que está por realizar-se (HAMMES; ZITKOSKI; BOMBASSARO, 2018, p. 1015)

A importância do diálogo é ressaltada por Freire, já que seu método prioriza a realidade dos indivíduos no processo educativo, sendo essa a forma pela qual o indivíduo se expressa e é ouvido. Dessa forma, a formação do educando é pensada a partir de sua realidade, dividindo as questões fundamentais de aprendizado em pontos chave que permitem sua compreensão isolada, para que então, progressivamente, ocorra o entendimento do todo, os chamados temas geradores. Tem-se, assim, uma perspectiva “[...] à base da qual se pretende elaborar o programa educativo, em cuja prática educadores-educandos e educandos-educadores conjuguem sua ação cognoscente sobre o mesmo objeto cognoscível, tem de fundar-se, igualmente, na reciprocidade da ação [...]” (FREIRE, 2014a, p. 139).

Por sua vez, os capítulos finais do livro *Pedagogia do Oprimido* apresentam as concepções da teoria da ação dialógica e suas principais características, segundo Freire (2014a), co-laboração, a união, a organização e a síntese cultural. Dessa forma, diferentemente da Educação Bancária ou antidialógica, na qual o sujeito é transformado em coisa e sofre dominância das elites, na teoria dialógica, a partir da comunicação e problematização da dominação do eu, é possível alcançar a libertação e a cooperação entre

indivíduos de diferentes contextos. Assim, sujeitos dominados necessitam de articulação para que haja a libertação almejada, “[...] a liderança se obriga ao esforço incansável da união dos oprimidos entre si, e deles com ela, para a libertação” (FREIRE, 2014a, p. 234).

É a partir da realização da autoconsciência que os oprimidos podem compreender como e porque são oprimidos, permitindo que se libertem das correntes da opressão e possam libertar outros sujeitos por meio da união, comunicação e organização. Embora essa seja uma árdua tarefa, muitas vezes torna-se dificultada pela supressão do opressor. Assim, de forma coletiva e organizada, a objetificação dos oprimidos é superada e esses se descobrem enquanto homens. Essa organização do tecido social reside sobre a síntese cultural, que pode ser utilizada tanto para a manutenção do estado de dominância, quanto para a libertação, priorizando a transformação e a mudança dos sujeitos e das relações sociais e educativas. Logo, Paulo Freire defende que a Educação é considerada como um ato político que visa, principalmente, a libertação dos sujeitos e o aprimoramento e descobrimento de sua autonomia, transformações que, essencialmente, são catalisadas pelo povo.

5.4 PEDAGOGIA DA ESPERANÇA: O REENCONTRO COM A EDUCAÇÃO LIBERTADORA

A obra *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*, juntamente com a *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, compõe a tríade estudada nessa dissertação. O contexto de Paulo Freire enquanto ser humano e educador se modificou a partir de suas experiências durante seus quinze anos exilado, retornando ao país em 1979, após a Anistia¹³, exercendo funções públicas e de professor universitário. Ademais, o educador se propôs a revisitar um dos seus célebres escritos que é a *Pedagogia do Oprimido*, “[...] Paulo Freire mostra a história e a existência humana como feixe de possibilidade e virtualidades que podem, pela prática histórica, ser levadas à concretização” (FREIRE, 2015, p. 11).

A primeira publicação da referida obra aconteceu no ano de 1992, enquanto nosso país sofria transformações sociais, econômicas e políticas. Isso ocorreu apesar de Paulo Freire ainda anunciar em seus escritos a necessidade de promover a equidade social e a superação das desigualdades. Dessa forma,

¹³ A Anistia, segundo Fausto (2012), aconteceu a partir de um processo de abertura política nos anos finais da Ditadura Cívico-Militar no Brasil e permitiu “[...] a volta dos exilados políticos e foi um passo importante na ampliação das liberdades públicas” (FAUSTO, 2012, p. 280).

[...] expõe e aprofunda seus temas preferidos de análise, porque objetivamente eles precisam ser analisados como elementos do corpo de uma pedagogia crítica e libertadora, nos levando a entender melhor ainda o seu pensamento pedagógico pela seriedade crítica, pela objetividade humanística e pela subjetividade engajada, sempre aliadas, em todas as suas obras, à inovação criativa. [...], assim, não só a *Pedagogia da esperança*, mas uma pedagogia da esperança porque ‘molhada’ na dialogicidade, na utopia e na libertação dos homens e das mulheres (FREIRE, 2015, p. 326-327, *grifos do autor*).

Nesse sentido, não se fala apenas a denúncia das desigualdades latentes em nosso país, destacando a discriminação social e de gênero, a exclusão das classes mais humildes do acesso a serviços básicos de saúde, segurança e Educação, as violências e a falta de oportunidades de acesso ao mundo do trabalho. Ao contrário disso, enquanto uma possibilidade de esperar por um novo contexto, que permita aos cidadãos viverem de maneira plena e integral, garantindo a justiça social, a equidade e uma economia justa. A motivação de Freire para revisitar seus escritos é a de que “[...] a esperança nasce do coração mesmo da pedagogia que tem o oprimido como sujeito [...]” (FREIRE, 2015, p. 11).

Outro ponto a ser destacado é que o educador propõe um escrito contínuo de suas ideias, que envolve os principais conceitos apresentados durante a década de 1960, sendo esses a educação bancária, as relações entre oprimidos e opressores e a proposta de uma Educação Libertadora¹⁴. Porém, é preciso considerar que o Brasil da década de 1990 tem um contexto que permeia por novas correntes de pensamento neoliberal, “a ideologia do mundo globalizado. [...] advoga a abertura de mercados, o livre fluxo de capitais e investimentos privados, a redução das responsabilidades sociais do Estado e a própria diminuição deste como mecanismo administrativo [...], em nome da privatização” (SILVA; SILVA, 2018, p. 261).

A Esperança trazida por Freire em sua obra nos permite refletir sobre a importância de acreditar nas transformações e suas possibilidades. Para tanto, essa Esperança se constitui de maneira crítica, ou seja, aquela que é inerente ao ser humano, “[...] enquanto necessidade ontológica, a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica. É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã” (FREIRE, 2015, p. 15). Dessa forma, a Esperança crítica clama

¹⁴ A Educação Libertadora enquanto compreensão de Paulo Freire para uma proposta pedagógica que enalteça os sujeitos do processo e que assim, possam se sentir parte de seu aprendizado e de entendimento do mundo, rompendo com a dicotomia entre Opressores e Oprimidos. “Numa visão libertadora, não mais ‘bancária’ da educação, o seu conteúdo programático já não involucra finalidades a serem impostas ao povo, mas, pelo contrário, porque parte e nasce dele, em diálogo com os educadores, reflete seus anseios e esperanças. Daí a investigação da temática como ponto de partida do processo educativo, como ponto de partida de sua dialogicidade” (FREIRE, 2014a, p. 143). Essa temática tem reflexões descritas na subseção 5.2, Educação Libertadora: princípios educativos freirianos.

pelo envolvimento ativo dos sujeitos, uma vez que esperar é somente uma parte das transformações dos ideais propostos pelo educador em sua pedagogia.

As razões pelas quais Freire revisita seus conceitos principais e assim denomina a obra refletida nesta subseção, em uma primeira parte, é de contemplar sobre a sua trajetória enquanto pensador da Educação brasileira e também tecer críticas aos novos modelos políticos e econômicos emergentes do final do século XX. Ainda, em um segundo momento, discute sobre a linguagem empregada em sua obra e opiniões acerca dela. Finalmente, a terceira parte envolve temas atuais a respeito das transformações das propostas pedagógicas no mundo e a formação dos sujeitos, com ênfase nas classes trabalhadoras a partir da Pedagogia do Oprimido.

No primeiro momento de suas reflexões, Paulo Freire se propõe a revisitar os preceitos pedagógicos da Educação Libertadora, descritos no livro *Pedagogia do Oprimido*, a partir de suas experiências de andarilhagem por diversas regiões do mundo. “*Pedagogia da esperança e Pedagogia do oprimido* perfazem um livro só, aberto e em processo de continua construção a partir dos próprios oprimidos e, por isso, sempre inacabado [...]” (FREIRE, 2015, p. 12). Essa revisão aos seus escritos também foi motivada pelo contexto social e político brasileiro da década de 1990, que fez Freire novamente ter uma postura vocal e denunciar as latentes mazelas da sociedade.

Nesse sentido, a postura do Educador movido pela esperança precede os preceitos progressistas tratados por Freire na *Pedagogia da Autonomia* (2014b) e, com isso, fomenta entre os seres humanos a confiança em um possível amanhã repleto de mudanças e transformações libertadoras. “[...] Nesse sentido, a mesma esperança que busca a alegria também provoca ‘raiva’ diante das condições que negam o *ser mais* inscrito na natureza das pessoas” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2008, p. 173). Assim, é necessário que o Educador seja capaz de se inserir na realidade vivida pelas classes trabalhadoras para que, dessa forma, possa realmente promover um ato educativo baseado na realidade dos educandos (FREIRE, 2015).

Ao reassumir sua postura crítico-reflexivo, o educador, reafirma a importância da dialogicidade para a Educação e seu pleno desenvolvimento, “[...] o diálogo tem significação precisamente porque os sujeitos dialógicos não apenas conservam sua identidade, mas a defendem e assim crescem um com o outro. O diálogo, por isso mesmo, não *nivela*, não reduz um ao outro[...]” (FREIRE, 2015, p. 162, *grifo do autor*). Além disso, fomenta as críticas sobre neoliberalismo e os efeitos da globalização no mundo, bem como as possíveis consequências para as propostas pedagógicas, as instituições educacionais e o núcleo familiar.

Apesar da Pedagogia do Oprimido ser um dos escritos mais relevantes de Paulo Freire, a obra sofreu consideráveis críticas sobre a linguagem utilizada e pelos termos e conceitos utilizados.

Por sua vez, a segunda parte do livro aborda descrições acerca das principais críticas direcionadas à Pedagogia do Oprimido. Nesse sentido, alegava-se que sua obra era subjetiva e complexa, dificultando a interpretação de suas ideias, bem como foi considerado um elitista. Ainda, o termo “oprimido” utilizado por Freire, foi descrito como indefinido e a linguagem utilizada foi considerada machista. Em oposição às críticas, Freire defende que o uso do termo “oprimido” permite a possibilidade de identificação, diferentemente das rotulações mais estreitas e determinísticas de outras expressões. Ademais, não se considera elitista e atribui essa ideia a má interpretação do conceito de conscientização já que descrevia o caminho para a libertação do sujeito, essencialmente politizado. Finalmente, Freire se propõe a aprofundar seus estudos sociolinguísticos e de linguagem popular acerca de sua escrita (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2008).

Entre as responsabilidades que, para mim, o escrever me propõe, para não dizer impõe, há uma que sempre assumo. A de, já vivendo enquanto escrevo a coerência entre o escrevendo-se e o dito, o feito, o fazendo-se, intensificar a necessidade desta coerência ao longo da existência. A coerência não é, porém, imobilizante. Posso, no processo de agir-pensar, falar, escrever, mudar de posição. Minha coerência sim, tão necessária quanto antes, se faz com novos parâmetros [...] (FREIRE, 2015, p. 91).

Já a terceira parte do livro traz reflexões acerca de temáticas contemporâneas embasadas na Pedagogia do Oprimido. Ainda, discute as propostas pedagógicas na África, América Central e outros países, além das concepções de formação da classe operária a partir de diálogos com líderes sindicais, governantes e os próprios trabalhadores. O objetivo da Pedagogia da Esperança é reconhecido em Freire na medida em que ele aprofunda suas concepções de formação conscientizadora e Libertadora, problematizando a realidade e desenvolvendo novas concepções que influenciam na estruturação do tecido social. Ao revisitar sua obra, o educador reconhece sua incompletude humana, símbolo de esperança no caminho de aprimoramento individual e coletivo. “É que ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, sem aprender a refazer, a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar [...]” (FREIRE, 2015, p. 213).

Diante disso, cabe aos Educadores e Educandos o despertar por uma Educação emancipatória e contextualizada com sua realidade social, no sentido de romper as barreiras excludentes que geram divisões na sociedade. Assim, Paulo Freire pode ser considerado como uma figura atemporal, capaz de ler e interpretar o seu tempo e capaz, ainda, de aprofundar as discussões de sua obra de forma que seus escritos permanecem relevantes até os dias de hoje.

Dessa forma, refletindo acerca da Educação Libertadora, Freire, em sua próxima obra intitulada *Pedagogia da Autonomia*, demonstra os caminhos para concretizar o compromisso de ensino e aprendizagem que enalteça a figura do educando enquanto aquele capaz de construir seu próprio conhecimento, com o auxílio do educador.

5.5 PEDAGOGIA DA AUTONOMIA: O COMPROMISSO DE ENSINAR E APRENDER

O educador Paulo Freire publicou diversos livros durante a sua vida acadêmica e de educador. Seus escritos foram traduzidos para diversos idiomas, alcançando outras realidades pelo mundo. Entre as obras de destaque temos a *Pedagogia da Autonomia*: saberes necessários à prática educativa, que teve sua primeira publicação no ano de 1996. “A QUESTÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE ao lado da reflexão sobre a prática educativo-progressista em favor da autonomia do ser dos educandos é a temática central em torno de que gira este texto” (FREIRE, 2014b, p. 15, *grifos do autor*). É, portanto, uma obra referência, especialmente para professores da Educação Básica, pois traz reflexões e concepções acerca do ensino e prática docente.

Sob esse viés, pode-se dizer que os escritos freirianos contém reflexões para compreender não somente os contextos econômicos e sociais, mas também para promover a busca pela equidade. Nesse sentido, ao convidar os leitores a construírem os saberes necessários para uma prática educativa eficiente, Freire busca na categoria autonomia um dos seus principais princípios. “Uma tarefa fundamental no ato de educar, ligada a outros princípios basilares da prática educativa, seria fundamentalmente a autonomia do direito pessoal na construção de uma sociedade democrática que a todos respeita e dignifica” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2008, p. 56). A autonomia proposta no referido livro envolve o compromisso humano e educativo dos Educadores e dos Educandos.

[...] Ninguém é sujeito da autonomia de ninguém. Por outro lado, ninguém amadurece de repente, aos vinte e cinco anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do *ser para si*, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade (FREIRE, 2014b, p. 105, *grifos do autor*).

Nesse sentido, a autonomia pretendida por Freire compromete a prática educativa (FREIRE, 2014b), pois educadores que permitem aos seus educandos a busca pela curiosidade, pesquisa, vontade de aprender e perceber a esperança e a alegria do ato de

educar, oportunizam, assim, uma ação progressista. Isso é promovido pelos docentes que estão em busca do novo, sem deixar seus princípios e valores e, assim, observam a vanguarda do conhecimento em um compromisso de superar as diferenças e as exclusões.

Desse modo, a autonomia proposta pelo educador é um processo que é construído ao longo do tempo, a partir de escolhas, propiciando o amadurecimento do ser e caracterizando a libertação dos sujeitos da opressão em busca de si e do entendimento do outro. “Autonomia é compromisso ético que estabelece exigências para educando e educador: dedicação e zelo pela vida acadêmica, a disposição de sempre buscar amadurecer e qualificar seus conhecimentos [...]” (STRECK; REDIN; ZITKOSKI, 2008, p. 314). Assim, Paulo Freire destaca que o comprometimento com o ato de educar envolve tanto educadores quanto educandos, sendo que os estudantes precisam compreender o seu papel ativo nesse processo.

As primeiras palavras e ideias apresentadas na referida obra partem da compreensão da prática docente. Face a isso, Freire instiga os leitores a perceberem que o processo educativo deve ser dialógico e necessita contar com a ação-reflexão de todos os envolvidos na busca pela relação efetiva entre as propostas teóricas e as práticas. Isso se deve ao fato de que “[...] ensinar não é *transferir conhecimento*, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção [...]” (FREIRE, 2014b, p. 24, *grifos do autor*). Ainda nesse sentido, temos como propostas: a rigorosidade metódica, a pesquisa, o respeito aos saberes dos educandos, a criticidade, a valorização da estética e da ética, a necessidade de entender e aceitar o novo e também o reconhecimento que o ser humano, além de sujeito de direitos, é um ser histórico, corporal e que faz parte de um mundo de diversidades de culturas.

Outrossim, Paulo Freire compreende que ao Educador é exigido um compromisso ético e técnico acerca de seu ofício e também parte do entendimento de que o ato de educar envolve ensinar algo para alguém e, por isso, professores e estudantes são partes essenciais nesse processo (FREIRE, 2014b). Ao longo da práxis pedagógica proposta por Freire na obra *Pedagogia da Autonomia*, é descrito que cabe aos educadores estimular a criticidade dos educandos por meio de uma proposta com rigorosidade científica, valorizando a pesquisa e o pensar, bem como a trajetória do educando. Ainda, o ensino e aprendizagem devem ser éticos e progressistas, ou seja, devem ser livres de preconceitos e abertos a diversas concepções e pontos de vista, interligando, assim, as questões antropológicas do devir humano.

Além disso, o Educador e o Educando devem ser capazes de pensar criticamente e de forma aprofundada sobre os temas, julgando o que é certo a partir de uma articulação de conhecimentos embasada na capacidade de mudança de posicionamento, desde que haja o reconhecimento das consequências que acompanham essa nova apreciação. Acerca do pensar

certo, “[...] não há por isso mesmo pensar sem entendimento, e o entendimento, do ponto de vista do pensar certo, não é transferido, mas coparticipativo. [...]. O pensar certo, por isso, é dialógico e não polêmico” (FREIRE, 2014b, p. 38-39). Desse modo, essa premissa se utiliza do princípio freiriano de ação-reflexão ao permitir a contemplação sobre os atos humanos, mas de maneira autônoma, consciente e crítica.

Com os escritos da Pedagogia da Autonomia, nos é apresentado um dos princípios fundamentais para Paulo Freire: que a Educação deve superar sua condição bancária¹⁵ e ir além da transferência de um conhecimento estático e de domínio exclusivo do educador. O educando deve ser parte ativa de seu aprendizado e, assim sendo, “[...] o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros [...]” (FREIRE, 2014b, p. 58). Ademais, para se promover a autonomia a partir dos princípios freirianos é preciso a consciência do inacabamento enquanto seres humanos, quer dizer, os sujeitos em seu contato com o mundo mantêm constantemente a busca pelo conhecimento, pois a incompletude humana é imanente e as transformações ocorrem em meio às esferas sociais, culturais e políticas nas quais habita.

É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente. Mulheres e homens se tornaram educáveis na medida em que se reconheceram inacabados. Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou a sua educabilidade. É também na inconclusão de que nos tornamos conscientes e que nos insere no movimento permanente de procura que se alicerça a esperança. [...] (FREIRE, 2014b, p. 57)

A Educação, em sua permanência na vida, é percebida por Freire como um ato genuinamente humano, já que somos seres incompletos, que por meio do ato de educar buscamos o aprimoramento para a inserção na sociedade. Assim, é necessário o reconhecimento da autonomia dos estudantes, bem como o bom-senso, a luta e o respeito às diversidades dos educandos, à compreensão da realidade, da alegria, da esperança e da curiosidade que desperta a vontade de aprender entre os educandos e educadores. “[...] Minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas *objeto*, mas sujeito também da história” (FREIRE, 2014b, p. 53, *grifo do autor*).

¹⁵ A concepção de Paulo Freire acerca da Educação Bancária, conforme já descrito na subseção, 5.2 Educação Libertadora: princípios educativos freirianos, considera essa como “[...] antidialógica por essência, por isto, não comunicativa, o educador deposita o conteúdo programático da educação, que ele mesmo elabora ou elaboram para ele [...]” (FREIRE, 2014a, p. 142). Freire denuncia os efeitos dessa concepção nas atividades de educadores e educandos, pois assim se perpetua a *cultura do silêncio* (FREIRE, 2014a) na qual existe um sujeito conhecedor e um indivíduo inerte que não se faz presente no seu processo de aprendizagem.

Dessa forma, para que o Educando atinja sua autonomia, cabe ao Educador assumir condições em sua prática pedagógica, sendo elas, a ética, o bom senso, a responsabilidade com seu trabalho e seus estudantes, a coerência, a tolerância e a humildade. As experiências passadas pelos docentes em sua formação enquanto discentes são fundamentais para o desenvolvimento da crítica e da análise de sua práxis, intimamente relacionada à amplitude da liberdade crítica e à autonomia defendida por Freire.

Na parte final do livro *Pedagogia da Autonomia*, Freire reflete acerca da especificidade humana da Educação que gera uma intervenção social no mundo. Por isso, é por meio das relações sociais e do diálogo que se constrói uma Educação libertadora e preocupada com a participação de todos. Educar como propósito autônomo requer do Educador comprometimento e responsabilidade no ato de educar, permitindo, assim, a superação das condições que desumanizam os sujeitos e a inércia frente ao seu processo de conhecimento, tornando-se cidadãos ativos do mundo.

Outro ponto relevante apontado por Paulo Freire é que aos educadores cabe zelar em seu trabalho docente pela competência profissional e pelo comprometimento com os estudantes e com sua práxis pedagógica, uma vez que esses sabem das profundas implicações que a Educação pode provocar na sociedade. Dessa forma, o constante aprimoramento perpassa a formação docente continuada e a busca incessante pelo saber pedagógico, “[...] o professor que não leve a sério a sua formação, que não estude, que não se esforce para estar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe [...]” (FREIRE, 2014b, p. 89-90). A segurança docente adquirida por meio da experiência com os educandos e com o contínuo aperfeiçoamento, desenvolve no educador a capacidade das tomadas de decisões com coerência e afetividade.

Seguindo os preceitos descritos, cabem reflexões acerca da autoridade pedagógica do docente, pois ao construir a relação educando-educador, o respeito deve prevalecer de maneira contínua no que tange à definição de limites dentro do campo ético da liberdade. Desse modo, “a autonomia é um processo de amadurecimento e de liberdade [...], é imprescindível que os responsáveis pela educação dos sujeitos promovam possibilidades de assumir responsabilidades e autonomia nas decisões e escolhas, refletindo sobre suas ações e consequências” (COSTA, 2018, p. 41). O ato de educar envolve relações humanas e, dessa maneira, é considerado político, no sentido filosófico. Sendo assim, assume uma postura ideológica frente aos contextos e acontecimentos do mundo atual, ou seja, Educação e política são indissociáveis, principalmente, no que diz respeito às transformações dos seres humanos e a sociedade.

A boniteza da Educação em Freire (2014b) envolve princípios humanos e afetivos em seus processos, como possuir a humildade de aprender constantemente com os educandos e também com seus pares, ser compreensivo e generoso para escutar e, assim, “[...] o educador que escuta aprende a difícil lição de transformar o seu discurso, às vezes necessário, ao aluno, em uma fala *com ele*” (FREIRE, 2014b, p. 111, *grifos do autor*). A prática docente também necessita envolver o amor pelo que se faz e, principalmente, querer bem os seus educandos, pois aprender com paixão pelo que se faz permite assim, um processo educativo mais humano e eficaz.

Paulo Freire aprofundou seus estudos e projetos de maneira contundente em defesa de uma educação crítica com caráter cultural que, segundo Freire, é indispensável para a construção de uma sociedade verdadeiramente conhecedora de seus direitos e deveres; prosseguindo, assim, com afinco, o bem comum em sociedade (LIMA, 2018, p. 65)

Nessa perspectiva, a autonomia descrita na obra *Pedagogia da Autonomia* envolve despertar nos seres humanos o senso de liberdade individual e também a justiça e a defesa de direitos para todos. Além de proporcionar aos educadores a reflexão acerca dos princípios que norteiam a prática educacional libertadora que visa, principalmente, construir uma Educação ativa e condizente com a realidade. É nessa esperança que Freire se mobiliza e instiga os leitores a buscarem por seu compromisso educativo e pela liberdade ética e democrática.

Ao se debruçar no caminho trilhado, Paulo Freire permanece com seus princípios educacionais que têm como preceitos o diálogo e a práxis reflexiva, destacando a importância da Educação nos contextos atuais que precisam desvelar a realidade social a que as crianças e os jovens estão expostos. Nesse sentido, a prática do educador em seu ofício pedagógico é mais que necessária para ensinar, aprender e ensinar a apreender, temas imprescindíveis para o pensar na Educação contemporânea.

6 A PROXIMIDADE DOS CONCEITOS DE EDUCAÇÃO DA *PAIDEIA* GREGA E NO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE

Ao longo desta pesquisa, foram apresentados os preceitos estabelecidos pelos gregos com base em sua ideia de Educação contidos na *paideia*, a partir do século V a.C. Da mesma forma, estivemos refletindo sobre a contribuição do educador Paulo Freire frente aos desafios de promover ações educativas para as classes populares. Especificamente nesta seção, nos dedicaremos à compreensão das proximidades e diferenças existentes nos contextos educacionais apresentados.

Conforme foi visto anteriormente, a Educação grega perpassou diversas etapas ao longo da Antiguidade, com destaque para o período clássico, no qual houve o nascimento do modelo educacional conhecido como *paideia*. Ao resgatarmos o conceito deste preceito, devemos refletir que ele não define apenas os moldes para sistematizar o ensino, mas está além, envolvendo as questões sociais, culturais e políticas (JAEGER, 2001). Dessa maneira, o cidadão grego recebia uma formação educacional em um sentido amplo: “[...] A compreensão de educação em *Paideia* intenciona uma formação ampla – música, arte, reflexão, uma formação para além dos horizontes que poderiam ser delimitados pela vivência não virtuosa, isto é, pelas práticas simples (senso comum) da maioria da população [...]” (POMIECINSKI, 2016, p. 39-40).

Nesse sentido, a Educação visava o preparo do cidadão para que pudesse ser atuante em seu meio social em prol dos interesses de sua comunidade, a participação na *Ágora*. Entre as referências do mundo grego, temos a cidade-estado de Atenas, que se mostrou como o ponto de nascimento da Filosofia e que agrupava inúmeros pensadores, matemáticos e cientistas do período antigo. O aprendizado, nesse contexto histórico, era realizado em meio aos espaços públicos, “[...] o convívio social que tem significativa importância educativa em Atenas, com particular saliência para o convívio na *Ágora*, nos banquetes, nos ginásios” (LEÃO; FERREIRA; FIALHO, 2011, p. 30).

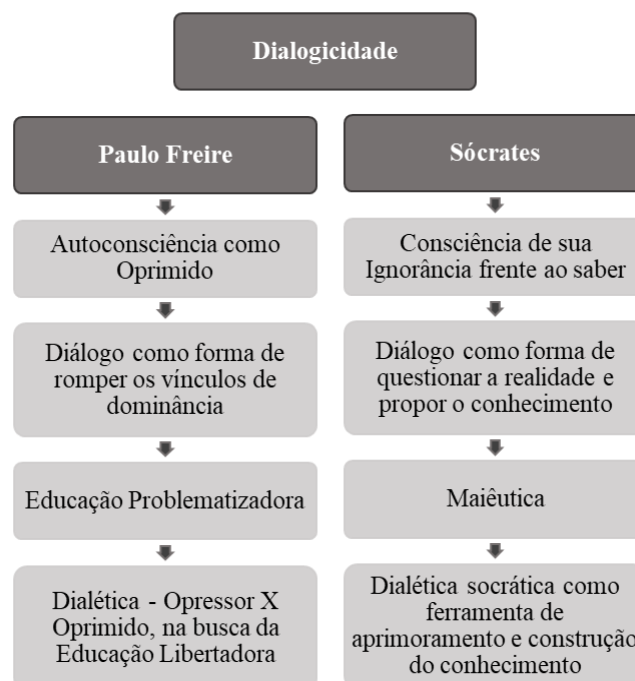
Já no que compete às proposições estabelecidas por Paulo Freire, temos entre os seus princípios educativos a dialogicidade e a construção de um propósito educacional baseado na práxis, a ação-reflexão, conforme abordado em contraste com o discurso socrático acerca da construção do conhecimento. Com isso, Freire propõe uma Educação voltada para transformar a realidade dos educandos, apresentando a eles o despertar de suas potencialidades enquanto sujeitos históricos e capazes de transformar seu meio social e econômico. Para que, dessa forma, possam romper com as relações de exploração e exclusão social.

Freire propõe, entretanto, uma educação que tenha a missão de, além de ensinar os conteúdos ensinar a pensar certo, ou seja, que vise à formação de um sujeito crítico, que não pense mecanicamente e não é um mero repetidor, alguém que, em suma, tenha condições de, a partir da consciência de seu inacabamento e de sua possível libertação, estar presente no mundo, construindo-o (SCHIMILA *et al.*, 2019, p. 279).

Sabendo-se que a proposta de Educação de Freire, busca a formação de um sujeito crítico-reflexivo que se percebe como oprimido e que busca sua libertação, pode-se traçar paralelos entre a práxis educativa do educador brasileiro e o método socrático de construção do conhecimento, uma vez que a necessidade do diálogo enquanto precursor do processo educacional, evidenciado na Pedagogia do Oprimido, apresenta aproximações com o pensamento socrático. Enfatiza-se que essa aproximação não é estritamente cronológica, pois pretende destacar e enfatizar os princípios do método socrático presentes nas pedagogias de Freire, na qual são expandidos e assumem diferentes finalidades.

Dessa forma, ambos os pensadores se preocupavam em estimular o autorreconhecimento de sua condição, a compreensão das possibilidades de transformação e os processos necessários para tal. A Educação Problematicadora proposta por Freire perpassa os objetivos da maiêutica no sentido de aprimorar o cidadão, questionar sua realidade e conduzir os sujeitos de um contexto distante do conhecimento libertador, para um estado em que é possível vislumbrar as possibilidades. Esses e outros paralelos entre a prática pedagógica de Freire e a proposta de Sócrates são apresentados na Figura 1.

Figura 1. A dialogicidade na Educação Problematicadora e na maiêutica socrática



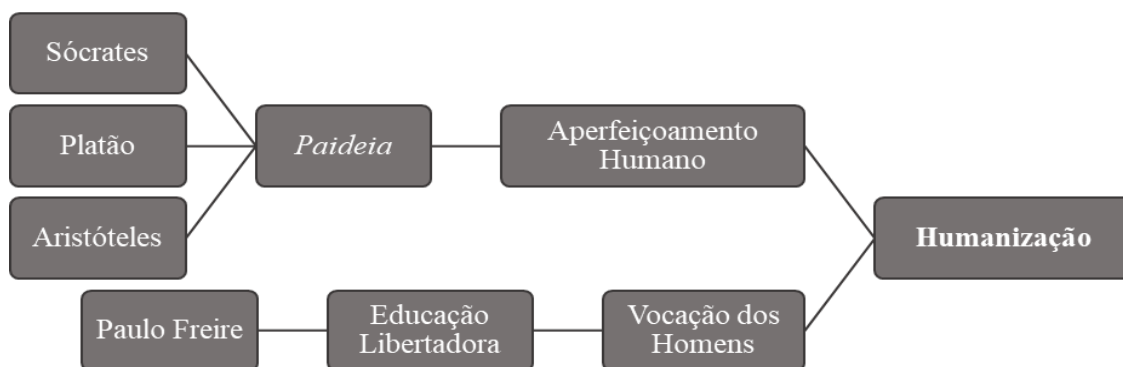
Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Assim, as propostas pedagógicas de Freire e Sócrates se aproximam no sentido de reconhecer seu estado inacabado, dominado pelo Opressor ou pela ignorância velada, propondo, por meio do diálogo, a possibilidade do sujeito se deparar com a realidade, refletir sobre a sua condição e, assim, buscar transformá-la pela dialética e o embate da dominação opressora. Nesse sentido, entende-se que Freire em sua Educação Libertadora apresenta preceitos similares aos socráticos, principalmente no que tange ao diálogo como forma de reconhecimento da consciência. Assim, evidencia-se ser por meio do diálogo que o indivíduo toma a palavra e se torna participante em seu meio, contemplando a sua realidade e tornando-se autônomo, transformando-se e transformando a outros, almejando, no sentido freiriano, as mudanças sociais.

Ainda, Paulo Freire, reflete acerca do papel dos educadores enquanto progressistas, uma vez que além de articular-se com seus educandos, os percebe capazes de aprender. Com isso, o educador cria um método baseado nos pressupostos da Educação libertadora, “[...] a atividade docente de que a discente não se separa é uma experiência alegre. [...]. E ensinar e aprender não podem dar-se fora da procura, fora da boniteza e da alegria [...]” (FREIRE, 2014b, p. 139). Sendo assim, Paulo Freire pensa em uma Educação para todos, no sentido de emancipar os seres humanos enquanto sujeitos capazes de mudar, agir sobre si e também sobre o mundo.

Dessa forma, tanto a *Paideia* grega como a proposta freiriana, entendem que o ser é inacabado e que a Educação seria o caminho para a Humanização ou Desumanização dos sujeitos. Apresentamos a correlação entre os princípios dos principais filósofos gregos sobre a humanização e sua relação com a pedagogia de Paulo Freire, de acordo com a Figura 2.

Figura 2. A Humanização como princípio da *Paideia* e da Pedagogia de Freire



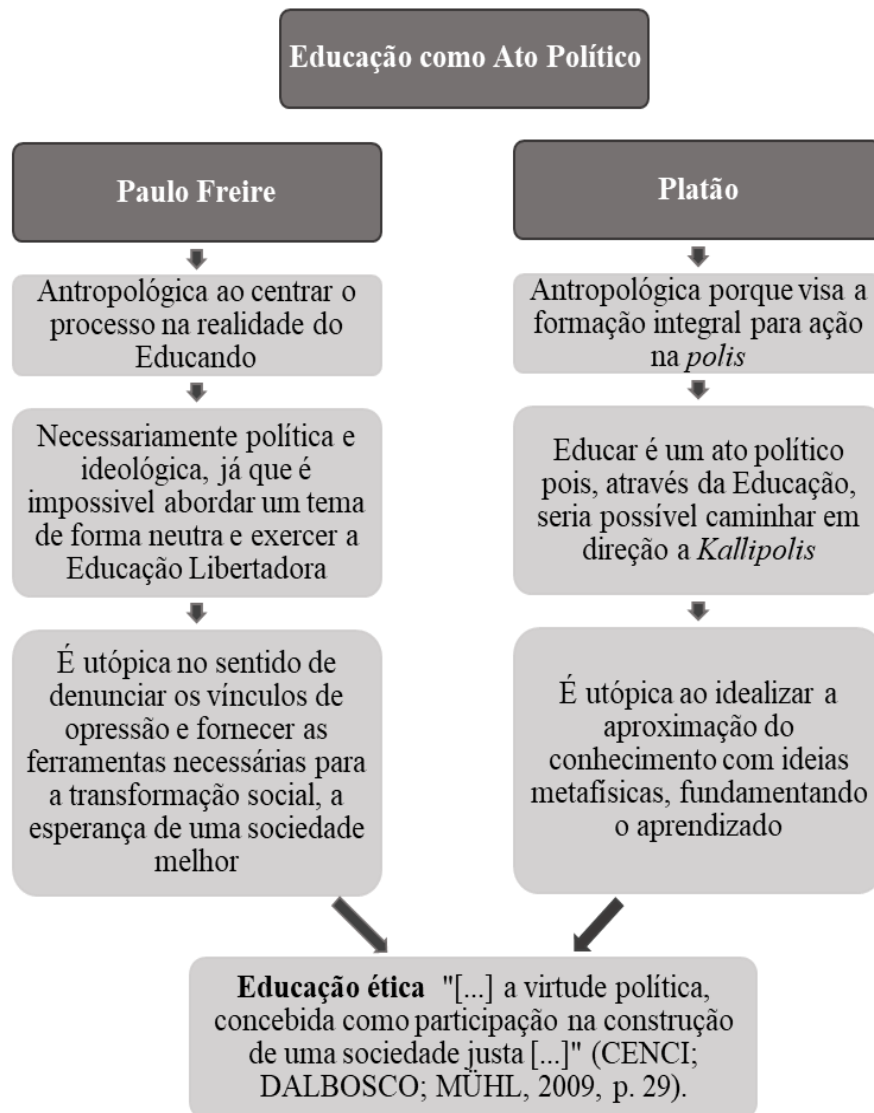
Diante da reflexão apresentada, cabe salientarmos que existem proximidades significativas ao refletirmos sobre os papéis sociais desempenhados pela *paideia* na Grécia Antiga e na pedagogia libertadora de Paulo Freire. De certo modo, devemos observar os contextos sociais, econômicos, políticos e históricos nos quais esses pressupostos estão inseridos, pois o cuidado com o rigor histórico e o anacronismo devem ser respeitados a fim de perceber, além das similaridades, as disparidades existentes.

Para ambos os contextos, a Educação está voltada para o cidadão, no sentido de prepará-lo de maneira ativa para as decisões em seus espaços sociais – a *polis* e a sociedade contemporânea. Sendo assim, os sujeitos, de modo a tornarem-se ativos, críticos e capazes de promover as mudanças necessárias em seus contextos sociais, sentem-se parte de seu meio, ou seja, desenvolvem o senso de pertencimento.

As perspectivas atuais de educação apontam para a tentativa da construção de um indivíduo que tenha consciência individual e social, que esteja atento ao mundo que o cerca e às pessoas a sua volta, e que esteja vigilante aos problemas sociais, culturais, políticos e ecológicos. Para tanto, os estudantes de hoje necessitam de uma formação que lhes permita resolver esses problemas afinal são eles que terão de resolver esses conflitos e transformar a sociedade (SCHIMILA *et al.*, 2019, p. 278-279).

Com isso, a Educação é compreendida tanto pelos gregos quanto por Freire enquanto um ato político, “é por isso também que a educação será tão mais plena quanto mais esteja sendo um ato de conhecimento, um ato político, um compromisso ético e uma experiência estética” (FREIRE, 2001, p. 55), que envolve não apenas as ações educativas dentro dos espaços pedagógicos, mas a sociedade de maneira geral. Dessa forma, é necessário promover uma proposta educativa integral, no sentido de ampliar a consciência das crianças e jovens.

Uma comparação entre as similaridades e as diferenças da Educação pensada como ato político é apresentada na Figura 3.

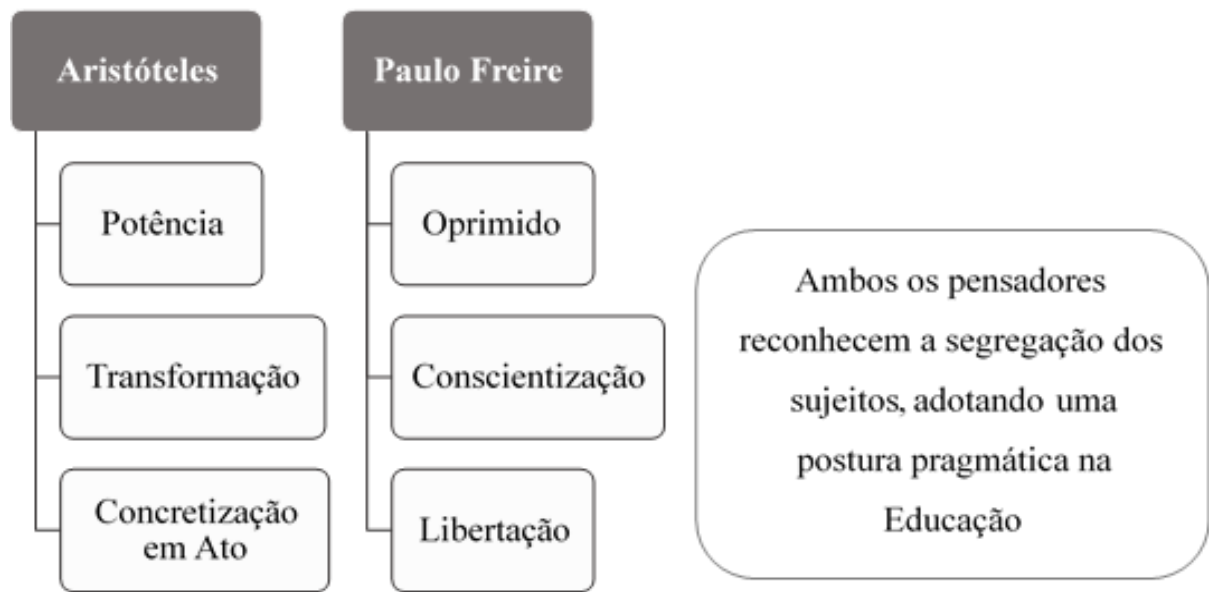
Figura 3. Educação como um Ato Político para Platão e Freire

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Dessa forma, os filósofos humanistas desenvolveram uma abordagem antropológica da Educação ao preocuparam-se com as questões da natureza humana, isto é, a convivência social e o senso de justiça, a fim de formar uma consciência ética e moral conciliada às virtudes e ao bem viver. Freire, nesse sentido, se utiliza desses preceitos para pensar a Educação na contemporaneidade como uma proposta que prioriza a participação ativa e a inserção de todos no processo de aprendizagem, primando pelo aperfeiçoamento humano, também representado na teoria aristotélica do movimento, conforme Figura 4, e a quebra dos vínculos de dominância.

Sendo assim, pode-se compreender que ambas as teorias convergem ao permitir uma Educação ética no sentido de busca pela equidade social, a leitura de mundo baseada na realidade dos educandos e a superação das diferenças.

Figura 4. Comparação do princípio filosófico de Aristóteles e da Pedagogia Libertadora



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

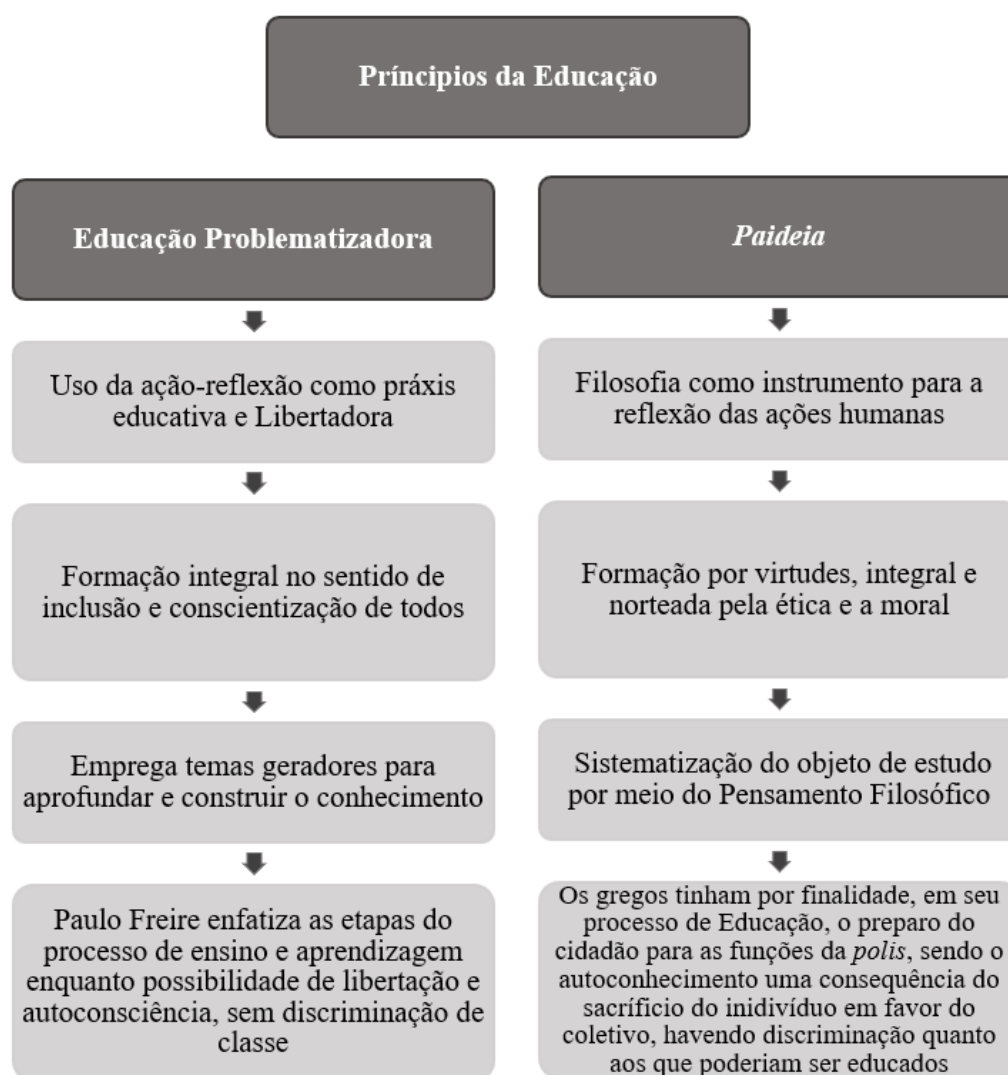
De certa forma, a teoria do movimento e a Educação Libertadora de Freire convergem ao permitir a compreensão da existência de uma capacidade intrinsecamente humana que pode ser transformada, visando alcançar a liberdade. Ou seja, o oprimido tem a potência para ser liberto, sendo necessária a sua transformação, isto é, a autorrealização de seu estado de Oprimido e sua consequente concretização em ato ao libertar-se e libertar os Opressores de sua condição. “[...] Freire exaltava a educação como forma de instigar a consciência das pessoas para uma nova realidade, aderência à liberdade e negação de toda e qualquer forma de dominação [...]” (LIMA, 2018, p. 65). Ademais, tanto Aristóteles quanto Paulo Freire adotam uma postura mais pragmática ao reconhecer a existência da segregação de classes e a exclusão dos sujeitos do processo educativo.

No entanto, existem também diferenças em relação aos contextos estudados nessa pesquisa, pois as concepções de cidadania entre os povos da Grécia Antiga e da forma como Paulo Freire percebe a necessidade do cidadão consciente são distintas. No contexto grego já mencionado, os cidadãos políticos eram apenas os homens com idade e propriedades, afinal de contas, a participação social e a Educação estavam voltadas para o masculino. Ou seja, a

sociedade grega daquele período, conforme reflete Werner Jaeger (2001), tem seu olhar voltado para o preparo para vida política, social e intelectual daqueles que organizam e decidem pelas cidades.

A Figura 5 traz uma aproximação da Educação Problematicadora freiriana e a *Paideia* grega enquanto princípios da Educação, destacando essas oposições.

Figura 5. Princípios da Educação a partir da *Paideia* e da Educação Problematicadora



Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Por isso, Paulo Freire tece críticas aos modelos educacionais propostos a partir das ideias estabelecidas pelos gregos, na tentativa de romper com as práticas educativas excludentes, que não valorizam as classes populares enquanto capazes de aprender e decidir. Nessa perspectiva, temos como relevante a reflexão de Miguel G. Arroyo (2019) em que

expõe as questões relacionadas aos paradigmas estabelecidos pela *paideia* grega no sentido de não permitir uma formação humana em uma perspectiva integral às mulheres e homens nos mais variados contextos econômicos e sociais.

[...] A Paideia reconhece somente os homens livres, pensantes, dirigentes da Polis. A crença na educabilidade, humanidade, não se aplica aos Outros, aos trabalhadores manuais, às mulheres, aos escravos. A pedagogia ilustrada só identifica como humanos aqueles que se atrevem a pensar e a ser éticos orientados pelo bem pensar. Os humanos homens são de bem porque são bem pensantes (ARROYO, 2019, p. 5).

Logo, podemos perceber que “Paulo Freire contradiz esse pensamento pedagógico segregador, identifica-se como educador, em defesa da formação humana ao longo de todos seus escritos e práticas” (ARROYO, 2019, p. 5). As palavras geradoras e o diálogo valorizam os seres humanos, pois permitem que eles se apropriem de seus discursos e, assim, possam reconhecer-se enquanto cidadãos, dispostos a transformar a sua realidade de maneira efetiva, crítica e, principalmente, consciente.

Ao observar os caminhos trilhados pelos povos gregos na Antiguidade e pelo educador Paulo Freire, respeitando os contextos, devemos mencionar as diversas diferenças encontradas nas relações econômicas, sociais e, principalmente, nos papéis desenvolvidos pelas mulheres e homens, que evidentemente refletem nos processos educacionais. Dessa forma, o que podemos perceber é que ambas procuravam integrar a Educação como um caminho de participação social, de valorização dos sujeitos enquanto participantes e agentes de transformação.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa entre as aproximações da *paideia* e as pedagogias freirianas possibilitou observar os princípios gregos de Educação que permeiam as obras de Paulo Freire. Nesse sentido, esse estudo bibliográfico teve a necessidade de revisitar as origens da Filosofia ocidental, que tem sua gênese na sociedade grega, bem como o encontro da Filosofia com a Educação. Essa integração de conhecimentos na sociedade grega antiga permitiu que o ato de educar passasse a ser pensado como um caminho no qual fosse possível formar o homem - cidadão da *polis* - capaz de ser racional, político e autônomo. Assim, o estudo das concepções educacionais ocidentais construídas pelos principais pensadores da Grécia Clássica, enfatizando Sócrates, Platão e Aristóteles, é de suma importância ao buscarmos detectar traços da *paideia* pensada na Antiguidade, nas obras freirianas estudadas: *Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*.

O contexto no qual viviam os gregos na Antiguidade revela uma sociedade permeada por histórias mitológicas, que determinavam o comportamento dos sujeitos e também influenciavam nas decisões políticas, econômicas e militares dos primeiros povoados. A partir do final do século VII a.C., teve início um processo de mudança na compreensão dos fenômenos naturais, com a transição do arcabouço mitológico para a racionalização do pensamento, buscando as explicações dentro dos próprios conceitos e acontecimentos. Assim, surge a Filosofia como uma nova maneira dos seres humanos observarem a si e aquilo que os cerca. O auge do pensamento filosófico aconteceu ao longo do período Clássico grego, com os pensadores que se dedicaram a compreender as questões humanas, como as relações sociais e afetivas, a busca do entendimento da verdade, justiça, política, ética e a própria Educação e, desse modo, destacamos os sofistas e os pensadores socráticos.

A concepção de Educação, segundo os sofistas, considerados os primeiros professores do Ocidente, era fundamentada em uma abordagem tecnicista, voltada para a formação prática no preparo dos jovens e daqueles considerados cidadãos na Grécia Antiga. A principal intenção dos sofistas era o treino da argumentação, ou seja, a retórica e a oratória, além das artes, como ferramentas para a exímia participação nas decisões das *polis*. Nessa tangente, os pensadores socráticos, teciam críticas a esse modo de educar sem preocupação com a formação humana integral, voltada para as competências físicas e espirituais.

Dessa forma, Sócrates foi um filósofo expoente e precursor no estudo do pensar humano. Sua proposta era utilizar a dúvida como instrumento na busca pelo conhecimento, reconhecendo a necessidade do ser em entender as suas relações e seu mundo, partindo do pressuposto que o mesmo reconheceu sua própria ignorância.

Apesar de estimular esse modelo de pensamento, Sócrates foi julgado e condenado pelos cidadãos influentes que o consideraram uma ameaça à estrutura social vigente daquele período. Contudo, esse pensador se perpetuou nos escritos de seu discípulo, Platão, que ao registrar os feitos de seu preceptor em forma de diálogos, usou a razão para compreender a dualidade do mundo. Assim, o filósofo Platão propôs seus princípios filosóficos em uma concepção idealista, na qual os sujeitos entram em contato somente com a concreticidade imperfeita, tendo como modelo os constructos inteligíveis presentes no mundo das ideias, arquétipo que é ilustrado por meio da Alegoria ou Mito da Caverna. Sendo assim, era papel do filósofo aproximar as pessoas desses conceitos idealizados, localizados em um plano utópico, visando construir uma sociedade mais íntegra, por meio da seleção e do preparo dos indivíduos mais capazes para governar a *polis*. Dessa forma, esse pensador tinha como concepção uma Educação política, fundando, assim, a Academia, um espaço para a construção do conhecimento e para o aprimoramento do ser.

Essa proposta de Educação visava a efetiva participação dos sujeitos em seus espaços sociais. As ideias platônicas também sofreram críticas, tendo como um de seus principais argumentadores Aristóteles. Esse pensador adota uma postura mais realista ao compreender que todos os objetos e seres têm uma potência inerente, que pode passar por transformações e ser concretizada em um ato. Em vista disso, a pedagogia aristotélica parte desse mesmo princípio de que os sujeitos apresentam potências, ou seja, particularidades que devem ser trabalhadas e desenvolvidas pelo preceptor, concretizando, assim, seus atos ao tornarem-se indivíduos atuantes, autônomos e políticos. Em razão disso, Aristóteles cria o Liceu, um local onde os jovens poderiam aprender sobre diversas áreas do conhecimento. Outras contribuições do pensador envolvem a sua participação na divisão das ciências (epistemes) em áreas específicas e seu papel enquanto mestre de Alexandre Magno, influenciando o pensamento greco-romano da Antiguidade.

O ato de educar dentro de uma sociedade é um dos princípios que perpetua as tradições e conhecimentos existentes, mas que também permite às gerações mais jovens desenvolverem as suas competências e novas formas de pensar. Ao longo dos séculos da Antiguidade, os gregos constituíram uma trajetória educacional que está presente nos modelos de Educação ocidentais, porém, com o desenvolvimento da Filosofia, os pensadores assumem

o compromisso de observar os modelos pedagógicos e, com isso, o pensamento filosófico influencia a maneira com que os jovens são preparados para a vida em sociedade. Sendo assim, a Filosofia forneceu para a Educação, ao longo da história, as ferramentas necessárias para a sistematização e socialização do conhecimento de forma crítica, reflexiva e contextualizada.

Diante disso, a partir da temática dessa pesquisa, podemos perceber que o percurso da Educação enquanto uma área comprometida com a formação do ser humano, teve seu início com os gregos. Os povos da Grécia Antiga perpassaram diversos momentos e destacamos nesta dissertação a *paideia*, como um princípio educacional que valorizava a formação do cidadão da *polis* de maneira integral, enquanto um sujeito atuante nas decisões das assembleias realizadas na Ágora. Com isso, identificamos que os povos helênicos já procuravam em seus contextos valorizar a ação cidadã e a importância que o poder da Educação tem como agente de transformação social.

Os sofistas foram os precursores da *paideia* como pensamento educacional, no entanto, os filósofos socráticos consolidaram suas ideias entre os gregos. Inicialmente, a *paideia* tinha como premissa a formação dos meninos, adotando um significado mais amplo ao longo do tempo. Ressalta-se que a Educação grega era exclusiva para os meninos e homens, e que o próprio conceito de cidadania apresentado pela história grega nos revela uma participação social restrita àqueles que fossem detentores de terras, poder militar ou governantes naturais da *polis*, excluindo mulheres, crianças, escravos e estrangeiros. Assim, devemos compreender o contexto social e histórico de cidadania na Antiguidade grega e na atualidade.

Os escritos do alemão Werner Jaeger nos permitem conhecer as concepções gregas no que tange ao ser humano e à Educação no período da Antiguidade grega. Nesse sentido, o próprio filólogo destaca que *paideia* é um conceito complexo de ser descrito e definido, pois a proposta grega era integrada com as atividades realizadas na *polis*, envolvendo a formação humana, física, mental e espiritual dos jovens, ou seja, não se enquadrando somente no ato de educar, também abrangendo a cultura, a literatura, a ética, a política e o esporte. Dessa maneira, há uma significativa transformação da concepção de ser humano para os gregos, os valores sociais da construção do herói idealizado, como bom e justo (*arete*), para a de ser dedicado ao cidadão atuante e capaz de decidir, argumentar e articular para seu bem-estar e de sua comunidade.

Por sua vez, quanto às reflexões sobre os escritos e ações do educador brasileiro, Paulo Freire percebeu que seu pensamento enaltece o reconhecimento da Educação como um

meio pelo qual é possível promover ações de valorização do ser humano. Vivemos em um contexto em que se caminha em uma linha tênue, instável e polarizada diante da liberdade de expressão, da garantia de direitos sociais, políticos e educacionais alicerçados na ética, na moral, no diálogo e no respeito individual e coletivo, garantindo a integridade dos princípios democráticos e da participação cidadã de maneira ampla. Dessa forma, é nas relações sociais, entre educandos e educadores em seu contexto histórico, que se constrói o diálogo, e é por meio dele que se constitui a práxis educativa, que enaltece uma pedagogia libertadora. A partir disso, se rompe com os modelos sociais pré-estabelecidos, concebendo uma nova forma de promover as práticas educativas, pautadas na reflexão e na ação enquanto possibilidade de transformação.

O educador pernambucano Paulo Reglus Neves Freire é considerado uma referência para a Educação brasileira. Embora, receba críticas por propor uma Educação Libertadora e progressista, construída com reflexões políticas e ideológicas, é aclamado e estudado em diversos países no mundo. Suas obras se mantêm relevantes por meio de sua incisiva e real descrição das necessidades de educar os trabalhadores, criando uma pedagogia contextualizada que permanece viva até a atualidade. Assim, a proposta freiriana busca a libertação dos sujeitos e o rompimento das relações opressor-oprimido, permitindo mudanças no tecido social por meio da força da palavra, do diálogo, da esperança, da autonomia e da união.

O livro *Pedagogia do Oprimido*, ponto de partida para as reflexões de Freire, aborda a dicotomia entre a Educação Bancária e a Educação Libertadora, pedagogias de alfabetização dos trabalhadores a partir das palavras geradoras e propostas para a reconstrução da cultura, tendo como princípio a união das classes e a libertação dos sujeitos. Essas ideias foram trabalhadas e desenvolvidas com base nas experiências do Educador e, como consequência, refletem a realidade do sistema educacional brasileiro da época, propondo intervenções e alternativas coerentes à formação e à construção da autonomia e conhecimento nos indivíduos, modificando as relações socioculturais. Dessa forma, Freire tece críticas ao modelo bancário, propondo o abandono da mecanicidade e objetificação do saber, em favor da Educação como instrumento de mudança.

Já na obra *Pedagogia da Esperança*, o autor revisita conceitos na Pedagogia do Oprimido e se dedica a construir reflexões sobre seus escritos com base em suas vivências, permitindo-se a explorar quais conceitos permaneceram relevantes. Ainda, o educador dedica uma parte da obra para discutir tendências educacionais contemporâneas, tendo como referência modelos latino-americanos e africanos, além de outros, partindo do conhecimento

da influência de vertentes político-econômicas, como o neoliberalismo, do qual é um ferrenho opositor. Dessa forma, Freire analisa e pondera sobre críticas acerca do referido livro, se propondo a um diálogo aberto e contínuo que visa a construção de uma pedagogia em constante mudança e que leva em consideração os diferentes contextos e as individualidades dos sujeitos. A esperança, para Paulo Freire, não é um conceito estático, mas sim uma necessidade essencialmente humana para a libertação dos vínculos de dominação e a formação de indivíduos críticos, ativos e libertos.

Os saberes necessários à prática educativa são abordados na obra *Pedagogia da Autonomia*, explorando as características e princípios que devem estar presentes no Educador e Educando, além da forma como a práxis educacional se implementa nas vivências pedagógicas. Freire aponta que o ato de educar envolve o respeito da trajetória histórica e os conhecimentos construídos nas vivências dos estudantes. Dessa forma, educar é uma especificidade humana, constituída na coletividade, na dialogicidade e afetividade. Nesse sentido, a autonomia proposta por Paulo Freire tem como princípio a Educação como um instrumento de autoconhecimento que permite a descoberta e inserção do sujeito em sua realidade, enfatizando-se que nesse processo todos aprendem coletivamente e que as mudanças são os caminhos para que isso ocorra por meio de uma Educação em constante transformação.

Ao buscar identificar aproximações entre os ideais da *paideia* e princípios pedagógicos em Freire, exploramos a tríade da Pedagogia do Oprimido, Pedagogia da Esperança e Pedagogia da Autonomia, uma vez que são obras relevantes ao pensar o processo de educar. Embora o educador tenha utilizado a palavra Pedagogia em outros de seus escritos, essas três obras foram selecionadas ao atender os objetivos da pesquisa, permitindo a compreensão das premissas da práxis educativa freiriana e a formação de um paralelo com a Educação grega na Antiguidade.

Ao longo do desenvolvimento desse estudo, foi possível identificar a existência de aproximações e divergências entre as propostas, respeitando a distância cronológica e contextual entre os gregos e a Educação Ocidental com base em Freire. Tanto os filósofos gregos quanto Paulo Freire desenvolveram suas práticas educacionais baseadas no diálogo como método de aquisição de conhecimento por meio da indagação, reflexão e autonomia. Ainda, ambos apresentaram propostas políticas que permitem a inserção dos sujeitos em seus contextos e o despertar para o seu senso de pertencimento social. Além disso, há o reconhecimento do inacabamento do ser humano e a necessidade do aprimoramento contínuo. Nesse sentido, é possível identificar a humanização dos seres por meio de uma Educação que

englobe o preparo físico e intelectual. Por outro lado, a principal divergência percebida foi a exclusão ao acesso da Educação na *polis* grega, limitada a um seleto grupo de cidadãos, diferentemente do entendimento de Freire que se opõe à discriminação social, defendendo o acesso pleno à Educação e, conseqüentemente, à vida em sociedade.

Ao compreendermos o início da Educação Ocidental a partir do legado cultural e social proposta pelas sociedades gregas antigas, buscamos na Filosofia da Educação o fundamento para a percepção dessas contribuições, pois os princípios da prática educativa são permeados pelas problemáticas destacadas pela Filosofia que são descritas ao longo das seções que compõem esta dissertação. Nesse sentido, a pesquisa também nos permite compreender a necessidade da presença dos estudos reflexivos e críticos acerca da profissão de professor e sua função social nos cursos de licenciatura.

A Filosofia da Educação amplia o papel formativo dos cursos de licenciatura que são destinados à formação de docentes que atuarão nas diversas etapas e modalidades da Educação. Desse modo, contribui para que essas graduações não se tornem meras formações técnicas e metodológicas, que se preocupam apenas com o repasse de métodos e/ou modelos de trabalho pedagógico que não permitam o despertar para a ação crítica-reflexiva da relação entre professor e estudante. Podemos compreender que a Educação, a partir dos escritos produzidos nessa pesquisa, vislumbra que a prática educativa é um caminho para a transformação social dos sujeitos.

Enquanto os gregos proporcionaram as reflexões sobre a gênese da Educação Contemporânea, o educador brasileiro Paulo Freire, ao longo de sua vida profissional e pessoal, desvelou para si e para seus leitores os problemas sociais que assolam a vida de muitos cidadãos que, por vezes, são privados de seus direitos vitais. Assim, as pedagogias freirianas seguem ainda presentes nos cursos de licenciaturas brasileiras e de outros países, propondo uma possibilidade de pensar a Educação na coletividade e com a contribuição de todos os envolvidos. Sob esse viés, a leitura das obras *Pedagogia do Oprimido*, *Pedagogia da Esperança* e *Pedagogia da Autonomia* são fundamentais para assimilar as etapas da Educação tanto em nosso país quanto na América Latina, bem como auxiliam a observar as atividades pedagógicas voltadas para as diversas realidades sociais que se fazem presentes nas regiões brasileiras.

Em síntese, mesmo com todos os contrastes sociais e com as distâncias temporais e espaciais, a Educação grega, enquanto *paideia*, ainda está presente na atualidade. Isso ocorre, principalmente, quando resgatamos os princípios filosóficos deixados como legado pelos gregos e que efetivamente estão presentes nas reflexões educativas, no momento em que

procuramos compreender as ações pedagógicas e seus efeitos sobre a Educação nos seus mais variados níveis, etapas e segmentos. De modo semelhante aos gregos, Paulo Freire deixa como legado a sua defesa aos princípios de uma Educação Cidadã, capaz de reconhecer as crianças, jovens, adultos, mulheres e homens como sujeitos históricos, que valorizam suas cidades, que possam contribuir para a melhoria de suas comunidades e que, assim, transformem o mundo à sua volta de uma maneira consciente, crítica e, principalmente, com esperança.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael W. A educação pode mudar a sociedade? *In*: APPLE, Michael W. **A educação pode mudar a sociedade?** Petrópolis: Vozes, 2017. p. 11–46.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia**. 3 ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 2006a.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3 ed. rev. ampl. São Paulo: Moderna, 2006b.
- ARROYO, Miguel G. Artigo – Paulo Freire: outro paradigma pedagógico? **Educação em Revista**, v. 35, e214631, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v35/1982-6621-edur-35-e214631.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- ATAÍDE, Sandra Teresinha Guimarães. **A contribuição de Freire na formação de professores: uma análise de cursos de pedagogia na Serra Catarinense**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Planalto Catarinense, Lages/SC, 2015. Disponível em: https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/0038ad6f622237a4f4cea140b48d48ee.pdf. Acesso em: 25 mar. 2020.
- BACK, Rainri. Por uma concepção filosófica da educação. **Educação e Pesquisa**, v. 45, e20523, p. 1 – 15, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v45/1517-9702-ep-45-e205293.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.
- BAQUEIRO, Dícíola Figueirêdo de Andrade. **Equidade e eficácia na Educação: contribuições da política de assistência estudantil na permanência e desempenho docente**. 2015. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/19896/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20EQUIDADE%20E%20EFIC%C3%81CIA%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2020.
- BORTOLINI, Rosane Wandscheer; NUNES, César. A Paideia grega: aproximações teóricas sobre o ideal de formação do homem grego. **Filosofia e Educação**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 21-36, 26 mar. 2018. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/rfe.v10i1.8651997>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8651997/17695>. Acesso em: 28 jun. 2020.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRIGHENTE, Miriam Furlan; MESQUIDA, Peri. Paulo Freire: da denúncia da educação bancária ao anúncio de uma pedagogia libertadora. **Pro-Posições**, v. 27, n. 1 (79), p. 155 – 177, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v27n1/1980-6248-pp-27-01-00155.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; PIO, Paulo Martins. A categoria da práxis em Pedagogia do Oprimido: sentidos e implicações para a educação libertadora. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 98, n. 249, p. 428 – 445, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v98n249/2176-6681-rbeped-98-249-00428.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CENCI, Angelo Vitório; DALBOSCO, Claudio Almir; MÜHL, Eldon Henrique (org.). **Sobre filosofia e educação: racionalidade, diversidade e formação pedagógica**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. 12. ed. 3. imp. São Paulo: Ática, 2001.

COSTA, Luciana Souza de Oliveira. **Elementos da educomunicação para um novo olhar para o ensino de língua inglesa no ensino médio**. 2018. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico, Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2018. Disponível em: https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/cae8b735f45614649e3e6fa344369119.pdf. Acesso em: 04 nov. 2020.

COSTA, Valdirene Pereira. “Ite, eunte omnes docete”, ou seja, “Ide, ensinaí a todos os povos”: paradigma da concepção de educação para todos: atitude democrática que diferencia a paidéia grega da paidéia cristã. **Filosofia e Educação**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 37-57, 26 mar. 2018. Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20396/rfe.v10i1.8651998>. Acesso em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8651998/17696>. Acesso em: 28 jun. 2020.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre, 2007.

DALBOSCO, Claudio Almir. Filosofia da Educação como forma de vida e orientação de mundo. In: SEVERINO, Antônio Joaquim; LORIERI, Marcos A.; GALLO, Sílvio. (org.). **O Papel Formativo da Filosofia**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

DESLANDES, Suely Ferreira. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanal intelectual. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 1ª re. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

FAUSTO, Boris. **História Concisa do Brasil**. 2 ed. 5 reimpr. São Paulo: Edusp, 2012.

FERREIRA, Virgínia da Silva; WERNECK, Vera Rudge. EDUCAÇÃO – DA PAIDEIA DE W. JAEGER À MODERNIDADE LÍQUIDA DE Z. BAUMAN. **Revista da Faculdade de Educação**, [s. l], v. 32, n. 2, p. 257-272, 28 dez. 2019. Universidade do Estado do Mato Grosso - UNEMAT. <http://dx.doi.org/10.30681/21787476.2019.32.257272>. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/ppgedu/article/view/4327/3442>. Acesso em: 28 jun. 2020.

FLICK, Uwe. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3 ed. 2008. Porto Alegre: Artemed, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 48 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 57 ed. ver. atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014a.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**: ensaios. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2011.

GALLO, Sílvio. A Filosofia e as novas fronteiras da formação. *In*: SEVERINO, Antônio Joaquim; LORIERI, Marcos A.; GALLO, Sílvio. (org.). **O Papel Formativo da Filosofia**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

GHIRALDELLI JR, Paulo (org.) *et. al.* **O que é Filosofia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6 ed. 2 re. São Paulo: Atlas, 2018.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.

HAMMES, Lúcio Jorge; ZITKOSKI, Jaime José; BOMBASSARO, Luiz Carlos. Atualidade da Pedagogia do Oprimido: construindo esperança e mobilizando lutas emancipatórias. **Revista e-Curriculum**, v. 16, n. 4, p. 1008-1028, out. dez. 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/39440/27681>. Acesso em: 28 jun. 2020.

HERMANN, Nadja. Pensar arriscado: a relação entre filosofia e educação. **Educação e Pesquisa**, v. 41, n. 1, p. 217 – 228, jan./mar., 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v41n1/1517-9702-ep-41-1-0217.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

JAEGER, Werner Wilhelm. **Paidéia**: a formação do homem grego. Trad. Artur M. Parreira. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEÃO, Delfim Ferreira; FERREIRA, José Ribeiro; FIALHO, Maria do Céu. **Cidadania e Paideia na Grécia Antiga**. São Paulo: Annablume Clássica, 2011.

LIMA, Stela Macedo. **Pensadores latino-americanos e suas contribuições para a educação em perspectiva descolonial**. 2018. 142f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico, Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2018. Disponível em:

https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/e08e5847ce91ef17814ccfa76e418c64.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MENEZES, Marília Gabriela de; SANTIAGO, Maria Eliete. Contribuição do pensamento de Paulo Freire para o paradigma curricular crítico-emancipatório. **Pro-Posições**, v. 25, n. 3, p. 45-62, set. dez., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pp/v25n3/v25n3a03.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 1ª re. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na História: suas origens, suas transformações, suas perspectivas**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Regime Militar Brasileiro**. 3 reimpr. São Paulo: Contexto, 2016.

OLIVEIRA, Damião Bezerra; ABREU, Waldir Ferreira de. Conhecimento, arte e formação na República de Platão. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 203-215, jan./mar. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-97022015011682>. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v41n1/1517-9702-ep-41-1-0203.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2020.

POMIECINSKI, José Antunes de Souza. **A contribuição do ensino de Filosofia para a educação integral**. 2016. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado Acadêmico, Universidade do Planalto Catarinense, Lages, 2016. Disponível em: https://data.uniplaclages.edu.br/mestrado_educacao/dissertacoes/0038ad6f622237a4f4cea140b48d48ee.pdf. Acesso em: 28 jun. 2020.

PLATÃO. **A República**. 9 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

ROMÃO, José Eustáquio. Educação. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SANTOS, Vanice dos. **Ágora Digital: o cuidado de si no caminho do diálogo entre tutor e aluno em um ambiente virtual de aprendizagem**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. 3 ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

SCHIMILA, Wilson Rafael. *et. al.* Filosofia, conhecimento e sociedade: das fontes às tendências do pensamento educacional. **Vértices**, v. 21, n. 2, p. 270 – 281, maio/ago. 2019. Disponível em: <http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/13615/11839>. Acesso em: 25 mar. 2020.

SCHÜLER, Donaldo. **Origens do discurso democrático**. 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2007.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. As interconexões da pedagogia crítica de Paulo Freire. **Filosofia e Educação**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 200-232, 26 mar. 2018. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/rfe.v10i1.8652006>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8652006/17703>. Acesso em: 04 nov. 2020.

STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Filosofia**. São Paulo: Cortez, 1994.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2018.

TEIXEIRA, Evilázio. **A Educação do homem segundo Platão**. São Paulo: Paulus, 1999.

ZITKOSKI, Jaime José. **Paulo Freire & a Educação**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.